



EXTENSÃO RURAL

DEAER - CCR - UFSM, v.22, n.3, jul./set.2015.

NESTA EDIÇÃO

**USOS DA PROPRIEDADE RURAL E A NOVA LEGISLAÇÃO AMBIENTAL
NO MUNICÍPIO DE PELOTAS, RS: UMA CONCILIAÇÃO VIÁVEL?**

Letícia Bauer Nino, Flávio Sacco dos Anjos

**EXTENSÃO RURAL E CIBERCULTURA: O FACEBOOK COMO FERRAMENTA DE
PROMOÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO
RURAL**

Bruno de Oliveira Andrade, Maria Salett Tauk Santos

**CONTROLE DE CUSTOS NA PRODUÇÃO DO GADO DE CORTE: UM ESTUDO DE
CASO EM UMA PROPRIEDADE RURAL DE SANTA CATARINA**

Daniela Di Domenico, Antonio Zanin, Cristian Bau Dal Magro, Raphael Martini

**ANÁLISE DOS RESULTADOS DA ATIVIDADE LEITEIRA: CUSTO HISTÓRICO
VERSUS VALOR JUSTO DOS ATIVOS BIOLÓGICOS**

Silvana Dalmut Kruger, Catiane Ortolan, Elisandra Henn Diel, Fábio José Diel, Sady Mazzioni

**O LUGAR DA AGROECOLOGIA NO CURRÍCULO DOS CURSOS DIRECIONADOS
PARA A ÁREA RURAL DO IFFARROUPILHA**

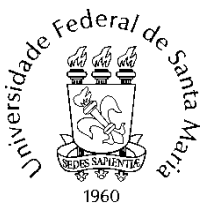
Tatiana Aparecida Balem, Gustavo Pinto da Silva

**PAPEL DO ESTADO BRASILEIRO NA PERSPECTIVA DO
DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO: CORRESPONDÊNCIAS E INTERFACES COM A
LITERATURA INTERNACIONAL SOBRE EXTENSÃO RURAL**

Mauro Barcellos Sopeña



ISSN Impresso 1415-7802
ISSN Online 2318-1796



Extensão Rural

ISSN Impresso: 1415-7802

ISSN Online: 2318-1796

DEAER – CCR

v.22, n.3, jul./set. 2015



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA

Reitor: Paulo Afonso Burmann

Diretor do Centro de Ciências Rurais: Irineu Zanella

Chefe do Departamento de Educação Agrícola e Extensão Rural: Clayton Hillig

Editores: Fabiano Nunes Vaz e Ezequiel Redin

Comitê Editorial

Editor: Fabiano Nunes Vaz

Coeditor: Ezequiel Redin

Editor da Área Economia e Administração Rural: Alessandro Porporatti Arbage

Editor da Área Desenvolvimento Rural: Clayton Hillig

Editor da Área Saúde e Trabalho no Meio Rural: Joel Orlando Bevilaqua Marin

Editor da Área Sustentabilidade no Espaço Rural: José Geraldo Wizniewsky

Editor da Área Sociologia e Antropologia Rural: José Marcos Froehlich

Editor da Área Extensão e Comunicação Rural: Vivien Diesel

Bolsista: Caroline Morsch

Impressão / Acabamento: Imprensa Universitária / **Tiragem:** 100 exemplares

Extensão rural. Universidade Federal de Santa Maria. Centro de Ciências Rurais. Departamento de Educação Agrícola e Extensão Rural. – Vol. 1, n. 1 (jan./jun.1993) – Santa Maria, RS: UFSM, 1993 -

Trimestral

Vol.22, n.3 (jul./set.2015)

Revista anual até 2007, semestral a partir de 2008, quadrimestral a partir de 2013 e trimestral a partir de 2014.

Resumo em português e inglês

ISSN 1415-7802

1. Administração rural: 2. Desenvolvimento rural: 3. Economia rural: 4. Extensão rural.

CDU: 63

Ficha catalográfica elaborada por
Claudia Carmem Baggio – CRB 10/1830
Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Rurais/UFSM

Os artigos publicados nesta revista são de inteira responsabilidade dos autores.
Qualquer reprodução é permitida, desde que citada a fonte.

APRESENTAÇÃO

O periódico Extensão Rural é uma publicação científica desde 1993, **periodicidade trimestral**, do Departamento de Educação Agrícola e Extensão Rural (DEAER) do Centro de Ciências Rurais (CCR) da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) destinada à publicação de trabalhos inéditos, na forma de artigos científicos e revisões bibliográficas, relacionados às **áreas**: i) Desenvolvimento Rural, ii) Economia e Administração Rural, iii) Sociologia e Antropologia Rural, iv) Extensão e Comunicação Rural, v) Sustentabilidade no Espaço Rural, vi) Saúde e Trabalho no Meio Rural. Tem como público alvo pesquisadores, acadêmicos e agentes de extensão rural, bem como realizar a difusão dos seus trabalhos à sociedade.

INDEXADORES INTERNACIONAIS

AGRIS (Internacional Information System for The Agricultural Sciences and Technology) da FAO (Food and Agriculture Organization of the United Nations)

LATINDEX (Sistema regional de información en línea para revistas científicas de América Latina, El Caribe, España y Portugal)

DIRETÓRIO LUSO-BRASILEIRO (Repositórios e Revistas de Acesso Aberto)

E-REVIST@S (Plataforma Open Access de Revistas Científicas Eletrônicas Espanholas y Latinoamericanas)

JOURNALS FOR FREE

PORTAL SEER (Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas)

PORTAL DE PERIÓDICOS CAPES/MEC

REDE CARINIANA (Rede Brasileira de Serviços de Preservação Digital)

EZB Nutzeranfragen (Electronic Journals Library - Elektronische Zeitschriftenbibliothek)

OAJI (Open Academic Journals Index)

INDEXADORES NACIONAIS

AGROBASE (Base de Dados da Agricultura Brasileira)

PORTAL LIVRE! (Portal do conhecimento nuclear)

SUMÁRIOS.ORG (Sumários de Revistas Brasileiras)

DIADORIM (Diretório de Acesso Aberto das Revistas Científicas Brasileiras)

Extensão Rural

Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Ciências Rurais
Departamento de Educação Agrícola e Extensão Rural
Campus Universitário – Prédio 44
Santa Maria - RS – Brasil, CEP: 97.119-900
Telefones: (55) 3220 9404 / 8165 – Fax: (55) 3220 8694
E-mail: atendimento.extensao.rural@gmail.com

Web-sites:

www.ufsm.br/revistas

<http://cascavel.ufsm.br/revistas/ojs-2.2.2/index.php/extensaorural>

<http://www.facebook.com/extensao.rural>

<http://www.facebook.com/pages/Extens%C3%A3o-Rural/397710390280860?ref=hl>

SUMÁRIO

| | |
|--|-----|
| USOS DA PROPRIEDADE RURAL E A NOVA LEGISLAÇÃO AMBIENTAL NO MUNICÍPIO DE PELOTAS, RS: UMA CONCILIAÇÃO VIÁVEL? Letícia Bauer Nino, Flávio Sacco dos Anjos | 9 |
| EXTENSÃO RURAL E CIBERCULTURA: O FACEBOOK COMO FERRAMENTA DE PROMOÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL Bruno de Oliveira Andrade, Maria Salett Tauk Santos | 29 |
| CONTROLE DE CUSTOS NA PRODUÇÃO DO GADO DE CORTE: UM ESTUDO DE CASO EM UMA PROPRIEDADE RURAL DE SANTA CATARINA Daniela Di Domenico, Antonio Zanin, Cristian Bau Dal Magro, Raphael Martini | 48 |
| ANÁLISE DOS RESULTADOS DA ATIVIDADE LEITEIRA: CUSTO HISTÓRICO VERSUS VALOR JUSTO DOS ATIVOS BIOLÓGICOS Silvana Dalmut Kruger, Catiane Ortolan, Elisandra Henn Diel, Fábio José Diel, Sady Mazzioni | 68 |
| O LUGAR DA AGROECOLOGIA NO CURRÍCULO DOS CURSOS DIRECIONADOS PARA A ÁREA RURAL DO IFFARROUPILHA Tatiana Aparecida Balem, Gustavo Pinto da Silva | 89 |
| PAPEL DO ESTADO BRASILEIRO NA PERSPECTIVA DO DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO: CORRESPONDÊNCIAS E INTERFACES COM A LITERATURA INTERNACIONAL SOBRE EXTENSÃO RURAL Mauro Barcellos Sopena | 110 |
| NORMAS PARA SUBMISSÃO DE TRABALHOS | 128 |

SUMMARY

| | |
|---|-----|
| THE RURAL PROPERTIES AND THE NEW ENVIRONMENTAL LEGISLATION IN PELOTAS CITY, RS: A VIABLE CONCILIATION? Letícia Bauer Nino, Flávio Sacco dos Anjos | 9 |
| RURAL EXTENSION AND CYBERCULTURE: FACEBOOK AS A PROMOTIONAL TOOL OF THE NATIONAL POLICY ON TECHNICAL ASSISTANCE AND RURAL EXTENSION Bruno de Oliveira Andrade, Maria Salett Tauk Santos | 29 |
| COST CONTROL IN THE PRODUCTION OF BEEF CATTLE: CASE STUDY ON A FARM IN SANTA CATARINA Daniela Di Domenico, Antonio Zanin, Cristian Bau Dal Magro, Raphael Martini | 48 |
| ANALYSIS OF RESULTS OF DAIRY ACTIVITY: HISTORY VERSUS COST FAIR VALUE OF BIOLOGICAL ASSETS Silvana Dalmut Kruger, Catiane Ortolan, Elisandra Henn Diel, Fábio José Diel, Sady Mazzioni | 68 |
| THE PLACE OF AGROECOLOGY AT CURRICULUM OF RURAL ORIENTED COURSES OF IFFARROUPILHA Tatiana Aparecida Balem, Gustavo Pinto da Silva | 89 |
| ROLE OF THE STATE IN BRAZILIAN PRODUCTION DEVELOPMENT PERSPECTIVE: CORRESPONDENCE AND INTERFACES WITH THE INTERNATIONAL LITERATURE ON RURAL EXTENSION Mauro Barcellos Sopena | 110 |
| STANDARDS FOR PAPER SUBMISSION | 128 |

USOS DA PROPRIEDADE RURAL E A NOVA LEGISLAÇÃO AMBIENTAL NO MUNICÍPIO DE PELOTAS, RS: UMA CONCILIAÇÃO VIÁVEL?

Letícia Bauer Nino¹
Flávio Sacco dos Anjos²

RESUMO

O direito de propriedade rural sofreu transformações importantes ao longo do tempo no Brasil. A instituição do conceito de função social da terra e, mais recentemente, a função ambiental dos recursos naturais tem incidido fortemente ao questionar a concepção absoluta e individualista que se impôs, durante muito tempo, sobre a sociedade em geral. Este trabalho centrou-se em algumas indagações centrais, a saber: Como se apresentam as representações sociais dos atores sociais do município de Pelotas/RS sobre o uso dos recursos naturais, em que pese a emergência de um novo marco jurídico que regula as atividades agropecuárias, em meio aos objetivos conservacionistas ou da sustentabilidade ambiental? Por outro lado, cabe indagar: é possível conciliar os interesses dos produtores, suas práticas e representações sociais sobre a propriedade e uso racional dos recursos produtivos com o esforço da sociedade em preservar a integridade dos ecossistemas? Para responder o problema de pesquisa, desenvolveu-se uma pesquisa qualitativa, na qual foram realizadas onze entrevistas individuais semi-estruturadas. As percepções dos atores sociais ouvidos expressam a realidade do setor agropecuário e um ambiente real de incertezas. A análise do conteúdo das entrevistas revelou também que o conflito, ainda claramente perceptível entre as diferentes posições, está passando por um processo de ajustamento, seja através da adaptação à legislação ambiental e das exigências da sustentabilidade quanto às práticas sociais, seja no sentido da adoção de novas posturas e superação frente à concepção patrimonialista que marca a história brasileira.

Palavras-chave: análise de conteúdo, representações sociais.

¹ Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Pelotas e Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Sistemas de Produção Agrícola Familiar da Universidade Federal de Pelotas.

² Doutor em Sociologia, Professor do Programa de Pós-Graduação em Sistemas de Produção Agrícola Familiar e do Mestrado em Ciências Sociais da Universidade Federal de Pelotas, Bolsista de Produtividade 2do CNPq.

THE RURAL PROPERTIES AND THE NEW ENVIRONMENTAL LEGISLATION IN PELOTAS-RS: A VIABLE CONCILIATION?

ABSTRACT

The right to land ownership has been under important changes in Brazil. The concept of the land function in society and, more recently, the environmental function of natural resources has strongly focused to question the absolute and individualistic concept which has been prevailing about society in general. This work questioned: How are presented the social representations of social actors in the municipality of Pelotas, Brazil regarding the use of natural resources under a new legal framework which regulates agricultural activities between the conservation objectives and environmental sustainability? On the other hand: is it possible to conciliate the interests of producers, their practices and social representations of property and rational use of productive resources with the company's efforts to preserve the integrity of ecosystems? A qualitative research was carried out to answer the research question, which was held eleven semi-structured individual interviews. The social actors were heard and their perceptions express the reality of the agricultural sector and as well a real uncertainty environment. An analysis of the interviews also showed a clearly perceptible conflict, among the different positions, which has been through a process of adjustment, either through the adaptation to environmental legislation and the requirements of sustainability as social practices or the sense of adopting new attitudes and overcoming the patrimonial conception which marks Brazilian history.

Key words: content analysis, social representations.

1. INTRODUÇÃO

Foi na Constituição Brasileira de 1934 que surgiu a discussão sobre o princípio da função social da terra. Posteriormente, durante o regime militar, houve a implantação do Estatuto da Terra (Lei 4504 de 30-11-64), cuja aplicação ficou absolutamente engessada em face dos efeitos do regime autoritário. Com a Constituição Brasileira de 1988, retorna o Estado democrático de direito e a discussão sobre o tema volta à cena. Desde então o direito de propriedade vem sofrendo novas transformações, visando a atender a novas finalidades, principalmente no que afeta à preservação dos recursos naturais para as futuras gerações.

De uma concepção individualista do uso da propriedade, passou-se, além do atendimento da sua função social, à busca por afirmar a sua função ambiental, em que pese a ênfase dos interesses coletivos sobre os individuais. Sabidamente, as novas teses que propugnam o "desenvolvimento sustentável" nem sempre foram acolhidas com entusiasmo pelos proprietários rurais, especialmente quando se traduzem no estabelecimento de limites ao exercício do uso dos recursos produtivos.

Enquanto que até meados do século passado o proprietário da terra tendia a encastelar-se na defesa de suas prerrogativas de dono absoluto, mais recentemente, com a percepção dos riscos reais de esgotamento da capacidade de renovação dos recursos naturais, essa situação se modifica. Muitos setores da sociedade se mobilizam em favor da proteção dos ecossistemas, fato que repercute

sobre a noção de privilégios exclusivos de domínio, vistos por muitos como uma das principais causas da exploração desmedida dos recursos.

As tensões entre órgãos de fiscalização e proprietários rurais foram recorrentes nas três últimas décadas. Em boa medida, representam o reflexo de um conflito entre duas grandes concepções. A primeira delas, tradicional e patrimonialista, é pautada no exercício pleno do uso do domínio. A segunda, ainda em fase de consolidação, defende limites ao uso dos recursos naturais. Mas não se trata simplesmente de um embate entre ambientalistas e ruralistas, como se costuma afirmar, mas entre visões de mundo muito distintas.

Neste artigo analisamos esse tema a partir de uma perspectiva sócio-antropológica. Entendemos que as práticas e orientações dos atores sociais podem ser analisadas a partir das representações sociais, entendidas aqui como processos mentais compartilhados. Por outro lado, suas lógicas são governadas pelo que se conhece como *habitus*³. Determinadas práticas dos atores, sob a influência do *habitus*, serão constrangidas por estruturas sociais, mas também, as ações dos indivíduos irão reproduzir e atualizar as estruturas sociais.

Sendo assim, o trabalho proposto tem como objetivo geral analisar as representações sociais de atores sociais com relação ao direito de propriedade da terra e do uso dos recursos naturais, tendo em vista as disposições que emanam do novo Código Florestal, que passou a regular as atividades agropecuárias. Este foi inspirado nos princípios da sustentabilidade, preservação dos recursos naturais e usos não exclusivamente centrados na produção agropecuária.

A próxima seção do artigo é dedicada a uma breve discussão sobre o direito de propriedade, ao passo que a terceira e quarta analisam, respectivamente, a função social e a função ambiental da propriedade da terra, incluindo a questão dos espaços territoriais especialmente protegidos, e a polêmica em torno da alteração do código florestal. Na quinta seção tratamos do método utilizado na realização da pesquisa, enquanto a sexta analisa e discute os resultados.

2. DIREITO DE PROPRIEDADE

Nos primórdios da humanidade, o domínio da terra era fundamentalmente uma noção ligada à ordem natural, vaga e imprecisa, até que se chegou à ideia atual de propriedade com um significado jurídico e, principalmente, econômico. A apropriação da terra como ato dos indivíduos apenas ocorrerá quando a força e a violência estiverem autorregulamentadas na forma de poder organizado, instituindo-se, portanto, como direito (VIAL, 2003). Para que se chegue à concepção atual sobre a propriedade da terra no Brasil, é preciso que se busquem alguns subsídios históricos que indiquem como se deu a evolução social no que tange à ocupação, conquista e posse da propriedade.

O domínio do continente latino-americano já era objeto de disputa entre as duas coroas ibéricas, muito antes das “descobertas”. Estabelecido em 1493, o Tratado de Tordesilhas divide o novo mundo em duas grandes áreas a serem conquistadas pelos reinos de Portugal e Espanha. Posteriormente, em 1534, para promover o povoamento efetivo e o desenvolvimento da colônia portuguesa na América, o rei D. João III instituiu o sistema das Capitanias Hereditárias, que dividiu o território em 15 lotes, repartidos e entregues a pessoas da pequena nobreza,

³Consoante Bourdieu (1989), o *habitus* relaciona-se à capacidade de uma determinada estrutura social ser incorporada pelos agentes por meio de disposições para sentir, pensar e agir, e pode ser entendido como um sistema de disposições invariáveis, duradouras, ou seja, como esquemas de percepção que são adquiridos pelos indivíduos durante sua trajetória de vida, ao interagirem nos diferentes campos – como o político, econômico e jurídico, dentre outros.

burocratas e comerciantes ligados à coroa, chamados, então, de capitães-donatários. A estes era assegurado o direito de doar sesmarias a terceiros (VIAL, 2003).

É importante salientar que a legislação sobre as terras do Brasil Colônia não tinha o mesmo sentido das leis modernas sobre a propriedade da terra, pois no início do período de colonização, a legislação agrária previa, basicamente, a distribuição de terras como única forma de acesso ao solo agrícola. Sendo assim, as Cartas de Doação de terras foram as primeiras formas jurídicas de legislação sobre a terra no que se refere ao domínio de particulares.

Em 1822, o sistema de concessões de sesmarias foi extinto através de uma Resolução do Príncipe Regente. O quadro fundiário se caracterizava por situações jurídicas irregulares e extravagantes, inexistindo uma legislação agrária. Até essa data, com exceção das doadas em sesmarias, todas as terras brasileiras faziam parte da Coroa Portuguesa. Todavia, de acordo com Stefanini (1978, p.50), tratava-se de um

[...] período de abandono jurídico, de abdicação legal das responsabilidades fundiárias. Não se tinha acesso algum à propriedade de direito, supervindo uma vacância legislativa no que tange à matéria de alienações de terras públicas, bem como à normatividade do processo de transladação do patrimônio público para o particular e suas formas de aquisição, abrindo-se, assim as portas à livre ocupação de terras.

A partir de 1822, tem início, no Brasil, o regime de posse⁴, isto é, a terra passou a ser ocupada por aquele que a explora e ergue benfeitorias. A Constituição Imperial de 1824, em seu artigo 179, instituiu o direito de propriedade garantido na sua plenitude, assim como a desapropriação por utilidade pública, mediante prévia indenização. Entrementes, apesar de extinto o regime de sesmarias, seus efeitos perduraram até o advento da Lei nº 601 de 1850, quando se estabelece uma nova plataforma jurídica conhecida como “Lei de Terras”. Trata-se de um grande marco na medida em que tinha como escopo delimitar o que era de domínio particular e o que era, ou poderia ser, de domínio público. Todavia, estabelece também que a única forma de acesso ulterior à terra era comprando-a do governo, o qual fazia a mediação entre o domínio público e o proprietário individual.

De acordo com Peters (2009), o ano de 1850 pode ser considerado um divisor de águas no ordenamento jurídico brasileiro e na própria história territorial do país. Além da Lei de Terras, diversas leis foram editadas, como o Código Comercial Brasileiro, Lei 556 de 25 de junho de 1850, que continua vigente em parte até os dias atuais, e a Lei Eusébio de Queiroz, que foi uma modificação na legislação escravista brasileira, sendo considerada um dos primeiros passos para que fosse abolida a escravatura do Brasil. Entrementes, a Lei de Terras foi objeto de muitas críticas, com reflexos na história política e social, pois é considerada por muitos a raiz da luta pela terra e da desigualdade. Consoante Peters (2009, p.32):

A formação social e política do Estado brasileiro, é resultante da disputa de forças entre os donos da terra que defendiam ardentemente o *privatismo* e assim criavam os obstáculos ao desenvolvimento do poder público do Estado e a qualquer forma de intervenção deste na “questão da terra”.

⁴ Com a proibição da concessão de sesmarias, entre os anos de 1822 e 1850 (quando foi criada a Lei de Terras), a única forma de acesso legal à terra era a posse.

A Constituição de 1891 reafirmou a plenitude do direito de propriedade⁵. A exceção a essa intangibilidade é a desapropriação por necessidade ou utilidade pública, mediante prévio pagamento (art. 72). Todavia, há que se considerar que o Código Civil brasileiro de 1916, no artigo 524, assegurava ao proprietário o direito de usar, gozar e dispor da coisa, bem como reavê-la do poder de quem injustamente as possuísse. Aqui se verifica que a segurança jurídica do proprietário da terra era inabalável. Ainda, de acordo com esse código, não se aceitava mais a reavaliação das sesmarias e também não era mais possível a legitimação de posse. Entretanto, era possível a aquisição de terras através do usucapião.

Na Constituição de 1934 pode-se dizer que o Brasil trouxe à discussão, pela primeira vez, a questão relativa à função social da propriedade, ainda de forma tímida. De acordo com o artigo 113, garantia-se o direito de propriedade, desde que o mesmo não fosse exercido contra o interesse social ou coletivo. Com o advento desse instrumento, ficou claro que o proprietário teria que enxergar para além de seus próprios interesses econômicos.

A referida Carta Política inaugura uma nova fase na história política brasileira, dado que foi a primeira Constituição que colocou o interesse social ou coletivo, dando uma nova roupagem ao direito de propriedade, que não aparece mais blindado pelo absolutismo enraizado que predominava até então.

A promulgação do Estatuto da Terra (Lei 4504, de 30/11/64) visava originalmente a viabilizar o acesso à terra para quem não a possuía, sendo visto como um dos mais importantes documentos jurídicos que embasam, legitimam e corroboram a luta pela terra no Brasil (VIAL, 2003). Não obstante, como indica a mesma fonte, o Ato Institucional nº 5, de 13.12.68, teve reflexos nos mais diversos segmentos, inclusive na política agrária, em que o acesso à propriedade da terra só seria possível se os proprietários defendessem a integridade da Nação e a segurança nacional. Em pleno regime militar, esse ato institucional era mais um instrumento de cerceamento de direitos civis.

A década de 1980 trouxe a abertura democrática, tendo como marco crucial a promulgação da Constituição Federal de 1988 (doravante chamada CF), a qual foi concebida em um período de abertura política, redemocratização e de protestos em defesa dos direitos elementares do cidadão. Através do artigo 5º, em seus incisos XXII e XXIII da CF, foi reafirmado o direito de propriedade, bem como a necessidade de que a propriedade atenda a sua função social.

A inserção no ordenamento jurídico do princípio da função social delimitou os atributos e componentes integrantes do direito de propriedade, acarretando, na lei civil, a finalidade social da propriedade. Sendo assim, infere-se que a história da ocupação, conquista e posse da terra é a história da própria evolução social da sociedade brasileira, sendo que em cada etapa dessa evolução, novas formas de apropriação da terra foram surgindo.

⁵ Não se pode menosprezar a importância que assume a propriedade da terra do ponto de vista político, sobretudo quando o simples ato de votar e de ser votado era exclusivo para os que dispusessem dessa condição.

3. A FUNÇÃO SOCIAL DA TERRA

Foi com o advento do Estatuto da Terra que se definiu pela primeira vez quando a propriedade da terra cumpre a função social. De acordo com o artigo 2º, inciso 1º, isso ocorre quando simultaneamente ela:

- a) favorece o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores que nela labutam, assim como de suas famílias;
- b) mantém níveis satisfatórios de produtividade;
- c) assegura a conservação dos recursos naturais;
- d) observa as disposições legais que regulam as justas relações de trabalho entre os que a possuem e a cultivam.

Apesar de já ter sido abordada nas outras constituições, a função social da terra só foi consagrada (como cláusula pétrea) na CF de 1988. Nesse contexto, as modificações sofridas na visão que se tinha do direito de propriedade evidenciaram que a mesma não pode ser regulada apenas pelo Direito Privado. Os interesses coletivos fizeram com que ela fosse abrangida pelo Direito Público, passando a ser regulada também pelo Direito Constitucional.

O artigo 5º garantiu o direito de propriedade, desde que seja atendida a sua função social. Desse modo, a propriedade não existe isoladamente, visto que um dos elementos que a definem é o cumprimento da função social. Já o artigo 170 da Carta Magna inseriu essa função como um dos princípios da ordem econômica. Por outra parte, o Novo Código Civil Brasileiro de 2002 (Lei 10.406/02), diferentemente do Código Civil de 1916, em seu artigo 1228, adverte que:

O direito de propriedade deve ser exercido em consonância com as suas finalidades econômicas e sociais e de modo que sejam preservados, de conformidade com o estabelecido em lei especial, a flora, a fauna, as belezas naturais, o equilíbrio ecológico e o patrimônio histórico e artístico, bem como evitada a poluição do ar e das águas.

Todavia, é no artigo 186 da CF que se vê definido que a função social da propriedade é cumprida quando essa atende, simultaneamente, e segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos:

- I – aproveitamento racional e adequado;
- II – utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente;
- III – observância das disposições que regulam as relações de trabalho;
- IV – exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e trabalhadores.

Convém ressaltar que é imprescindível o cumprimento simultâneo de todos os requisitos para que se considere atendida sua função social. De acordo com o artigo 184 da CF, o não cumprimento da função social pela propriedade, acarreta não só uma tributação excessiva para o imóvel, como também a possibilidade de desapropriação para fins de reforma agrária.

Por outro lado, ao se explorar a terra, há que se ter a consciência de que deverão ser respeitados os limites do ecossistema onde se exerce a atividade. Além

disso, a conservação dos recursos naturais é de interesse de todos, mas há outros aspectos a serem levados em conta nessa discussão, caso se tenha em mente que

[...] a questão ambiental deve ser pensada a partir de um contexto global, dado que conservação dos recursos naturais finitos é de interesse da comunidade como um todo. É o que nos mostra a noção de “desenvolvimento sustentável”, que é aquele que atende às necessidades do presente, sem comprometer as necessidades das futuras gerações (ARAÚJO, 1998, p.86;aspas no original).

Sendo assim, admite-se que, no Brasil, o cumprimento da função social da terra é uma restrição geral e abstrata, constitucional e integrante do conceito de direito de propriedade, de forma que este se dirija não somente à satisfação dos interesses do proprietário, mas aos interesses da sociedade como um todo (BORGES, 2005). Com efeito, a função social tornou-se um princípio ético jurídico dirigido à sistematização da propriedade privada, recaindo no próprio conteúdo do direito de propriedade, dando-lhe, inclusive, um novo conceito.

A partir de então, a propriedade passa a ser vista como um elemento de transformação social que passa de um conteúdo extremamente individualista a um caráter muito mais social, submetendo-se, cada vez mais, aos interesses da coletividade.

4. FUNÇÃO AMBIENTAL

Historicamente, desde os primórdios da civilização, o homem já se preocupava com a salvaguarda e a conservação de seus recursos mais preciosos. Entre esses recursos, a natureza em todas as suas expressões, incluindo a terra, a água e as fontes de energia e de riqueza. Disciplinar o uso desses bens enseja o surgimento de convenções, acordos e leis ambientais.

No caso brasileiro, apenas na década de 1980 é que o ordenamento jurídico recepcionou efetivamente o discurso ambiental, deixando-se de trabalhar com tais questões de forma isolada e setORIZADA, passando a tratar o meio ambiente de forma integral e dinâmica, em que todos dependem uns dos outros e tudo influencia tudo. Em que pese o fato de já existirem normas ambientais importantes, foi a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 225, que consagrou o meio ambiente ecologicamente equilibrado como um direito de todos, considerando-o como bem de uso comum do povo e essencial à qualidade de vida da população, impondo ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (PETERS, 2009).

Nos dias atuais, a propriedade, além de cumprir sua função social, tem que adequar-se às novas exigências ligadas à preservação do meio ambiente. O artigo 186 da CF, - ao estabelecer em seu inciso II que a propriedade rural cumpre a sua função social quando ela atende, entre outros requisitos, à preservação do meio ambiente - impôs ao proprietário rural o dever de exercer o seu direito de propriedade em conformidade com a preservação da qualidade ambiental. De acordo com Peters (2009), a função ambiental é vista como um desdobramento lógico e inafastável da função social. Apesar de ter certa autonomia científica de tratamento, a função ambiental não pode ser vista apenas como uma simples dimensão da função social, pois é conteúdo integrante de um instituto maior, que é o direito de propriedade.

Os deveres jurídicos do proprietário nem sempre serão os mesmos, variando conforme a natureza do objeto sobre o qual irá recair o direito de propriedade. Sendo assim, poderá não haver apenas uma função ambiental da propriedade, mas várias funções ambientais.

Todavia, no novo Código Civil consta que:

O proprietário tem a faculdade de usar, gozar e dispor da coisa, e o direito de reavê-la de quem injustamente a possua ou detenha.

§ 1º O direito de propriedade deve ser exercido em consonância com as suas finalidades econômicas e sociais e de modo que sejam preservados, de conformidade com o estabelecido em lei especial, a flora, a fauna, as belezas naturais, o equilíbrio ecológico e o patrimônio histórico e artístico, bem como evitada a poluição do ar e das águas.

A conclusão a que se chega com a leitura desse parágrafo, é que o Código Civil de 2002, diferentemente do Código Civil de 1916, além de condicionar o exercício do direito de propriedade ao cumprimento da função social, condicionou-o também ao cumprimento da função ambiental. Para o objeto deste artigo importa advertir que:

Se a propriedade, sendo urbana ou rural, que possua qualquer recurso natural em seu interior o preservar, conforme legislação em vigor, estará atendendo um de seus requisitos na função social, qual seja, manter-se com o polo de equilíbrio ambiental dentro de um micro ou macroecossistema regional, atendendo assim, não somente aos interesses de seu proprietário, mas de toda a coletividade local. Se, ao descumprir a legislação em vigor, tiver seus recursos naturais degradados, estará obviamente descumprindo sua função social (CARADORI 2009, p.28).

É evidente que o direito de propriedade deve ser preservado, garantindo-se ao proprietário as faculdades de usar, gozar e dispor da coisa. Entretanto, é importante destacar que esse direito não pode se sobrepor às questões de interesse comum, como é precisamente o caso das ambientais. É possível utilizar a propriedade, mesmo que haja interferências nas questões de caráter ambiental, desde que haja a obediência às normas legais atinentes.

Vê-se, portanto, que o sistema legislativo do país se desenvolveu em direção a um amplo conjunto de normas que, se por um lado mostram-se rigorosas e bastante abrangentes, por outro, contêm aspectos de flexibilidade que indicam a preocupação em conciliar a proteção do meio ambiente e as necessidades do desenvolvimento econômico.

Deve-se ter em mente que o homem não tem o poder de destruir, quando se utiliza da sua capacidade de produzir na obtenção de bens materiais. Entrementes, se por um lado o sistema jurídico passou a garantir e assegurar a propriedade privada, por outro, passou a ser pressionado, cada vez mais, no sentido de que seja reconhecida uma função não apenas jurídica, mas também social e ambiental da terra.

4.1. Os espaços territoriais especialmente protegidos

Com o surgimento da CF, o entendimento que muitos autores têm acerca dos Espaços Territoriais Protegidos, mencionados no artigo 225, é de que eles são considerados como um grupo ao qual pertencem todas as modalidades específicas de áreas de proteção, quais sejam: as Áreas de Preservação Permanente, Reserva Legal, Territórios Indígenas, Áreas de Zoneamento Ambiental e Unidades de Conservação. A Lei 9.985/2000 instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SISNUC), tornando mais fácil a compreensão dos regimes e das classes de espaços territoriais especialmente protegidos. Do ponto de vista de Borges, são eles o gênero de que as unidades de conservação são as espécies.

4.2. Áreas de preservação permanente

O artigo 1º, caput, do Antigo Código Florestal estatuiu que:

As florestas existentes no território nacional e as demais formas de vegetação, reconhecidas de utilidades às terras que revestem, são bens de interesse comum a todos os habitantes do País, exercendo-se os direitos de propriedade com as limitações que a legislação em geral e especialmente esta Lei estabelecem.

O que se evidencia aqui é que o direito de propriedade poderá sofrer limitações para que a função ambiental possa ser cumprida. O marco legal pressupõe o intuito de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica, a biodiversidade e o fluxo gênico de fauna e flora, bem como proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas.

É importante mencionar que a criação de uma APP, tanto por força de lei como por ato do poder público, acarreta uma limitação administrativa, restringindo, portanto, o exercício livre e pleno do direito de propriedade, decorrente do poder de polícia⁶ afeto à Administração Pública.

4.3. Alterações do Código Florestal

Durante a elaboração deste estudo, encontravam-se em discussão no Congresso Nacional vários projetos de reformulação do Código Florestal (Lei 4.771/65), gerando um embate entre distintas visões sobre a proteção de florestas e o desenvolvimento. Esse tipo de enfrentamento mostra uma das interfaces de um intenso campo de disputas políticas.

Um fato que exacerbou ainda mais esse conflito foi a edição da Medida Provisória 1.511/1996, que acarretou alterações substanciais no Código Florestal e que hoje, com o conteúdo bastante estendido, vigora na forma da Medida Provisória 2.166-67/2001. Em janeiro de 2010 existiam 36 projetos tramitando na Câmara dos Deputados com a finalidade de alterar, de alguma forma, o estatuído no Código Florestal (GANEM, ARAÚJO, 2010).

⁶ Para Meirelles (2005, p.131), "Poder de polícia é a faculdade de que dispõe a Administração Pública para condicionar e restringir o uso e gozo de bens, atividades e direitos individuais, em benefício da coletividade ou do próprio Estado". Em linguagem menos técnica, pode-se dizer que o *poder de polícia* é o mecanismo de frenagem de que dispõe a Administração Pública para conter os abusos do direito individual.

Mais adiante, outro acontecimento que reacendeu ainda mais esse embate e estimulou também diversas iniciativas objetivando alterações no Código Florestal foi o Decreto nº 6.514, de 22 de julho de 2008, que regulamentou a Lei dos Crimes Ambientais (Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998), dispondo sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente, estabelecendo o processo administrativo federal para apuração dessas infrações, além de outras providências.

Depois de passar pelas duas casas legislativas, no final do mês de maio de 2012, a presidenta da República vetou 12 artigos e fez 32 modificações no Projeto do Código Florestal. Para que o país não ficasse sem uma legislação ambiental, as alterações foram encaminhadas pelo governo ao Congresso, por meio da Medida Provisória nº 571/2012, convertida na Lei 12.727, de 17 de outubro de 2012. Os embates no legislativo só fazem confirmar a profundidade dos enfrentamentos e a complexidade dos argumentos esgrimidos por diversos setores da sociedade.

5. METODOLOGIA

Como já foi mencionado introdutoriamente e tendo em vista que foi feita um pesquisa qualitativa, que tem como enfoque a Teoria das Representações Sociais, foram realizadas onze (11) entrevistas individuais semi-estruturadas.

A pesquisa não foi feita em um meio social específico, o que fez com que o problema da seleção dos entrevistados tenha se tornado mais complexo, tendo em vista que o assunto tem relevância em distintos contextos sócio-políticos. Sendo assim, foi necessário que se definisse quais os ambientes relevantes onde poderia ser feita a seleção dos entrevistados (BAUER; GASKELL, 2003).

Entre os entrevistados constam atores sociais de diversos segmentos de Pelotas e região, a saber: representantes da Associação Rural; Sindicato Rural; Sindicato dos Trabalhadores Rurais; Escritório local do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA); Escritório local da Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luiz Roessler (FEPAM); Escritório local da Secretaria Estadual do Meio Ambiente (SEMA); Secretaria Municipal de Qualidade ambiental (SQA); Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR); Escritório local da Empresa Brasileira de Extensão Rural (EMATER); Cooperativa Sul-ecológica de Agricultores Familiares Ltda. e Promotoria de Justiça Especializada de Pelotas. Após as entrevistas, realizadas entre março de 2010 e fevereiro de 2011 no município de Pelotas/RS, o próximo passo foi a transcrição e a análise das mesmas, com o olhar atento às visões de mundo dos atores sobre os aspectos discutidos anteriormente acerca da dimensão social e ambiental da terra. Nessa abordagem, utiliza-se as representações sociais como instrumento de interpretação.

6. REPRESENTAÇÕES SOCIAIS EM DISCUSSÃO

A análise do conteúdo⁷ das entrevistas⁸ buscou desvendar, fundamentalmente, não só como se apresentam as representações sociais dos

⁷Utiliza-se aqui uma combinação entre a Teoria das Representações Sociais de Serge Moscovici e o método de análise de conteúdo, embasado pela teoria de Laurence Bardin (1977). Devido ao fato de que foi utilizado um método de abordagem qualitativo, foi analisado um pequeno número de informações complexas e pormenorizadas que tiveram como base a presença ou ausência de uma característica ou o modo como através do qual os elementos do discurso articulam-se uns com os outros. Sendo assim, além da frequência dos diferentes juízos, também foi calculada a sua intensidade e direção.

⁸As entrevistas foram realizadas no período compreendido entre março de 2010 e fevereiro de 2011, no município de Pelotas/RS.

atores sociais do município de Pelotas sobre o uso dos recursos naturais, bem como indagar acerca do conflito existente entre os interesses dos produtores, suas práticas e percepções sobre a propriedade e uso dos recursos produtivos, e por outra parte, o esforço crescente de amplos setores da sociedade em preservar a integridade dos ecossistemas.

De um modo geral as representações sociais ou coletivas devem ser entendidas como processos ou fenômenos mentais compartilhados, através dos quais as pessoas organizam suas vidas. Vale dizer que é na obra fundacional da Sociologia moderna de Émile Durkheim (1895/1968) que se encontram as primeiras alusões a esse conceito, mormente na distinção que ele estabelece entre o que sejam representações 'individuais' e representações 'coletivas'. Todavia, como adverte Duveen (2010, p.13), o esforço para erigir a Sociologia como uma ciência autônoma fez com que Durkheim propusesse uma separação radical entre essas duas modalidades de representações, assumindo que as primeiras deveriam ser o campo da Psicologia, enquanto as últimas conformariam o objeto de Sociologia. Concretamente, pode-se dizer que as representações sociais governam as escolhas e as visões dos indivíduos, do ponto de vista valorativo. Observa-se como se apresenta a questão do ponto de vista da realidade investigada.

Tal como se analisou anteriormente, a evolução do direito de propriedade experimentou mudanças substanciais através do tempo. Mas é preciso considerar também as transformações operadas no plano das representações sociais dos atores com relação ao uso e posse dos recursos naturais. Pode-se constatar a preocupação de que a propriedade seja enxergada na sua totalidade através da fala do representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pelotas:

Às vezes, aquela ânsia, aquela intranquilidade do produtor, ela é muito acentuada, então aí que começa as coisas. Quer dizer, tem uma intranquilidade, uma coisa puxa a outra, tu tá falando em meio ambiente, mas a nossa propriedade ela é um todo, não é só meio ambiente (informação verbal⁹).

A função ambiental passa a ser vista não apenas como uma dimensão que deve ser levada em consideração no exercício do direito de propriedade, dado que ela faz parte de uma estrutura muito mais ampla e complexa, a qual precisa ser observada na sua totalidade, como já foi mencionado no instituto da função social da propriedade.

Desta forma, evolui-se de uma concepção extremamente absoluta e individualista do direito de propriedade para uma concepção mais relativizada e voltada aos anseios da coletividade, o que pode ser corroborado através das palavras do representante da Promotoria Pública:

O que se tem feito, o que se debate hoje? O código florestal impede alegação de pleno exercício do direito de propriedade, não existe mais, a constituição revogou. Não tem mais essa de que eu faço o que eu quero. Tu fazes o que tu queres, respeitados aqueles limites que a constituição impõe, inclusive o meio ambiente (informação verbal¹⁰).

⁹ Informação fornecida pelo representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pelotas, em entrevista concedida no município de Pelotas, Abr/2010.

¹⁰ Informação fornecida pelo representante da Promotoria, em entrevista concedida no município de Pelotas, Jun/2010.

O nosso sistema jurídico, ao garantir e assegurar o regime da propriedade privada, exigiu, em contrapartida, que o proprietário cumprisse a função social e ambiental da propriedade da terra. Essa preocupação vem ocorrendo e pode ser evidenciada pela pesquisa com veemência, na fala do representante da Cooperativa Sul Ecológica de Agricultores Familiares Ltda.:

A gente não trabalha só a questão da produção. A gente trabalha o bem-estar da pessoa, dos animais, do meio ambiente. Então, são três coisas basicamente que a gente não pode se esquecer. É o bem-estar das pessoas, o agricultor tem que se sentir bem onde ele trabalha, ele e não pode estar, por isso que eu acho, e nada contra quem usa veneno e tal, eu acho que uma pessoa com todos aqueles equipamentos, máscara, macacão e não sei o que mais, em um dia de sol de 40°, mais o cheiro que aquele veneno tem, e eu acho que a pessoa não se sente bem lá dentro. Posso até estar enganado. Aí tu começa a ver que ele não só mata aquele inseto que está matando o que está destruindo a planta dele, ele tá matando os inimigos naturais também. Isso vai trazer um desequilíbrio para a natureza toda, os pássaros e daí por diante, os animais que eu acho que também tem o direito de ter uma vida digna, a gente trabalha isso também, e depois o consumidor final, a gente acha que também este merece uma comida saudável (informação verbal¹¹).

Como já foi evidenciado, a propriedade é um direito garantido constitucionalmente, cujo exercício é condicionado ao cumprimento da função social. Todavia, há problemas atinentes ao exercício desse direito, os quais foram identificados na tomada dos mais diversos pontos de vista. Os principais problemas identificados foram a enorme burocracia do Estado na concessão de licenças e autorizações para viabilização e implantação dos empreendimentos e a injustiça pela qual está passando o usuário da terra, quando é considerado, muitas vezes, como o grande responsável pelos problemas ambientais.

Esse sentimento pode ser verificado na fala do representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pelotas, quando remete a discussão para o debate acerca do antagonismo campo-cidade:

Quem é que polui mais? O meio urbano ou o meio rural? Quer dizer, nós temos que preservar, nós, agricultores, temos que preservar e somos punidos. Entra em qualquer cidade, aqui em Pelotas, vai aqui na vila, olha esses córregos que tem ali, eu fico com pena, eu fico triste, porque eu sou uma pessoa que também tenho descendentes aqui, que vão ter que usar este ambiente. Mas tem lugares aí, umas sangas aí, uns arroiozinhos aí, que atravessam essas vilas aí, dá pena de olhar, dá vontade de chorar, não é mais água, sim, mas e aí, ninguém faz nada, ah mas lá a vaca não pode beber água do arroio porque ela pode estercar dentro da água e vir para, vê se pode, agora, não é aquela vaca lá que faz aquilo ali que vem aqui encher o nosso Laranjal e as praias de

¹¹ Informação fornecida pelo representante da Cooperativa Sul Ecológica de Agricultores Familiares Ltda., em entrevista concedida em março de 2010.

improbabilidades (Representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pelotas) (informação verbal¹²).

Como já foi mencionado, apesar de já existirem, há muitos anos, normas ambientais importantes, só em tempos relativamente recentes o discurso ambiental foi incorporado ao ordenamento jurídico, pois foi apenas na Constituição Federal de 1988 que o meio ambiente foi reconhecido e consagrado como um direito de todos e um bem difuso de uso comum. A importância atual da adoção desse discurso ambiental pela nossa Carta Maior e seu impacto sobre consciências e *habitus* pode ser notada, neste trabalho, através da fala de alguns dos entrevistados. A interpretação do representante do IBAMA resgata essa trajetória nos seguintes termos:

[...] nos anos 80, já se iniciava alguma coisa sobre preservação ambiental, sobre esses órgãos vinculados à preservação ambiental. Então, se tinha um início disso. Mas, no início dos anos 90, é que iniciou, até mesmo com essa preocupação em criação do Ibama, e esses conceitos ambientais, que muitos ecologistas levantaram, em razão disso que se criou uma nova mentalidade. Então se tem, através do Ibama e através dos órgãos judiciários, promotoria pública e juízes, tudo com conceitos de preservação ambiental e cumprimento de legislação ambiental ao rigor. O rigor no cumprimento destas questões ambientais. Então, o brasileiro, a pessoa sofre muito, penas, muita repressão, e isso ajuda muito a criar um conceito de preservação ecológica. Muitas vezes as pessoas com formação já mais antiga não entende. Compreende que deva fazer, mas não entende por quê. Porque não tem aquele conhecimento de *por que* preservar. Por que eles pensam assim? Porque a vida de um animal tem maior valor que a vida de um ser humano? Eles têm essa ideia errada. Eles não entendem que a finalidade é de preservar um animal até em função da vida humana na terra, no planeta. Uma árvore vale mais do que uma pessoa. Muitas pessoas pensam assim. Têm uma ideia errada (informação verbal¹³).

Vê-se que o agente do órgão ambiental, mesmo não vinculado aos produtores rurais, expressa sua percepção mencionando as antigas práticas no uso da propriedade quanto à estranheza e resistência, mesmo que psicológica, às imposições sobre uma nova ordem de valoração das coisas, na qual um animal ou até uma árvore deveriam ser tratados e preservados prioritariamente frente à sobrevivência do homem. Essa mentalidade está fortemente enraizada, sobretudo entre as pessoas mais velhas, cujas concepções e *habitus* acham-se cristalizadas e distantes da evolução gradual dos debates sociais:

Na questão atinente ao direito material ambiental é uma legislação nova, pesada que precisa ser amadurecida por todos, então não posso achar que um, alguém que mora no meio rural, que não passou pelas escolas, tenha perfeita compreensão do que é a constituição e do que é direito ambiental. Então, aí há um choque porque a nós, da qualidade ambiental, cabe garantir a sustentabilidade do meio ambiente,

¹² Informação fornecida pelo representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pelotas, em entrevista concedida em abril de 2010.

¹³ Informação fornecida pelo representante do IBAMA, em entrevista concedida em fevereiro de 2011.

garantir o meio ambiente equilibrado das presentes e futuras gerações, respeitar todos os procedimentos que são exigidos por uma república democrática, em confronto ainda com uma concepção de sociedade individualista que não enxerga o outro, sendo que a vocação do direito ambiental é enxergar o terceiro, o meio ambiente em si, não, e garantir a sua tutela (Representante da Secretaria de Qualidade Ambiental). (informação verbal¹⁴).

O que se pode extrair dessas falas é de que não existe, ainda, entre esses atores, uma completa assimilação do espírito e da real importância da legislação ambiental, o que permite a permanência de um conflito imanente entre os interesses e as prioridades (individuais e coletivas), determinado pela tradição, pela cultura, pelo consenso grupal e pelo isolamento.

Por outro lado, de acordo com a visão do representante da Secretaria Estadual do Meio Ambiente, o que há é uma percepção de um conflito derivado da lenta assimilação cultural:

A falta de informação ainda é muito grande, por isso que existe aquela percepção do conflito, do conflito ou do desajuste, por que o processo da agricultura é um processo cultural, que foi adquirido ao longo dos tempos. O procedimento de proteção ambiental e da biodiversidade é um processo que ainda está muito recente, desde a constituição de 1988 para cá. Isso, para muitas pessoas, ainda não entrou na cabeça. Como é que eu não vou poder fazer uma atividade? Fiz a vida inteira. Existe aquela forte tradição da herança cultural, então, é muito mais fácil tu entenderes isso na agricultura, e tu teres mais adeptos a esse lado, do que ter adeptos, por exemplo, a práticas de manejo integrado, de manejo de agroecologia, manejo de produção, que tu aproveites mais os recursos naturais, não agridas com agrotóxicos, ou com práticas devastadores, com máquinas mal dimensionadas, utilização de sementes não apropriadas, então, tem uma série de coisas, aí poderias trabalhar mais harmoniosamente onde há natureza, plantio direto, conservação do solo, não deixar vir a erosão, todos esses são os aspectos, que ainda não se incorporaram na herança cultural minha, nem tua (informação verbal¹⁵).

Esse entendimento do entrevistado indica a influência exercida pela herança cultural, por força daquilo que foi sendo transmitido, de geração a geração, do ponto de vista de práticas adotadas pelos produtores. Conforme adverte Bourdieu (1989, 1990), isso se deve à posição ocupada e ao *habitus* adquirido e incorporado pelos indivíduos ao longo de sua trajetória, parecendo contraditório quando o mesmo afirma que o processo da proteção ambiental “ainda está muito recente” e que “isso, para muitas pessoas ainda não entrou na cabeça”. Sendo assim, confirma-se que, muitas vezes, as ações dos produtores rurais são orientadas ou coagidas e só se tornam rotineiras pelo peso do *habitus*.

Por outro lado, constatou-se o aparecimento, nas falas dos entrevistados, e com relativa frequência, de supostos desajustes entre a aplicação da legislação e a

¹⁴ Informação fornecida pelo representante da Secretaria de Qualidade Ambiental, em entrevista concedida em junho de 2010.

¹⁵ Informação fornecida pelo representante da Secretaria Estadual do Meio Ambiente, em entrevista concedida em abril de 2010.

realidade do produtor. A grande maioria dos discursos expôs que existe, sim, um desajuste entre a legislação e a realidade do produtor. Na fala do Representante da Cooperativa Sul Ecológica de Agricultores Familiares, esse aspecto é claro:

Como já tinha falado, são pequenos ajustes na lei. No meu ponto de vista, eu acho que em partes ela é um pouco rígida. Se realmente tem uma nascente aqui e diz que tem que ter 20 m de cada lado, às vezes tem que ter um pouquinho de tolerância, tu tens 10 m aqui e podes ter 30 m aqui embaixo. Cada área é uma realidade diferente, cada agricultor é uma realidade diferente, então acho que este olhar aí, externo, tem que ter um pouco de formas, eu sei que é difícil isso, tu dares uma vantagem para um, para o outro não, e tal [...]. Eu acho que tem que haver uma adaptação. Cada área e cada região é diferente. Então, eu acho que não dá para usar o mesmo modelo aqui do sul do R. G. do Sul, no Nordeste (Representante da Cooperativa Sul Ecológica de Agricultores Familiares) (informação verbal¹⁶).

Já se sabe que a dimensão ambiental é apenas um dos aspectos que devem ser levados em consideração para que o direito de propriedade seja exercido conforme as exigências constitucionais. Sendo assim, existem problemas referentes ao cumprimento da legislação, de forma que também seja cumprida a função ambiental da propriedade, os quais foram revelados na análise do conteúdo das entrevistas.

No município de Pelotas, evidenciou-se que os principais problemas enfrentados no cumprimento da legislação são os relativos às Áreas de Preservação Permanente e Reserva Legal, apesar de algumas falas de representantes dos órgãos de fiscalização negarem a ocorrência desses problemas.

Entretanto, apesar de ter ficado evidente a existência de tensões, a análise do conteúdo das entrevistas mostra certa convergência em relação ao futuro sobre as questões que envolvem a convivência entre o exercício pleno do direito de propriedade rural e a aplicação da legislação de meio ambiente, com vistas à sustentabilidade.

Com respeito à possibilidade de que ocorra uma conciliação ou harmonização entre, de um lado, os interesses dos produtores, práticas e representações sociais sobre a propriedade e recursos produtivos, e de outro, o esforço da sociedade em preservar a integridade dos ecossistemas, as percepções de grande parte dos entrevistados revelaram que essa convergência não só é possível, como já está acontecendo, fato que pode ser ilustrado na seguinte fala:

Acho que vamos chegar, não sei quando, não sei quando mas vamos ter que chegar neste nível aí. Acho que é possível compatibilizar, através do diálogo, não existe outra forma, e através da preponderância do valor vida sobre o valor econômico. [...] Tenho o teu sonho? Tenho. Vamos buscar? Vamos. Acho que vai acontecer? Vai. Vamos demorar? Vai. Não vai ser para mim, talvez seja para os meus filhos, talvez seja para os netos. Acho que eles vão encontrar coisa melhor. [...] Tem que mudar. Vai mudar. Não sei quando vai. Como é que eu vou chegar para meus filhos e dizer: olha aqui, isso aqui não tem solução. [...] Não, vai mudar. Vai, aos poucos, vai

¹⁶ Informação fornecida pelo representante da Cooperativa Sul Ecológica de Agricultores Familiares, em entrevista realizada em março de 2010.

mudar. Está mudando. Estamos melhor que há vinte anos atrás, estamos. [...] Vamos todos sobreviver, ou vamos todos naufragar? Não tem como ser diferente. Não acredito que possa ser diferente, não acredito que vamos piorar nas questões ambientais, acho que a tendência é a consciência ambiental, ela por si só vai mudar. Acho que nós caminhamos para isso. E precisamos ardentemente dos xiitas, ou dos ecoambientalistas, como é que se chamam os mais radicais? Eco - chatos. Os que chamam de ecochatos, eles são necessários. E com a chatice deles, eles nos chamam atenção. E só aí nós percebemos algumas coisas. Eu gosto do ecochato, eu gosto do consumidor chato, embora eu não seja chato e tal, ou talvez não me considere, mais eles é que fazem agente despertar, nós precisamos de alguns radicalismos, o radical sempre é necessário, não para destruir, mas para construir a partir dele (informação verbal¹⁷).

O Ministério Público, com sua participação na elucidação de conflitos nessa área, traz a valiosa expressão da experiência na lida com a diversidade de posições e de argumentos divergentes, chamando a atenção, com prioridade de valor, para a *vida* e para o fato de que o objetivo da conciliação é daqueles que, pela natureza e magnitude de interesses envolvidos, só se atinge através de complexos entendimentos os quais, entretanto, já vêm ocorrendo com bons resultados. Corre-se o risco de considerar que essa opinião traduziria o pensamento e as representações sociais da média da sociedade sobre os embates entre a legislação ambiental e o mundo rural, por força das peculiaridades da função pública que o Ministério Público exerce e por permitir uma ampla absorção das aspirações de todas as vertentes e de sua projeção, tanto no tempo como na variedade de locais e cenários de onde se originam os desajustes.

As percepções de todos os entrevistados, ao emitirem uma avaliação sobre a possibilidade de que ocorra uma conciliação e uma harmonização dos interesses foram exteriorizadas com um alto grau de convicção. Houve um predomínio e uma frequência maior nas opiniões positivas (favoráveis), que veem com otimismo a possibilidade de se conciliar os interesses individuais com os coletivos. Desta forma, as percepções dos atores sociais ouvidos expressam a realidade do setor agropecuário e um ambiente real, não obstante, regido por algumas incertezas. Tais representações sociais espelham, de fato, como bem ensinou Minayo (1995), categorias de pensamento pelos quais uma sociedade elabora, reelabora e expressa a sua realidade. A conciliação dos interesses, quando atingida, passa a exprimir a nova realidade dos atores sociais, conquistada pela exteriorização da contrariedade com as antigas atitudes.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, percebe-se que o direito de propriedade sofreu e vem sofrendo inúmeras transformações no decorrer do tempo até os dias atuais. Ao conceito original de propriedade foram agregadas novas finalidades, a partir da necessidade de se atender a novos anseios que atravessam a sociedade, sobretudo por força do despertar de uma nova consciência em torno aos imperativos de justiça social e de uma gestão mais equânime e democrática das riquezas e oportunidades. Desta forma, as terras de domínio privado passaram a ter um comprometimento

¹⁷ Informação fornecida pelo representante da Promotoria, em entrevista concedida em junho de 2010.

muito maior com a nação como um todo, no que se refere à qualidade de vida de seus membros e à preservação dos recursos naturais para as presentes e futuras gerações.

A análise do conteúdo das entrevistas serviu para trazer à tona as representações sociais, ou seja, o juízo, a avaliação, e mais especificamente, a atitude dos atores sociais do município de Pelotas sobre o uso dos recursos naturais, levando-se em consideração a emergência de um novo marco jurídico que regula as atividades agropecuárias, em meio à crescente relevância assumida pelos objetivos conservacionistas e da sustentabilidade ambiental.

Ficou perceptível na pesquisa que ainda existem lacunas e dificuldades na compreensão e aceitação da legislação ambiental. Práticas que foram transmitidas de geração a geração tornam-se rotineiras. A ação do produtor e suas escolhas, de um modo geral, ainda são coagidas pelo *habitus* adquirido e incorporado ao longo de sua trajetória, muito embora seja evidente nessas ações, também, uma despreocupação com a degradação ambiental que pudesse estar sendo causada.

Em verdade, o que se pode deduzir é que não havia em épocas anteriores uma pressão conservacionista como nos dias atuais, e ainda, que esse *habitus* foi formado na ausência de legislação e regulamentos efetivos sobre a matéria, aliada à relativa distância de uma fiscalização mais efetiva e, também, do forte ativismo ambientalista que tomou uma dimensão inexistente há algumas décadas atrás. A percepção do risco, o reconhecimento acerca da gravidade do processo de câmbio climático e os grandes crimes ambientais, dentre outros fatores, contribuem para esse cenário de incertezas e de forte questionamento sobre suas causas.

Outra questão evidenciada na maioria dos depoimentos diz respeito ao desajuste que existe entre a aplicação da lei e a realidade do produtor, sendo um forte indício de que a legislação deva sofrer alterações. O presente estudo revelou a existência de tensões recorrentes, nem sempre explícitas, devido às diferentes percepções existentes sobre o uso dos recursos naturais em sua aceção absoluta e exclusiva, e a aceitação/submissão aos interesses coletivos ligados à preservação e aos imperativos da sustentabilidade.

Todavia, o momento presente sinaliza para uma convergência e concertação, muito mais do que para rupturas de maior calado. Percebe-se, destarte, um desejo dos atores sociais no sentido de que se atinja uma síntese de interesses, obtida através da adaptação da legislação ambiental e, também, das exigências da sustentabilidade, das práticas sociais e da formação, pelo diálogo constante entre as duas esferas – o individual e o coletivo - de novas posturas, teóricas e práticas, de convivência, com maior tolerância recíproca das próprias consciências. A simples construção de novas mentalidades e práticas que conduzam à predominância absoluta da preservação ambiental sobre a necessidade social do aproveitamento econômico nas propriedades rurais deverá engendrar um processo de readaptação que, evidentemente, não será no curtíssimo prazo.

Não se pretende esgotar a investigação sobre o universo de comportamentos, possibilidades e percepções dos atores sociais em geral. O mesmo há que ser dito com relação à esfera de atuação dos agentes públicos encarregados de comandar, executar, fiscalizar e fazer cumprir o conjunto de normas ambientais. Trata-se de um ponto de chegada, mas também de partida para futuros trabalhos sobre um tema atual e não menos controverso. Não se extingue o processo permanente de evolução do pensamento e do próprio espírito do homem rural na sua atitude filosófica e social, como também a natureza objetiva e pragmática da questão quando trata das atenções que devem ser dadas à terra no duplice sentido: o de provedora ainda não explorada em todas as suas potencialidades e, antes de tudo, o de “ninho, lar”, ponto de ancoragem,

sobrevivência e de desenvolvimento pessoal e coletivo, que deve ser protegido da depredação, para as presentes e as futuras gerações.

8. REFERÊNCIAS

ARAÚJO, L. E. B. de. **O acesso à terra no Estado Democrático de Direito**. Frederico Westphalen: URI,1998. 254p.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa, Portugal: Edições70.1997.222p.

BAUER, M. W.; GASKELL, G. (Ed.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. Petrópolis: Vozes, 2003.516p.

BORGES, R. C. B. Função ambiental da propriedade rural. In: **Direito agrário na constituição**. Rio de Janeiro: Forense, 2005. p.271-303.

BOURDIEU, P. Espaço social e poder simbólico. In: **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 1990 p.149-168.

_____. **O poder simbólico**. Lisboa: DIFEL, 1989. 315p.

BRASIL. **Ato Institucional nº 5, de 13.12.68**. Disponível em: <http://www.fpa.org.br>. Acesso em 19 de março de 2015

_____. **Constituição Política do Império do Brasil**, promulgada em 25 de março de 1824. Disponível em: <http://www.presidencia.gov.br>. Acesso em: 03.mai.2015.

_____. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**, promulgada em 24 de fevereiro de 1891. Disponível em: <http://www.presidencia.gov.br>. Acesso em: 03.mai.2015.

_____. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**, promulgada em 16 de julho de 1934. Disponível em: <http://www.presidencia.gov.br>. Acesso em: 03.mai.2015.

_____. **Constituição Federal da República Federativa do Brasil**, promulgada em 05 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.presidencia.gov.br>. Acesso em: 03.mai.2015.

_____. **Decreto nº 6.514, de 22 de julho de 2008**. Dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente, estabelece o processo administrativo federal para apuração dessas infrações e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 02 jul. 2015.

_____. **Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850**. Dispõe sobre as terras devolutas do Império. Publicada na CLB de 1850. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 03 maio 2015.

_____. **Lei nº 3.071, de 1º de janeiro de 1916**. Institui o Código Civil dos Estados Unidos do Brasil. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, RJ, 5 jan.1916.Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 03 maio 2015.

_____. **Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964.** Dispõe sobre o Estatuto da Terra e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 31. nov.1964. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 03 maio 2015.

_____. **Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965.** Institui o novo Código Florestal. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 16. set. 1965 e retificada em 28. Set.1965. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 03 maio 2015.

_____. **Lei nº 9.985, de 18 julho de 2000.** Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 19. Jul.2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 03 maio 2015.

_____. **Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002.** Institui o Código Civil. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 11. jan.2002 Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 03 maio 2015.

_____. **Lei 12.727 de 17 de outubro de 2012.** Altera a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; e revoga as Leis nºs 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001, o item 22 do inciso II do art. 167 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, e o § 2º do art. 4º da Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012.. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 09 maio 2015.

_____. **Medida Provisória nº 1.511/1996.** Dá nova redação ao art. 44 da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, e dispõe sobre a proibição do incremento da conversão de áreas florestais em áreas agrícolas na região Norte e na parte Norte da região Centro-Oeste, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 19 março 2015.

_____. **Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001.** Altera os arts. 1º, 4º, 14, 16 e 44, e acresce dispositivos à Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, que institui o Código Florestal, bem como altera o art. 10 da Lei nº 9.393, de 19 de dezembro de 1996, que dispõe sobre o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - ITR, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 19 março 2015.

_____. **Medida Provisória nº 517, de 25 de maio de 2012.** Altera a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nºs 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 05 agosto 2015.

CARADORI, R. C. **O Código Florestal e a legislação extravagante: a teoria e a prática da proteção florestal.** São Paulo: Atlas, 2009. 238p.

DURKHEIM, É. **As regras do método sociológico**. 5ª Ed., São Paulo: Editora Nacional. 1968.

DUVEEN, G. Poder das ideias. In: MOSCOVICI, S. **Representações sociais. Investigações em psicologia social**, Petrópolis: Editora Vozes, p.7-28. 2010.

GANEM, R. S.; ARAÚJO, S. M. V. G. Revisão do Código Florestal: análise dos projetos de lei em tramitação no Congresso Nacional. In: SILVA, S. T.; CUREAU, S.; LEUZINGER, M. D. (coord.) **Código Florestal: desafios e perspectivas**. São Paulo: Fiúza, 2010. p.376-401.

MEIRELLES, H. L. **Direito administrativo brasileiro**. São Paulo: Malheiros Editores, 2005. 808p.

MINAYO, M. C. S. O conceito de representações sociais dentro da sociologia clássica. In: GUARESCHI, P. A.; JOVCHELOVITCH, S. (org.) **Textos em representações sociais**. Petrópolis: Vozes, 1995. p. 89-111.

MOSCOVICI, S. **Representações sociais**. Petrópolis: Vozes, 2003. 404p.

PETERS, E. L. **Meio ambiente e propriedade rural**. Curitiba: Juruá, 2009. 192p.

STEFANINI, L. L. **A propriedade no direito agrário**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1978. 300 p.

VIAL, S. R. M. **Propriedade da terra: análise sociojurídica**. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2003. 279p.

EXTENSÃO RURAL E CIBERCULTURA: O FACEBOOK COMO FERRAMENTA DE PROMOÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL

Bruno de Oliveira Andrade¹
Maria Salett Tauk Santos²

RESUMO

A pesquisa analisa as ações de comunicação da Associação Brasileira das Entidades Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural (Asbraer) nas redes sociais virtuais, especificamente o Facebook. A intenção é compreender até que ponto o trabalho da Asbraer no Facebook contribui na promoção dos princípios da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater). O estudo utiliza técnicas combinadas de coleta e análise de dados, com ênfase na Netnografia ou Etnografia Virtual, uma abordagem metodológica que busca se utilizar dos pressupostos da Etnografia para análise do ciberespaço. A pesquisa elencou as seguintes categorias, para análise: Ater e desenvolvimento sustentável; Ater e agricultura ecológica; Ater, construção da cidadania e democratização da gestão da política pública; Ater e relações de gênero, geração e etnia. Os resultados evidenciaram que, apesar de a Asbraer publicar conteúdos com regularidade em sua Linha do Tempo no Facebook, poucas vezes contempla as preocupações apresentadas nos princípios da Pnater. Identificamos igualmente que a rede virtual da Associação, e seus seguidores, é caracterizada por poucas interações entre os nós ali presentes.

Palavras-chave: ASBRAER, cibercultura, Extensão Rural, , facebook, . redes sociais.

¹ Graduação em Jornalismo pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Mestrado em Extensão Rural e Desenvolvimento Local pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). E-mail: brunoandrade82@hotmail.com

² Professora Associada IV da Universidade Federal Rural de Pernambuco. Possui Graduação em Jornalismo pela Universidade Católica de Pernambuco (1971), Mestrado em Administração Rural e Comunicação Rural pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (1982) e Doutorado em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo (1994). Professora do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local (Posmex/UFRPE), do Programa de Pós Graduação em Tecnologia e Gestão em Educação a Distância – UFRPE (2010/2013), e do Programa de Pós-Graduação em Consumo, Cotidiano e Desenvolvimento Social (DCD-UFRPE). E-mail: mstauk@terra.com.br

RURAL EXTENSION AND CYBERCULTURE: FACEBOOK AS A PROMOTIONAL TOOL OF THE NATIONAL POLICY ON TECHNICAL ASSISTANCE AND RURAL EXTENSION

ABSTRACT

The research aims to analyze the communication actions of the Brazilian Association of State Technical Assistance and Rural Extension (Asbraer) in virtual social networks, specifically Facebook. The intention is to understand to what extent the work of Asbraer on Facebook collaborates in promoting the principles of the National Policy of Technical Assistance and Rural Extension. The study uses combined techniques of collecting and analyzing data, including a literature review, document analysis, with an emphasis on netnography or Virtual Ethnography and semi-structured interviews. For analysis, the survey listed the following categories: ATER and sustainable development; ATER and farming; ATER, building citizenship and democratization of the management of public policy; ATER and relations of gender, generation and ethnicity. The results showed that despite the Asbraer regularly publish content on your Timeline on Facebook, they rarely include the concerns raised on the principles of Pnater. Furthermore, we identified that the virtual network of the Association and his followers is characterized by few interactions between nodes present there.

Keywords: ASBRAER, cyberculture, facebook, Rural Extension, social network.

1. INTRODUÇÃO

O objetivo deste estudo é analisar os perfis virtuais do Facebook como instrumento de promoção da Política Nacional de Ater (Pnater). Mais especificamente, o que se quer compreender é a contribuição das ações de comunicação da Associação das Entidades Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural (Asbraer) no Facebook, no sentido de favorecer a promoção dos princípios da Pnater. Busca-se também compreender até que ponto a rede virtual formada pela Asbraer e seus seguidores no Facebook contribui para o debate e reflexão de questões ligadas à Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) contemporânea.

Quando apontamos os princípios da Pnater como norteadores de nossa análise, acreditamos que estes se constituem preocupações permanentes das ações da Ater nos dias atuais. Embora a Asbraer não assuma um compromisso formal em seu estatuto com a promoção da Pnater, os princípios desta política estão presentes nas ações de Ater que recebam recursos federais, por meio das Chamadas Públicas promovidas pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), previstas pela Lei Nº 12.188. Além disso, uma Ater voltada à promoção do desenvolvimento sustentável no meio rural; ao incentivo à prática de agriculturas comprometidas com a preservação dos recursos naturais; à inclusão sócio, político e econômica de mulheres e jovens rurais; à promoção de ações específicas entre as comunidades indígenas, quilombolas, ribeirinhas e povos tradicionais; e que valorize os conhecimentos tradicionais e a participação e protagonismo de seus beneficiários são questões fundamentais da Extensão Rural na contemporaneidade. É de se esperar da Asbraer e de suas associadas o exercício de uma Ater que se preocupe com estas questões.

A importância desta pesquisa está relacionada às preocupações com o desenvolvimento e aperfeiçoamento do sistema de Ater em todo o país. É uma intenção do estudo a compreensão das novas possibilidades nas quais profissionais e instituições têm desenvolvido iniciativas voltadas à promoção da Ater, especificamente no ciberespaço. Pretendemos também contribuir para o avanço do conhecimento sobre os usos das mídias sociais virtuais na Extensão Rural. Na medida em que essas redes virtuais ganham forma e número de adeptos, o conhecimento sobre suas possibilidades de usos e apropriações pode apontar para caminhos de melhor aproveitamento delas, para indivíduos e organizações. Além disso, o trabalho se incorpora ao avanço dos estudos sobre Cibercultura, Comunicação, Tecnologia e Desenvolvimento, desenvolvidos no âmbito do Programa de Extensão Rural e Desenvolvimento Local da Universidade Federal Rural de Pernambuco (Posmex/UFRPE).

2. A POLÍTICA NACIONAL DE ATER

Em 2003, a instituição da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater), política pública do Estado brasileiro junto aos homens e mulheres do campo, sintetizou os anseios dos diversos atores que sonharam e lutaram por uma nova forma de compreensão do desenvolvimento do mundo rural. Era preciso superar o fracasso que representou o modelo baseado na Difusão de Inovações apregoada pela Revolução Verde, que gerou exclusão social sem precedentes no campo e degradou o meio ambiente em todos os cantos do país (CAPORAL; COSTABEBER, 2004). A Pnater se apresentou, neste cenário, como norteadora das iniciativas de acompanhamento e fortalecimento junto a agricultores e agricultoras familiares.

A nova Ater brasileira passou a ser pautada formalmente no desenvolvimento sustentável como caminho a ser construído para o meio rural do país. A adoção de práticas que assegurassem a preservação dos recursos naturais e a qualidade dos alimentos foi um requisito capital para a Ater. O cuidado com os solos, rios, matas, florestas e ecossistemas de uma forma geral passou a constituir elemento fulcral nas preocupações das organizações responsáveis pela Ater pública. A prudência ambiental e o compromisso com as próximas gerações estão diretamente associados às noções atuais de desenvolvimento para o mundo rural (CAPORAL, 2005).

A comunicação dialógica e a educação humanista e construtivista foram apontadas como os parâmetros para as ações dos agentes promotores Ater (BRASIL, 2004). Estes elementos tiveram o objetivo de estabelecer uma nova relação entre extensionistas rurais e agricultores familiares. Se nas décadas anteriores, a Ater se utilizou de técnicas de persuasão e convencimento – o Difusionismo – para forçar os produtores rurais a implementarem as inovações e pacotes da Revolução Verde (LIMA; ROUX, 2008), a Ater do século XXI assumiu o compromisso com a construção de relações baseadas na igualdade, na busca pela liberdade das famílias do campo e pela problematização da realidade vivida no mundo agrícola (BRASIL, 2004).

Os conhecimentos e tradições de agricultores e suas famílias passariam a ser respeitados pela Ater. Os agricultores deixariam de ser vistos como meros repositórios das informações trazidas pelos extensionistas e passariam à condição de sujeitos ativos, protagonistas do processo de Ater, por meio de uma pedagogia libertária e progressista, da qual Freire (1983) foi o maior expoente (LIMA; ROUX, 2008).

Tauk Santos (2003, p. 38) destaca que as últimas décadas do século XX e o início do século XXI foram marcados pelo fortalecimento da compreensão de uma comunicação/extensão rural que busca contribuir com a construção do desenvolvimento vinculado ao exercício da cidadania, ao empoderamento dos contextos populares rurais. A autora pondera que os anos anteriores à construção da Pnater viram avançar uma comunicação/extensão rural, que buscou deixar de lado as práticas da mudança induzida e alcançou o “patamar da mudança construída enquanto ação para superar as condições de exclusão.”

A Política Nacional de Ater de 2003 enfatizou a exclusividade a ser dada aos agricultores familiares e às populações historicamente excluídas e fragilizadas pelo capitalismo de mercado. Agricultores familiares, assentados por programas de reforma agrária, populações ribeirinhas, quilombolas, indígenas, povos da floresta, pescadores artesanais e aqüicultores, extrativistas, entre outros, são apontados como os beneficiários pela Ater pública. Além disso, jovens e mulheres rurais passam a ser contemplados como públicos específicos da ação da Extensão Rural (BRASIL, 2004).

A realidade local e os processos de desenvolvimento endógeno ganham espaço. Neste sentido, os agentes da extensão rural deveriam garantir o apoio e valorizar os potenciais e aspectos relevantes presentes em cada território específico (BRASIL, 2004). O desenvolvimento local é apontado como um possível caminho a ser adotado para o meio rural, ao promover a articulação e o fortalecimento dos potenciais endógenos de determinadas localidades. Para a Pnater de 2003, a Ater contemporânea deveria estar atenta aos atores sociais presentes num determinado território, fomentando a articulação, participação democrática de todos na busca por alternativas, para melhoria da qualidade de vida e geração de oportunidades.

Em 2010, a Pnater de 2003 foi instituída pela Lei Federal 12.188, Lei de Ater (BRASIL, 2010), sendo a atual política pública voltada ao acompanhamento das populações rurais e demais públicos beneficiários da Ater. No artigo 3º da Lei 12.188 (BRASIL, 2010, p. 1), o Estado brasileiro apresenta os princípios da Pnater:

- I – desenvolvimento rural sustentável, compatível com a utilização adequada dos recursos naturais e com a preservação do meio ambiente;
- II – gratuidade, qualidade e acessibilidade aos serviços de assistência técnica e extensão rural;
- III – adoção de metodologia participativa, com enfoque multidisciplinar, interdisciplinar e intercultural, buscando a construção da cidadania e a democratização da gestão da política pública;
- IV – adoção dos princípios da agricultura de base ecológica, como enfoque preferencial para o desenvolvimento de sistemas de produção sustentáveis;
- V – equidade nas relações de gênero, geração e etnia; e
- VI – contribuição para a segurança alimentar e nutricional (BRASIL, 2010, p. 1).

Realizamos a análise das ações de comunicação da Asbraer no Facebook, a partir dos princípios acima descritos e com o auxílio da reflexão teórica sobre temáticas importantes para a Ater contemporânea. Os princípios foram sintetizados

em quatro diferentes categorias de análise: 1) Ater e desenvolvimento sustentável; 2) Ater e agricultura de base ecológica; 3) Ater, participação e cidadania; e 4) Ater, relações de gênero, geração e etnia. A partir dessas categorias, buscamos compreender até que ponto as ações de comunicação da Asbraer na rede virtual Facebook se aproximam dos princípios da Pnater.

3. CIBERCULTURA E TICs

Há que se considerar, igualmente, que todas essas questões referentes à Ater acontecem num cenário em que está sendo engendrada uma nova cultura mundializada, chamada por alguns autores de cibercultura. Os primeiros anos do Século XXI correspondem a um período de transição, marcado essencialmente pela ampla utilização das novas Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs).

Segundo Castells (2011), as duas últimas décadas apresentaram fenômenos suficientes para acreditarmos estar vivenciando um período de transição entre diferentes formas de sociedade. O autor nos ajuda a compreender os desafios vividos pela sociedade contemporânea: “as categorias intelectuais que utilizamos foram cunhadas em circunstâncias diferentes e dificilmente podem dar conta do que é novo, referindo-se ao passado” (CASTELLS, 2011, p. 1). Diz o autor que o final do século XX e o início do XXI foram marcados por transformações sociais, econômicas, culturais e tecnológicas significativas que, juntas, deram origem a uma nova forma de sociedade.

É, sobretudo, no mundo virtual que grandes revoluções vêm sendo processadas e fortalecidas. A virtualidade é hoje elemento essencial da vida real das pessoas (CASTELLS, 2011). As gerações mais recentes praticamente desconhecem como era a vida antes da popularização massiva da internet. O contexto atual é marcado por um grande fosso geracional, já que grande parte das pessoas de mais idade não consegue acompanhar a velocidade das transformações e o desenrolar de novas tecnologias. Para boa parte da humanidade contemporânea, a virtualidade e o ciberespaço constituem elemento fundamental da identidade.

Lévy (1999, p. 51) enfatiza que o ciberespaço “encoraja um estilo de relacionamento quase independente dos lugares geográficos (...) e da coincidência dos tempos (comunicação assíncrona).” Embora ressalte que isto não é uma novidade absoluta, já que isso também podia ser verificado pelo uso de telefones e até mesmo por meio de correspondências, o autor destaca, no entanto, que:

As particularidades técnicas do ciberespaço permitem que os membros de um grupo humano (que podem ser tantos quantos quiserem) se coordenem, cooperem, alimentem e consultem uma memória comum, isto quase em tempo real, apesar da distribuição geográfica e da diferença de horários. Esse processo está ligado à virtualização da informação, mas também à das organizações, da economia e de toda a sociedade.

Lévy (1999, p. 169) ressalta ainda que um dos grandes motores da cibercultura é a inteligência coletiva, que seria a “valorização, a utilização otimizada e a criação de sinergia entre as competências, as imaginações e as energias intelectuais, qualquer que seja a diversidade qualitativa e onde quer que esta se situe.” A inteligência coletiva pressupõe, segundo o autor, a disponibilização da memória, da imaginação, da experiência, troca de conhecimentos e formas de organização e de coordenação flexíveis e em tempo real. Neste sentido, o

ciberespaço é o mediador essencial da inteligência coletiva da humanidade, o suporte no qual emergem novos gêneros de conhecimento, diferentes critérios de avaliação que orientem o saber (LÉVY, 1999).

As novas TICs e a rede mundial de computadores possibilitaram uma transformação na forma pelas quais as pessoas se comunicam umas com as outras. Podemos afirmar que está em processo de modificação o modelo de comunicação de massa em que apenas uma ou poucas fontes transmissoras dirigiam a informação para uma audiência passiva, a quem só era dado o direito da recepção dos conteúdos. Para Lévy (1999), saímos do modelo de comunicação “um-todos” para o “todos-todos,” em que os usuários da rede atuam como nós com capacidade não só de recepção, mas, sobretudo, de produção, processamento e compartilhamento de conteúdos. É importante destacar que enfrentamos um processo de transição, em que ambos os modelos coexistem e se influenciam mutuamente.

Nesse contexto, os *sites* de redes sociais, como são categorizados por Recuero (2009, p. 122), portais como Facebook, Twitter e o Orkut, são definidos como:

Estruturas sociais construídas e modificadas pelos atores, através de ferramentas de comunicação proporcionadas pelos sistemas, incluindo-se aí o aparecimento das redes sociais e, aqui compreendidas como grupos de indivíduos (atores). (...) Nesses espaços, são construídas conversações síncronas e assíncronas que têm diferentes efeitos sobre a estrutura da rede social.

A esse mesmo grupo de estruturas sociais, Lemos e Lévy (2010) chamam de softwares sociais, ressaltando que eles permitem ampliar as formas de relacionamento entre as pessoas, modificando a esfera pública. Os autores ressaltam que o ciberespaço e as redes sociais virtuais estão expandindo as fronteiras do espaço público onde atuam diversas instituições. Além disso, cada vez mais atividades humanas coletivas se realizam em um “espaço virtual de comunicação integrado a espaço físico efetivo” (LEMOS; LÉVY, 2010, p. 110). Aspectos de nossa vida, como o trabalho e o lazer, estão cada vez mais ligados a uma ou mais comunidades e/ou redes sociais.

4. MÉTODO

Para a realização da pesquisa, utilizamos uma combinação de técnicas de coleta e análise de dados. Entre elas, a pesquisa bibliográfica, a Análise Documental (AD), roteiro de entrevista semiestruturada e, de um modo especial, a Netnografia ou Etnografia Virtual, caminho metodológico que vem sendo cada vez mais utilizado para a compreensão das culturas, redes e comunidades virtuais.

A pesquisa bibliográfica nos ajudou a construir o referencial teórico sobre Extensão Rural e Cibercultura. Por meio da Análise Documental (AD), coletamos dados apresentados nos documentos oficiais da Asbraer, do Ministério do Desenvolvimento Agrário, na Lei de Ater, IBGE, e órgãos de pesquisas que trabalhem com estatísticas e informações sobre internet, tecnologias da informação e comunicação, redes sociais virtuais, entre outros.

Entre os documentos institucionais, utilizamos o Estatuto Social da Asbraer (ASBRAER, 2012a), um relatório referente ao 2º Fórum das Entidades Oficiais de Ater (ASBRAER, 2011a) e a publicação Serviços de Ater para o Brasil

Contemporâneo (ASBRAER; ABER, 2010). Também realizamos a coleta de material jornalístico diretamente da página oficial da Asbraer na internet (www.asbraer.org.br): matérias e reportagens produzidas pela Assessoria de Comunicação da entidade que abordavam, especialmente, as atividades e ações de cunho político realizadas pela Asbraer entre junho de 2011 e junho de 2012. Estes dados nos auxiliaram a construir um panorama das ações e preocupações contemporâneas da Asbraer no cenário da Ater brasileira.

A Netnografia ou Etnografia Virtual é uma abordagem metodológica recente que se utiliza dos pressupostos da Etnografia para análise do ciberespaço. Compreendemos a Etnografia como um método investigativo originário do campo da antropologia, mas que encontrou espaço e se desenvolveu em diversas áreas das ciências humanas, sociais e notadamente no campo da comunicação. Muitos pesquisadores do ciberespaço têm se valido desta técnica metodológica para analisar comunidades virtuais, blogs, *sites* de redes sociais, entre diversos outros objetos.

A adoção da Netnografia é válida no campo da comunicação, na medida em que “muitos objetos de estudo localizam-se no ciberespaço” (MONTARDO; ROCHA, 2005, p. 1), exigindo novos instrumentais mais apropriados para a sua compreensão e análise. Neste sentido, compreendemos a Etnografia Virtual como uma metodologia qualitativa que “amplia o leque epistemológico dos estudos de comunicação e cibercultura” (AMARAL; NATAL; VIANA, 2008).

A Etnografia Virtual é apontada como uma abordagem apropriada ao estudo empírico da internet. O ponto de partida é um modelo comunicacional que considera o contexto e as culturas ali desenvolvidas, “no qual estão inscritas conversações, práticas e negociações simbólicas cuja observação sistemática e a investigação interpretativa nos ajudam a decompor e desvendar padrões de comportamento social e cultural” (FRAGOSO; RECUERO; AMARAL, 2011, p. 167-168).

Apontado como o criador do termo Netnografia, em meados da década de 1990, Kozinets (2010 apud FRAGOSO; RECUERO; AMARAL, 2011, p. 190) ressalta que essa abordagem metodológica pode ser adaptada e auxiliar o pesquisador não apenas em chats, fóruns e grupos de discussão, mas também na análise de blogs, audiovisuais, fotografias, comunidades de podcasting, mundos virtuais, jogadores de videogames em rede e *sites* de redes sociais. Esta última categoria, na qual se inserem *sites*, como Facebook, Twitter e Orkut, representa um campo de estudo aberto a novas metodologias de análise, como a Netnografia.

Esses *sites* são caracterizados pela construção de um perfil com características identitárias (que são percebidos como os atores sociais) e com a apresentação de novas conexões entre esses perfis (as arestas na rede social). Como a internet possui ainda a característica da pertinência das interações sociais, essas são mais facilmente percebidas, gerando novas oportunidades de estudos desses grupos sociais (FRAGOSO; RECUERO; AMARAL, 2011, p. 116).

Kozinets (2002) destaca que há pelo menos duas possibilidades de coleta e análise de dados, por meio da Netnografia ou Etnografia Virtual. A primeira delas está relacionada às informações coletadas e copiadas diretamente dos participantes de uma comunidade ou rede virtual. Nos perfis de cada membro/nó há, em muitos casos, dados referentes à formação profissional e acadêmica, aos interesses pessoais, entre outros interesses. É prudente, no entanto, que o pesquisador tome

cuidado para diferenciar o que é público do que é privado e busque filtrar as informações e dados realmente relevantes para a realização da pesquisa. O segundo tipo de coleta está ligado às observações das práticas comunicacionais vistas pelo pesquisador junto aos participantes da comunidade analisada. Interações, simbologias e a própria participação do pesquisador fazem parte desse tipo de coleta. O autor também destaca uma possível captura de dados por meio de entrevistas junto aos membros da rede virtual, que podem ser realizadas por meio de conversas de chats, trocas de e-mails, mensagens instantâneas ou outras ferramentas.

Para fins deste estudo, realizamos uma combinação das duas primeiras vertentes sugeridas por Kozinets (2002). A primeira consistiu em coletar e analisar as informações disponibilizadas nos perfis dos seguidores da Asbraer no Facebook, especialmente quanto à formação profissional de cada nó, instituição em que atuava, localização geográfica, entre outros dados. Isto nos ajudou a compreender quem efetivamente fazia parte da rede na qual a Asbraer estava inserida no Facebook e, também, em que medida essa rede continha a participação de atores, instituições e grupos ligados ao debate da Ater no Brasil e que poderiam ser interlocutores da Asbraer nesse espaço virtual. A segunda vertente que nos preocupou referiu-se às práticas comunicacionais entre a Asbraer e seus seguidores: que tipo de interações, trocas, conversações, diálogos e discussões era possível de ser observado na Linha do Tempo no Facebook entre a Asbraer e seus seguidores, como também destes entre si. A Linha do Tempo é o espaço pessoal disponibilizado pelo Facebook para que cada usuário publique seus conteúdos ou permita que outros usuários assim o façam. É considerada como a face pública específica de cada usuário do Facebook.

Nesse sentido, os conteúdos divulgados pela Asbraer em seu perfil no Facebook, juntamente com as interações feitas entre a entidade e seus seguidores, corresponderam a informações valiosas para a análise netnográfica proposta nesta pesquisa. Em nossa análise, utilizamos os princípios da Política Nacional de Assistência e Extensão Rural como eixo norteador.

Nossa amostra foi coletada diretamente da linha do tempo da Asbraer no Facebook, nos meses de março, abril e maio de 2012. Escolhemos esse período porque foi marcado por um debate no âmbito da Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) em todo o país. Nos meses de março e abril, profissionais, gestores, movimentos sociais, centros de ensino e pesquisa, entre outros atores sociais, participaram de um amplo processo de discussão e aprofundamento que culminou com a 1ª Conferência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Cnater), realizada entre os dias 23 e 26 de abril de 2012, em Brasília, Distrito Federal. Antes disso, segundo dados do Ministério do Desenvolvimento Agrário, mais de 40 mil pessoas participaram de conferências territoriais, municipais e estaduais realizadas em todos os Estados brasileiros no mês de março, além dos seminários temáticos promovidos no mesmo período (MDA, 2012). Representantes da sociedade civil e das esferas governamentais engendraram um grande processo que envolveu 26 conferências estaduais e uma distrital, além de outras sete conferências temáticas, 160 conferências territoriais e duas municipais. Todo esse processo de debate e proposição tinha o objetivo de apontar contribuições para o desenvolvimento do Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pronater).

Como já dito, a análise das publicações feitas na Linha do Tempo da Asbraer no Facebook foi realizada a partir de quatro diferentes categorias: 1) Ater e desenvolvimento sustentável; 2) Ater e agricultura de base ecológica; 3) Ater, participação e cidadania; e 4) Ater e relações de gênero, geração e etnia.

5. A ASBRAER

Criada no dia 8 de junho de 1990, fruto de um encontro realizado em Brasília entre representantes das instituições estaduais de assistência e extensão rural, em 21 de abril do mesmo ano, a Asbraer surge com a missão de minimizar os impactos negativos decorrentes da extinção da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (Embrater), fechada dias antes pelo Governo Collor, por meio da Lei 8.029, de 12 de abril de 1990 (BRASIL, 1990). A extinção da Embrater resultou num duro golpe à Ater realizado em todo o país nos anos 1990. Com a ausência de apoio do Estado para as ações de Ater, a responsabilidade ficou a cargo dos estados e municípios, sendo, em muitos casos, sucateada ou mesmo extinta (BRASIL, 2004). Desde então, a Asbraer procura exercer papel importante no debate a respeito das políticas para a Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) no país.

Em seu estatuto social, fica claro o papel político que a Asbraer procura exercer no cenário nacional em relação à Ater. A entidade busca se colocar como agente ativo na promoção e fortalecimento da Ater em todos os níveis, na medida em que sua missão está intimamente comprometida com a influência, formulação e debate de políticas públicas para a área; com a articulação das entidades associadas e na luta por recursos e financiamento de suas ações; com a divulgação das atividades delas; fomento do debate público e formação de uma cultura de Ater no país; com a busca pelo desenvolvimento sustentável junto às famílias do campo (ASBRAER, 2012a).

Nesse sentido, a Asbraer atua em diferentes frentes na promoção da Ater no Brasil. Em suas assembleias ordinárias e extraordinárias, realizadas no mínimo duas vezes ao ano, os dirigentes das 27 entidades estaduais, que são os representantes delas no quadro de membros da Associação, debatem diversos temas relacionados à realidade da Extensão Rural nos estados e à situação de cada uma das organizações. A partir dessas discussões, o Conselho Diretor da Asbraer elabora sua pauta política e passa a atuar em fóruns específicos do setor e em espaços onde possa exercer influência e atender às demandas levantadas por cada Estado: ministérios do Governo Federal – como o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa); comissões do Congresso Nacional – tanto da Câmara dos Deputados, quanto do Senado –, além de audiências públicas, seminários, encontros temáticos, entre outros. Os presidentes das entidades associadas à Asbraer também passam a agir em seus Estados, no sentido de favorecer a relação das decisões tomadas em conjunto nas reuniões da Associação.

Ao afirmar em seu estatuto oficial que busca exercer influência nas políticas públicas voltadas à Ater no Brasil, a Asbraer passa a ter seus interesses político-institucionais voltados também à Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater), já que esta é a atual política do Estado brasileiro para o acompanhamento de homens e mulheres do campo e dos povos tradicionais. Embora não se comprometa diretamente a promover políticas públicas de Ater nos moldes específicos da instituída em Pnater, a Asbraer busca destacar em diversas oportunidades a importância dessa política pública como um marco histórico, político e institucional para a Ater brasileira no contexto contemporâneo.

Como pode ser observado em seus objetivos sociais, a Asbraer também assume o compromisso de “divulgar as atividades realizadas pelos associados, visando a promoção da Assistência Técnica e Extensão Rural no país” (ASBRAER, 2012a, p. 1). Para isso, a Associação utiliza diversos meios de comunicação institucional próprios para dar conta dessa sua atribuição junto às entidades a ela

associadas. Em maio de 2011, a Asbraer deu início a uma nova fase em sua comunicação no ciberespaço. Foi nesse mês que o novo *site* da entidade (www.asbraer.org.br) foi ao ar, trazendo consigo uma prática atual e cada vez mais presente em termos de comunicação com diversos públicos de interesse: o uso institucional de redes sociais virtuais. Nessa mesma época, a Associação criou perfis nas redes sociais virtuais Facebook, Orkut, no microblog Twitter e no compartilhador de vídeos Youtube. Desde então, a equipe de comunicação da Associação veio se esforçando para manter permanente a atualização dessas mídias sociais, como forma de expandir as fronteiras de suas ações e da missão institucional da Asbraer.

É nesse sentido que o estudo busca compreender até que ponto o *site* da rede social Facebook pode ser considerado como espaço de promoção da Pnater, a partir da seguinte questão: em que medida as ações de comunicação da Asbraer no Facebook contribuem para favorecer a promoção dos princípios da Pnater junto a seus seguidores virtuais?

6. A ASBRAER NA REDE VIRTUAL FACEBOOK

Até fins de maio de 2012, a Asbraer possuía 201 seguidores em sua rede de contatos virtuais em seu perfil no Facebook (www.facebook.com/asbraer.brasilia). Desses, conseguimos acessar o perfil de 183, dentre os quais identificamos 26 que não foram considerados nesta pesquisa, pelo fato de estarem inativos, ou por não possuírem nenhuma ligação entre si ou com a temática da Ater. Ao todo, 157 contatos foram objeto de nossa análise.

Num primeiro momento, tivemos a preocupação de estabelecer as possíveis ligações entre os perfis presentes nos seguidores da Asbraer. Isto nos auxiliou na descrição da rede e na percepção dos possíveis interesses desses atores nas temáticas trazidas pela Associação em suas postagens de sua Linha do Tempo. De uma forma geral, identificamos pelo menos três grupos com perfis relativamente próximos, especialmente quanto à formação e atuação profissional. O primeiro grupo levou em conta os que afirmaram em seus perfis possuir vínculos com as Ciências Agrárias. No segundo grupo, destacamos os perfis que se identificaram com as Comunicações Sociais. O terceiro grupo envolveu as instituições e entidades que seguem a Asbraer.

Dos perfis que conseguimos acessar entre os amigos virtuais da Asbraer, pelo menos 49 se revelaram como profissionais com formação em Ciências Agrárias ou áreas afins. Entre estes, identificamos 16 perfis que se definiam como engenheiros agrônomos, 14 como técnicos agrícolas ou agropecuários, quatro como médicos veterinários, dois como zootecnistas, quatro como extensionistas rurais – sem indicarem a formação acadêmica –, três pós-graduados em áreas afins, um graduado genericamente em Ciências Agrárias, três estudantes de graduação – dois de Agronomia e um sem definição específica – um especialista em direito ambiental e um engenheiro ambiental. Entre estes profissionais, nove afirmaram publicamente em seus perfis trabalhar como extensionistas rurais, sendo quatro vinculados à Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Pará (Emater-PA); dois à Emater do Estado de Minas Gerais; um à Emater do Piauí; um ao Instituto Agrônomo de Pernambuco (IPA-PE); e um não declarou vínculo empregatício, mas informou em seu perfil que trabalha em São Luís do Maranhão.

Identificamos também entre os contatos da Associação um grupo variado de profissionais que atuam nas entidades estaduais associadas à Asbraer, especialmente no quadro administrativo e gerencial das entidades. Ao todo, 19 seguidores da Asbraer no Facebook se enquadram nesse perfil, dentre os quais

encontramos pelo menos uma presidente de entidade estadual (Emater-PA); o diretor executivo da Asbraer; quatro assessoras de comunicação social (três do IPA-PE e uma da Emater/PB); duas secretárias (IPA/PE e Emater-MG); uma pesquisadora (IPA-PE); um assistente administrativo (Emater-MG); um servidor ligado ao setor de licitação (IPA-PE); uma nutricionista (IPA-PE) e seis profissionais que não indicaram em seus perfis os cargos que ocupam, sendo dois do IPA-PE, dois da Emater-MG e dois da Emater-PA.

Na rede formada pela Asbraer e seus seguidores, conseguimos catalogar ao todo 34 perfis institucionais, como entidades de Ater, ONGs, empresas, associações, sindicatos, entre outros. Apesar de o número de perfis de instituições não ser tão elevado, há uma diversidade substancial entre cada uma delas, sob diversos aspectos. Em geral, as entidades ligadas a grupos de agricultores familiares ou demais públicos beneficiários da Pnater são minoria, quase inexistentes na rede virtual de amigos da Asbraer.

Profissionais e instituições ligadas à Comunicação Social marcaram presença significativa entre os contatos diretos da Asbraer no Facebook. Ao todo, dos 201 amigos virtuais que a Associação registrava até fins de maio de 2012, quarenta perfis virtuais se relacionavam a jornalistas, assessores de comunicação, publicitários, estudantes da área e veículos de comunicação das mais variadas naturezas. A forte presença deste tipo de público se justifica, aparentemente, pelo fato de que por meio do perfil institucional da Asbraer, é possível acessar grande número de informações de diversas partes do país, relatando experiências de Ater nos mais diferentes contextos e localidades.

Ao todo, a Asbraer disponibilizou 153 publicações sobre as ações das entidades a ela associadas, de alguns parceiros e de entidades não governamentais, como a Contag, registrando uma média de 51 postagens por mês durante o período analisado – de março a maio de 2012. No entanto, apesar da quantidade significativa de conteúdos disponibilizados pela Asbraer em sua Linha do Tempo, é desanimador o registro feito nesse mesmo espaço em relação às interações entre a Associação e seus amigos virtuais. Uma primeira questão que se mostrou relevante nesta análise foi o fato de que nenhuma das 153 ações de comunicação feitas pela Asbraer em seu perfil no Facebook foi seguida por comentários de seus amigos/seguidores.

Além da ausência de comentários por parte dos nós presentes na rede virtual da Asbraer, identificamos um número incipiente de outros tipos de interação. Das 153 publicações feitas pela Asbraer em sua Linha do Tempo, apenas 28 receberam algum tipo de manifestação por parte dos seguidores da entidade no Facebook. Destas, somente 9 foram curtidas uma única vez pelos amigos virtuais da entidade. O botão curtir presente no Facebook é uma ferramenta direcionada à interação entre os usuários, e em geral aponta manifestação de aceitação positiva.

O número de compartilhamentos de conteúdos também se mostrou relativamente baixo no período analisado. Por meio da função *compartilhar*, os usuários do Facebook podem transmitir a seus amigos virtuais ou grupos *on-line* as informações e os conteúdos que forem do seu interesse, ampliando o total de usuários que receberão a comunicação específica que foi compartilhada. O número de compartilhamentos registrados na Linha do Tempo da Asbraer entre março e maio de 2012 foi de apenas 22. Todas as publicações compartilhadas pelos nós da rede da Asbraer foram de conteúdos diferentes, de modo que nenhuma das ações de comunicação da Associação foi partilhada mais de uma vez por usuários diferentes.

7. A PNATER NAS AÇÕES DE COMUNICAÇÃO DA ASBRAER

Grande parte das publicações feitas pela Asbraer no Facebook teve origem em notícias que a própria Associação divulgou em seu *site* institucional. Em geral, a entidade disponibiliza em seu perfil no Facebook um link que conduz o internauta ao texto completo em seu *site* institucional. Das 153 publicações registradas na Linha do Tempo da Asbraer, entre março e maio de 2012, 137 foram produzidas pelas assessorias de comunicação de uma das 27 entidades estaduais a ela vinculadas, ou pelas assessorias de órgãos com as quais estas mantêm vínculos institucionais. Ao navegar na Linha do Tempo da Asbraer no Facebook, é possível acessar todos estes conteúdos, geralmente acompanhados por títulos jornalísticos, um pequeno resumo referente à publicação, algumas fotografias e o link para o texto integral, que fica na página oficial da Asbraer – www.asbraer.org.br

A princípio, nosso intuito era o de realizar essa análise exclusivamente por meio das publicações registradas na Linha do Tempo da Asbraer, através da análise proposta pela etnografia virtual ou netnografia. Este caminho metodológico de coleta e análise de dados prevê a possibilidade de utilizar as práticas comunicacionais feitas entre os usuários de uma determinada rede ou comunidade virtual. No entanto, as ações de comunicação presentes neste espaço virtual se resumiram praticamente às postagens feitas pela Asbraer. Possíveis interlocuções entre a Associação e seus seguidores e destes entre si praticamente não aconteceram, sobretudo por meio de comentários escritos. Desta forma, tivemos que fazer um ajuste em relação ao caminho inicialmente proposto. Neste sentido, as mensagens em estudo são os textos integrais a que as publicações da Asbraer no Facebook conduziam por meio de link.

7.1. Ater e desenvolvimento sustentável

Das 153 postagens que coletamos na Linha do Tempo da Asbraer no Facebook, identificamos 8 em que a temática ambiental é apontada com destaque em seus respectivos títulos. De uma forma geral, percebemos que as postagens que tinham conteúdos ligados à sustentabilidade apresentavam certa ambiguidade de conceitos e preocupações. Em algumas publicações, tanto era possível identificar preocupações verdadeiramente focadas na preservação do planeta e na melhoria da qualidade de vida das pessoas, quanto propostas relacionadas a uma forte intenção de conquista de nichos de mercado e consumidores, por meio da utilização do cultivo de orgânicos, como estratégia de marketing.

Registramos também na Linha do Tempo da Asbraer no Facebook algumas ações de cunho educativo, não ligadas apenas à produção agrícola ou pecuária, mas voltadas a sensibilizar populações rurais e técnicos/extensionistas das entidades estaduais de Ater em relação à preservação ambiental e ao desenvolvimento sustentável. Na publicação intitulada “Capacitação enfoca educação ambiental sustentável” (EBDA, 2012), disponibilizada em 17 de maio de 2012, é apresentada uma ação deste tipo, em que agricultores familiares participam de formação voltada ao conhecimento e preservação da fauna e flora do território de Irecê, município localizado no Agreste baiano. Além da preocupação com a preservação do tal ecossistema, os técnicos responsáveis pela formação, vinculados ao Centro de Formação de Agricultores Familiares de Irecê (Centrefértil), unidade da Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola (BDA-BA), destacaram nessa publicação que a formação busca “trabalhar os assuntos voltados para a agricultura familiar, pontuando os impactos ambientais negativos e suas potencialidades, além

da legislação, os princípios éticos e a importância do conceito dos Rs (repensar, reciclar, recusar, reutilizar e reduzir) da sustentabilidade” (EBDA, 2012).

Embora essas sejam ações de comunicação que apresentam iniciativas positivas de Assistência Técnica e Extensão Rural, atendendo em parte ao princípio da Política Nacional de Ater, que trata da promoção do desenvolvimento sustentável no meio rural, cabe ressaltar que elas são uma pequena parcela em relação ao que foi publicado pela Asbraer em sua Linha do Tempo no Facebook. Como foi afirmado acima, das 153 publicações feitas pela Asbraer em sua Linha do Tempo, identificamos apenas 8 – cerca de 5,2% – que chamavam a atenção dos seguidores/amigos virtuais para questões ligadas especificamente à sustentabilidade, com ambiguidade em alguns casos. Some-se a isso a quase ausência de conteúdos, como: problematização de práticas difusionistas de extensão rural; críticas ao modelo de desenvolvimento economicista do meio rural; construção de projetos políticos pedagógicos voltados à sustentabilidade; formação de parcerias com entidades não governamentais ou de ensino e pesquisa na perspectiva da capacitação de extensionistas e comunidades rurais; entre outras questões.

7.2. Ater e agricultura de base ecológica

Nossas preocupações se concentraram em experiências voltadas não só para o não uso de agrotóxicos e insumos químicos, mas também que apontassem para a construção de novas formas de agricultura voltadas à superação do modelo de desenvolvimento rural imposto pela Revolução Verde, baseado, sobretudo, na implementação de tecnologias e insumos químicos. Também era do nosso interesse a identificação de políticas e ações que promovessem o fortalecimento da cadeia produtiva da agricultura familiar, sobretudo a comercialização e introdução da produção das famílias rurais em novos espaços e nichos de mercado.

Diferentemente das demais categorias desta etapa de nossa análise, que receberam relativamente poucas publicações diretas na Linha do Tempo da Asbraer no Facebook, as atividades agrícolas obtiveram grande atenção, neste espaço virtual, entre os meses de março e maio de 2012. Das 153 postagens feitas pela Asbraer em seu perfil, pelo menos 36 se relacionavam diretamente à promoção de iniciativas de fortalecimento da agricultura.

A realização de dias de campo, intercâmbios e encontros de formação voltados a agricultores familiares também ganhou destaque na Linha do Tempo da Asbraer no Facebook. Em geral, as publicações relatavam experiências realizadas por diferentes equipes de Ater no país, no sentido de diversificar a produção agrícola, promover a utilização de novos métodos de cultivo ou o uso de tecnologias diferenciadas para a agricultura familiar.

Identificamos oito publicações que falam de iniciativas relacionadas a políticas de inserção e comercialização da produção, especialmente em relação ao Programa Nacional de Aquisição de Alimentos (PAA) e ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae). Ao todo, cinco publicações feitas pela Asbraer em sua Linha do Tempo relataram experiências ligadas ao Pnae em diferentes Estados do País. Em relação ao PAA, a Asbraer divulgou três publicações específicas.

Embora as publicações feitas pela Asbraer em seu perfil no Facebook referentes a políticas de compra direta de alimentos junto à agricultura familiar por meio do PNAE e PAA possam ser consideradas positivas, em sintonia com os princípios da Política Nacional de Ater, cabe ressaltar que as experiências relatadas neste espaço virtual tiveram origem em entidades estaduais de Ater de apenas cinco Estados do Brasil. Ao considerar o intervalo do recorte feito por nossa pesquisa – de

três meses – e levando em conta a importância deste tipo de política – tanto para a inserção econômica e comercial da agricultura familiar, quanto para a garantia do acesso a alimentos de boa qualidade para estudantes da rede básica de ensino –, acreditamos que este tipo de conteúdo poderia ter encontrado mais espaço na rede social virtual da Asbraer no Facebook.

Identificamos também duas ações de combate a pragas nas plantações que levaram em consideração a utilização de métodos não agressivos ao meio ambiente. A realização de 23 publicações sobre eventos em todo o país – feiras, jornadas, exposições – ganhou destaque na Linha do Tempo da Asbraer. Tais publicações, feitas pela Asbraer em seu Facebook, mostravam a experiência de 14 eventos, feiras ou exposições, que, por sua vez, apresentavam configurações diversas e específicas, realizadas em 9 diferentes Estados do Brasil. Em algumas ocasiões, a agricultura familiar constituiu o mote central do evento. Em outras, foi registrado o esforço das entidades estaduais de Ater para inserir as famílias rurais beneficiárias da Pnater em iniciativas ligadas ao grande negócio rural.

7.3. Ater, participação e cidadania

Como nossa análise se deu nos meses em que boa parte do país se debruçava sobre os debates ligados à Conferência Nacional de Ater (Cnater), era esperado que o perfil da Asbraer no Facebook contemplasse ações em todo o país relacionadas à discussão sobre políticas públicas voltadas à Ater e, sobretudo, ligadas ao debate da Política Nacional de Ater (Pnater) e ao Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar (Pronater). Segundo o Ministério do Desenvolvimento Agrário, entre março e abril de 2012, mais de 40 mil atores em todo o Brasil estiveram envolvidos nas conferências temáticas, municipais, estaduais, distritais e nacional. A Lei de Ater – Lei 12.188 de janeiro de 2010 – previa a realização da Cnater a cada quatro anos, com o objetivo de indicar as diretrizes do Pronater, principal instrumento de implementação da Pnater.

Das 26 conferências estaduais e uma distrital realizadas no Brasil no mês de março, apenas sete foram noticiadas pela Asbraer em sua Linha do Tempo no Facebook. As conferências estaduais de Alagoas, Maranhão, Pará, Paraíba, Pernambuco, Sergipe e a conferência do Distrito Federal foram noticiadas pela Asbraer em seu perfil virtual, cada entidade com uma respectiva publicação. Ao todo, vinte Estados brasileiros não tiveram suas conferências estaduais disponibilizadas pela Asbraer em sua Linha do Tempo no Facebook. Infelizmente, esse processo foi contemplado de forma incipiente pela Asbraer em seu Facebook.

Nas publicações feitas pela Asbraer na Linha do Tempo de seu perfil no Facebook, em poucas ocasiões encontramos relatos de experiências em que os agricultores familiares e suas representações – sindicatos, associações, federações, entre outras – participaram com voz ativa e protagonismo efetivo. Em geral, boa parte das publicações apresentou atividades organizadas pelas entidades estaduais de Ater em que os agricultores familiares foram o público-alvo, ou seja, estavam presentes na condição de participantes –, muitas vezes passivamente – e não na qualidade de promotores efetivos.

Das 153 publicações feitas pela Asbraer no Facebook, entre março e maio de 2012, identificamos três em que os agricultores familiares e entidades participam, ao que parece, em condição de igualdade com os demais interlocutores do debate sobre políticas públicas de Ater.

Por fim, registramos a realização e alguns encontros de integração entre agricultores e beneficiários da Pnater organizados pelas entidades estaduais em diversas cidades do país. Embora atividades como os dias de campo e de

intercâmbio entre agricultores sejam oportunidades de fortalecimento coletivo e de discussão sobre temáticas diversas, nem sempre as entidades estaduais de Ater buscam praticar uma extensão rural efetivamente participativa e emancipadora, em que os agricultores são considerados sujeitos de suas próprias vidas. Uma análise mais cautelosa do texto disponibilizado no *site* oficial da Asbraer, por meio de link no perfil do Facebook da entidade, sobre o Dia de Campo promovido pela Emater-RO, revela que “os extensionistas da Emater apresentaram números e resultados que apontaram a atividade como investimento importante na diversificação da produção local e no contexto da agricultura familiar.” É de se questionar que tipo de extensão rural é praticado quando se afirma que “se tem levado aos agricultores o conhecimento das potencialidades e oportunidades para o aumento da renda familiar na pequena propriedade” (EMATER-RO, 2012). Ao ressaltar que o conhecimento está sendo “levado” para o “aumento da renda,” tem-se a impressão de que outros aspectos fundamentais desse tipo de atividade são deixados de lado ou considerados menos importantes. Questões como a construção coletiva do conhecimento, a valorização dos saberes dos agricultores, suas opiniões e preferências, a articulação e organização deles entre si, a formação política e coletiva favorecida por intercâmbios e dias de campo, ao que parece, são diminuídas pela prática de uma extensão rural de cunho difusionista e vertical.

7.4. Ater e relações de gênero, geração e etnia

Público fundamental nas preocupações da Política Nacional de Ater, as mulheres receberam atenção discreta entre as publicações feitas pela Asbraer na Linha do Tempo. Das postagens feitas pela entidade, apenas sete destacaram o público feminino em ações diversas. Duas delas ressaltaram a posse de presidentes de entidades estaduais de Ater. As demais publicações, com enfoque nas mulheres rurais – cinco ao todo –, tratavam de ações diversas de extensão rural realizadas pelas entidades estaduais, no sentido de favorecer a inclusão produtiva e o aumento da renda entre esse público. Três delas destacavam a realização e cursos de capacitação, uma delas divulgava a realização de um seminário e outra trazia a história de uma agricultora que fazia a produção de farinha de mandioca para comercialização.

Entre os encontros de formação destinados às mulheres rurais, promovidos pelas entidades estaduais de Ater e que foram divulgados no perfil do Facebook da Asbraer, três deles abordam iniciativas voltadas ao fortalecimento de cadeias de produção e comercialização de artesanato.

As experiências divulgadas pela Asbraer, em sua Linha do Tempo no Facebook, apresentam, em geral, ações das entidades estaduais de Ater, associadas à Asbraer, em que as mulheres aparecem como o público principal, sobretudo em relação à sua inserção econômica e política. No entanto, vale ressaltar que o número de publicações que tratam abertamente de questões de gênero e da valorização da mulher rural foi bastante reduzido em relação ao total – 7 entre 153. Se levarmos em consideração que o período analisado foi de três meses, temos uma média de publicações de pouco mais de duas postagens por mês, o que revela que num espaço de trinta dias as mulheres rurais só aparecem prioritariamente de duas a três vezes. Chamou nossa atenção também a ausência de algumas temáticas relacionadas à garantia dos direitos das mulheres, como a divulgação de iniciativas de combate à violência contra a mulher rural; ao fomento de implantação de creches e unidades infantis de ensino – que possibilitariam à mulher se dedicar por mais tempo a outras atividades; ao incentivo à participação feminina em fóruns políticos, movimentos sociais, sindicatos rurais, entre outras questões.

Em relação à juventude rural, o número de publicações diretas foi ainda menor na Linha do Tempo da Asbraer. Na análise realizada, identificamos apenas quatro postagens na Linha do Tempo da Asbraer, tratando prioritariamente de questões referentes aos jovens do meio rural. As ações citadas, ao mesmo tempo em que abordam preocupações de algumas entidades estaduais promotoras da Ater sobre a juventude rural, especialmente em relação à sua permanência no campo, deixam a desejar quanto à diversidade de iniciativas para esse fim. As publicações feitas pela Asbraer em sua Linha do Tempo e que abordam a juventude rural como tema central, além de numericamente reduzidas – apenas quatro num universo de 153 postagens –, enfatizam apenas ações voltadas quase exclusivamente à agricultura ou a atividades agropecuárias, como bovinocultura ou ovinocultura. Embora em algumas das publicações feitas pela Asbraer os jovens sejam chamados a ser agentes de preservação ambiental ou é apresentada, mesmo que sucintamente, a possibilidade de diversificação das iniciativas econômicas, em geral a ênfase dada nas publicações refere-se à permanência no campo, por meio de atividades eminentemente da produção agropecuária.

Chamou nossa atenção na presente análise a quase ausência total de publicações que se referissem às comunidades quilombolas, indígenas, ribeirinhas e demais povos tradicionais. Nos três meses do recorte de nossa análise – março, junho e julho de 2012 –, identificamos apenas três publicações sobre essa temática na Linha do Tempo da Asbraer. Os povos indígenas foram contemplados pela Asbraer com apenas uma publicação, no dia 18 de maio, com a postagem “Empaer presta assistência técnica a índios da tribo Bakairi em Nobres.”

Na perspectiva de análise de uma Ater voltada à promoção de políticas para mulheres e jovens rurais, comunidades quilombolas, indígenas, ribeirinhas e demais povos tradicionais, encontramos um número pequeno de experiências na Linha do Tempo da Asbraer. Além disso, o enfoque dado a essas iniciativas das entidades estaduais de Ater estava voltado, em sua maioria, à realização de atividades que tiveram como prioridade esses grupos específicos. Das 153 publicações feitas pela Asbraer, apenas 14 enfatizaram ações de Ater específicas para a inclusão de mulheres (7), jovens (4) e comunidades tradicionais (3), correspondendo a cerca de 9% do total de postagens feitas pela Asbraer em seu perfil no Facebook.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mais do que a realização de críticas ou o apontamento das fraquezas e pontos negativos da experiência da Asbraer nos usos do Facebook, nossas preocupações de pesquisa se concentraram em compreender os possíveis caminhos que favoreçam o fortalecimento das políticas públicas de Ater, por meio do uso dessas ferramentas de comunicação digital. Se é verdade que muitas iniciativas no Facebook ou em redes como o Twitter têm conseguido bons resultados no sentido de sensibilizar e mobilizar pessoas, exercer influência sobre grupos, promover debates e aprofundamentos, dar visibilidade a problemas e a situações específicas, então a utilização dessas ferramentas de comunicação também deve estar entre os interesses dos atores comprometidos com a promoção da Ater pública e de qualidade em todos os níveis. Embora sejamos de opinião favorável de que as mudanças tão almeçadas por homens e mulheres do campo passam necessariamente, como assinala Tauk Santos (2009), pela apropriação destes das esferas reais de participação, como conselhos, fóruns, audiências públicas, conferências, entre outros, também acreditamos que o bom uso das ferramentas disponíveis por *sites* de redes sociais virtuais pode favorecer esse processo, na

medida em que esses espaços ganham, cada dia mais, novos usuários e passam a ocupar cada vez mais importância na vida das pessoas e instituições.

Em relação aos conteúdos publicados, embora tratassem, em sua grande maioria, de publicações de autoria das entidades estaduais associadas, a Asbraer poderia fazer um esforço no sentido de assegurar que alguns temas significativos para a Ater contemporânea sejam contemplados com maior frequência. Conteúdos que divulgassem ações de iniciativas com mulheres rurais, jovens do campo e comunidades tradicionais poderiam ser contemplados mais frequentemente no perfil virtual da Asbraer no Facebook. Em alguns casos, este tipo de publicação pode ajudar extensionistas rurais e promotores de Ater a incluírem em suas práticas e preocupações esses públicos tão importantes. Iniciativas de Ater para a promoção de atividades não agrícolas poderiam ter mais presença na Linha do Tempo da Asbraer. Embora a Asbraer tenha apresentado diversas iniciativas, como a apicultura, a piscicultura, a avicultura e a ovinocultura, atividades voltadas à prestação de serviços, como o turismo rural, a inclusão digital de jovens do campo, entre outras, certamente enriqueceriam e aumentariam o leque de iniciativas de Ater presentes nesse espaço virtual.

Entre nossas sugestões à Asbraer para a realização de melhorias em suas ações de comunicação no Facebook, acreditamos que a Associação poderia se dedicar a ampliar os contatos com atores de seu interesse direto, sobretudo extensionistas rurais, entidades oficiais de Ater que possuam perfis nessa rede virtual, organizações não governamentais interessadas e atuantes junto a agricultores familiares e demais beneficiários da Pnater. Além disso, a Asbraer também poderia realizar esforços para conquistar mais e mais seguidores e, especialmente, gerar interesse entre aqueles que já a seguem, no sentido de interagir, comentar e compartilhar os conteúdos que ela disponibiliza em sua Linha do Tempo. Também seria interessante que a Asbraer se esforçasse, no sentido de garantir uma maior e melhor divulgação das iniciativas de suas associadas nesse espaço, especialmente assegurando uma participação mais homogênea entre os diferentes Estados do Brasil. Cabe destacar que 12 entidades estaduais associadas à Asbraer não tiveram nenhuma iniciativa sua divulgada nesse espaço virtual. Estas poderiam ser sensibilizadas, por meio de suas assessorias de comunicação, para que enviem sugestões de pauta e conteúdos que apresentem suas iniciativas de Assistência Técnica e Extensão Rural.

9. REFERÊNCIAS

AMARAL, A.; NATAL, G.; VIANA, L.. Netnografia como aporte metodológico em comunicação digital. **Revista Famecos**, Porto Alegre, n. 20, p. 34-40, dezembro, 2008. Disponível em: <<http://migre.me/diww6>>. Acesso em: 12 set. 2012.

ASBRAER. Associação Brasileira das Entidades Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural; ABER. Academia Brasileira de Extensão Rural. **Serviços de ATER para o Brasil contemporâneo**: contribuição da Extensão Rural Estatal aos candidatos à presidência da República. Brasília, 2010. Disponível em: <<http://migre.me/diz90>>. Acesso em: 11 nov. 2012.

ASBRAER. Associação Brasileira das Entidades Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural. In: **2º Fórum dos Dirigentes das Entidades Oficiais de ATER**: convênio MDA/ASBRAER Nº 029/2008. Brasília, 2011a. Disponível em: <<http://migre.me/dizAc>>. Acesso em: 11 nov. 2012.

_____. **Estatuto Social da Associação das Entidades Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural**. Brasília, 2012a. Não paginado. Disponível em: <<http://migre.me/diyNL>>. Acesso em: 13 jul. 2011.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural**. Brasília, 2004. Disponível em: <<http://migre.me/diA6G>>. Acesso em: 7 maio 2011.

_____. **Lei Nº 8.029**, de 12 de janeiro de 1990. Dispõe sobre a extinção e dissolução das entidades da administração Pública Federal, e dá outras providências. Brasília, 1990. Disponível em: <<http://migre.me/diAM0>>. Acesso em: 12 jan. 2013.

_____. **Lei Nº 12.188**, de 11 de janeiro de 2010. Institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária - PNATER e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária - PRONATER, altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e dá outras providências. Brasília, 2010. Disponível em: <<http://migre.me/diARI>>. Acesso em: 12 jun. 2011.

CAPORAL, F. R. **Política nacional de ATER: primeiros passos de sua implementação e alguns obstáculos e desafios a serem enfrentados**. Brasília, 2005. Disponível em: <<http://migre.me/diAU9>>. Acesso em: 6 de jun. 2012.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. Análise multidimensional da sustentabilidade: Uma proposta metodológica a partir da Agroecologia. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v.3, n.3, Jul/Set 2002.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede: A era da Informação: economia, sociedade e cultura**, v.1. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

EBDA. Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola. Capacitação enfoca educação ambiental sustentável. **ASBRAER**, Brasília, 17 de maio de 2012. Disponível em: <<http://migre.me/di7sx>>. Acesso em: 12 dez. 2012.

EMATER-RO. Associação de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Rondônia. Dia de campo mostra viabilidade do maracujá. **ASBRER**, Brasília, 11 de maio de 2012b. Disponível em: <<http://migre.me/dlbG7>>. Acesso em: 12 dez. 2012.

FRAGOSO, S.; RECUERO, R.; AMARAL, A. **Métodos de pesquisa para internet**. Porto Alegre: Editora Sulina, 2011.

FREIRE, P. Comunicação ou Extensão? Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

KOZINETS, R. V. **The field behind the screen: using Netnography for marketing research in online communities**. 2002. Disponível em: <<http://migre.me/dkVnR>>. Acesso em: 10 jul. 2011

_____. **Netnography: Doing Ethnography research online**. London: Sage, 2010.

LÉVY, P. **Cibercultura**. São Paulo: 34, 1999.

LEMONS, A.; LÉVY, P. **O futuro da Internet**: em direção a uma ciberdemocracia planetária. São Paulo: Paulus, 2010.

LIMA, I. S.; ROUX, B. As estratégias de comunicação nas políticas públicas de assistência técnica e extensão rural para a agricultura familiar no Brasil. In: CIMADEVILLA, G. **Comunicación, tecnología y desarrollo**. Argentina: Editorial Universidad Nacional de Río Cuarto, 2008, p.91-102.

MDA. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Um novo Brasil rural**. Ministério do Desenvolvimento Agrário: 2003/2010. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2010.

_____. **1ª Conferência nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e Reforma Agrária**. Relatório das propostas aprovadas na plenária final: versão preliminar. Brasília, 2012a.

RECUERO, R. Diga-me com quem falas e dir-te-ei quem és: a conversação mediada pelo computador e as redes sociais na internet. **Revista FAMECOS**. Porto Alegre, n. 38, abr. 2009, p. 118-128. Disponível em: <<http://migre.me/dlSkC>>. Acesso em: 13 jul. 2012.

TAUK SANTOS, M. S. Internet: novas sensibilidades nova cidadania? In: **Inclusão digital, inclusão social?** TAUK SANTOS, M. S. (org.). Recife: Edições Bagaço, 2009.

_____. Comunicação Rural: do difusionismo tecnológico ao desenvolvimento local. In: Seminário Internacional, 2002. Recife. **Coletânea de Palestras**: Extensão e o novo espaço rural no Nordeste brasileiro. Prorenda Rural. Edições Bagaço, 2003.

CONTROLE DE CUSTOS NA PRODUÇÃO DO GADO DE CORTE: UM ESTUDO DE CASO EM UMA PROPRIEDADE RURAL DE SANTA CATARINA

Daniela Di Domenico¹
Cristian Baú Dal Magro²
Antonio Zanin³
Raphael Martini⁴

RESUMO

O estudo teve como objetivo relacionar e analisar os custos na atividade da pecuária de corte em uma propriedade rural do Oeste Catarinense. A pesquisa se classifica quanto aos objetivos como exploratória, quanto aos procedimentos como documental, e quanto a abordagem do problema de caráter quantitativo. Os controles da contabilidade rural e da contabilidade de custos, quando implantados têm como meta auxiliar o empresário rural na tomada de decisão, obtendo um real controle de suas entradas, gastos e custos, envolvidos na atividade da pecuária, tendo, assim, maior controle e gestão da atividade. Os resultados apontaram que com o uso dos controles fornecidos pela contabilidade rural e contabilidade de custos, é possível que o proprietário rural obtenha a real situação econômica e financeira da propriedade, e seus respectivos custos e despesas, os quais irão contribuir com a tomada de decisão em busca de melhor lucratividade.

Palavras-chaves: atividade pecuária, contabilidade rural, controle de custos.

COST CONTROL IN THE PRODUCTION OF BEEF CATTLE: CASE STUDY ON A FARM IN SANTA CATARINA

ABSTRACT

The study aimed to relate and analyze the costs in beef cattle activity on a farm west of Santa Catarina. The survey ranks as the goals as exploratory, as the procedures as a documentary, and as the approach of the quantitative character problem. The

¹ Mestre em Ciências Contábeis pela Universidade Regional de Blumenau – FURB. Professora do Curso de Ciências Contábeis da Universidade Comunitária da Região de Chapecó - UNOCHAPECÓ. Email: didomenico@unochapeco.edu.br.

² Mestre em Ciências Contábeis pela Universidade Regional de Blumenau – FURB. Doutorando em Ciências Contábeis e Administração pela Universidade Regional de Blumenau – FURB. Email: cristianbaumagro@gmail.com.

³ Doutor em Engenharia de Produção pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. Coordenador e Professor do Mestrado Acadêmico em Ciências Contábeis e Administração da Universidade Comunitária Regional de Chapecó – UNOCHAPECÓ. Email: zanin@unochapeco.edu.br.

⁴ Graduado em Ciências Contábeis pela Universidade Comunitária da Região de Chapecó – UNOCHAPECÓ. Email: raphaelmartini@gmail.com

controls of rural accounting and cost accounting, when implanted aim to assist rural entrepreneurs in decision making, getting a real control of their inputs, expenses and costs involved in livestock activity, and thus have greater control and management activity. The results showed that using the controls provided by rural accounting and cost accounting, it is possible that the landowner get the real economic and financial situation of the property, and their respective costs and expenses, which will contribute to the decision-making in search of better profitability.

Key words: cost accounting, livestock activity, rural accounting.

1. INTRODUÇÃO

A contabilidade é uma ferramenta que auxilia no controle do desempenho econômico, financeiro e patrimonial, controle dos custos e análise da rentabilidade, além de um importante papel como ferramenta de apoio na gestão da propriedade rural. É por meio das informações fornecidas pela contabilidade que o produtor rural planeja, controla, toma decisões e gerencia os custos e sistemas de produção.

Considerando como amostra uma propriedade rural do oeste catarinense, o presente trabalho procura responder a seguinte questão: quais são os custos incorridos na produção do gado de corte em uma propriedade rural do Oeste Catarinense? Para responder a inquietação exposta, o objetivo geral da pesquisa é identificar os custos incorridos na produção do gado de corte em uma propriedade rural do Oeste Catarinense.

A pesquisa justifica-se pelo fato de que o estudo dos custos rurais é um assunto relevante para indicar as atividades que devem circunstancialmente ser ou não incentivadas, tendo em vistas que os valores de mercado dos fatores de produção se alteram constantemente. Também é justificado que poucos produtores rurais fazem anotações contábeis de forma sistemática, e portanto, não conseguem mensurar de maneira adequada a realidade econômica e financeira do negócio.

2. CONTABILIDADE RURAL APLICADA NA GESTÃO DA PROPRIEDADE

As empresas rurais, de pequeno e médio porte, são, em sua grande parte administradas por familiares, em que o patriarca é chefe da família e administrador da propriedade em simultâneo. Uma das grandes dificuldades encontradas nesse meio é o pouco conhecimento das ferramentas contábeis que contribuem para o controle eficiente das atividades.

Calderelli (1997, p. 180) define que a Contabilidade Rural é “aquela que tem suas normas baseadas na orientação, controle e registro dos atos e fatos ocorridos e praticados por uma empresa cujo objeto de comércio ou indústria seja agricultura ou pecuária”. Assim, é através dos registros contábeis que o produtor rural obtém informações precisas para desempenhar um controle de gestão eficiente das atividades.

Para Crepaldi (2011, p. 81), “a contabilidade rural é um dos principais sistemas de controle de informação das empresas rurais”. É por meio dela que se podem analisar os relatórios contábeis para verificar a real situação econômica, financeira e patrimonial das entidades.

Hofer et al. (2006) comentam que a contabilidade tem a importância de auxiliar empresários na tomada de decisões e na elaboração das estratégias.

Contudo, a empresa precisa de uma administração eficiente, que conheça todos os aspectos relacionados ao negócio e ao capital. Além disso, o empresário

deve se especializar continuamente, aumentando seu conhecimento e visando à modernização do sistema agropecuário. Assim, o empresário terá uma administração mais ampla e abrangente de desempenhos físicos e financeiros.

Desse modo, Borilli et al. (2005) corroboram salientando que a obtenção de sucesso por parte do empresário rural está condicionada a uma administração eficiente, e isso requer conhecimento do negócio, do capital, da especialização e da modernização da agropecuária. É justamente nesses aspectos que a empresa rural apresenta carências e prejudica todo o processo de desenvolvimento e modernização do setor.

O sucesso da empresa rural não consiste somente na aplicação de técnicas modernas para o aumento da produtividade, mas também é necessário o controle dos custos da produção. É preciso gerenciar a produtividade para alcançar o resultado desejado e continuar prosperando com lucros significativos (DAL MAGRO et al., 2013). Destaca-se, dessa forma, a importância da Contabilidade Rural, voltada principalmente para a gestão de custos nas mais diversas atividades rurais (CALLADO; ALMEIDA, 2005).

De acordo com Marion (2012), a contabilidade pode ser estudada de maneira ampla, genérica, denominada de contabilidade geral ou financeira. Mas, quando é direcionada a um segmento específico, deve estar em consonância com a atividade daquele ramo. O exemplo disso é a contabilidade rural aplicada às empresas que possuem atividades agrícolas.

Para tanto, a fim de que a contabilidade rural seja aplicada de forma correta na atividade agrícola, é preciso separar a cultura temporária e a permanente. Crepaldi (2011, p. 106) salienta que a cultura temporária é “aquela sujeita ao replantio após a colheita, possuindo período de vida muito curto entre o plantio e a colheita, como por exemplo, os cultivos de milho, legumes, soja, etc”. Essa cultura, também conhecida como cultura anual, pode ser replantada após a colheita, possuindo um ciclo de vida curtíssimo. O produtor trata a terra e pode cultivar o mesmo produto, e também outros produtos que desejar.

Por outro lado, Marion (2012, p. 18) menciona que a cultura permanente é “aquela que permanece vinculada ao solo e proporciona mais de uma colheita ou produção. Normalmente, atribui-se a cultura permanente uma duração mínima de quatro anos”. Na cultura permanente é possível extrair mais de uma colheita ou produção. Ela não está sujeita ao replantio. Exemplo: café, laranja, macieira, etc.

Recentemente, a contabilidade sofreu algumas alterações que também impactaram na aplicação e mensuração dos aspectos relacionados à contabilidade rural. A implantação das normas internacionais de contabilidade pelo *International Accounting Standard Board (IASB)* e reguladas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) no Brasil, fez surgir o CPC 29, relacionado aos Ativos Biológicos e Produtos Agrícolas, resultando em alterações no reconhecimento de ativos, avaliações de custos, dentre outras. Conforme Marion (2012, p. 33), o ativo biológico é “tudo aquilo que nasce cresce, e morre, desde as culturas temporárias e permanentes até mesmo animais, rebanhos de reprodução e corte”.

De acordo com o CPC 29, os ativos biológicos são todos os produtos que não sofreram nenhum tipo de alteração. A partir do momento em que o produto sofre alguma alteração, passa a ser um produto agrícola. Quando o produto passa por alguma fase de processamento e/ou beneficiamento é chamado de produto resultado do processamento após a colheita. Assim, como exemplo, a soja em seu período de crescimento é um ativo biológico, quando colhida passa a ser um produto agrícola, e quando beneficiada pode tornar-se óleo de soja, e passa a ser chamada de produto resultante do processamento.

Segundo Marion (2012), a grande mudança incrementada pelo CPC 29 foi com relação a avaliação dos ativos biológicos: antes eram contabilizados pelo custo e agora são contabilizados pelo valor justo menos as despesas para colocar o ativo à venda, necessitando neste enfoque, diferenciar o valor contábil de valor justo.

O valor contábil, de acordo com CPC 29, é o montante pelo qual um ativo é reconhecido no balanço. Por outro lado, o valor justo é o valor pelo qual um ativo pode ser negociado, ou um passivo liquidado, entre partes interessadas, conhecedoras do negócio e independentes entre si, com a ausência de fatores que pressionem para a liquidação da transação ou que caracterizem uma transação compulsória.

O CPC 29 ressalta que, caso haja perda ou ganho com esses ativos, em razão da variação de mercado, deve-se evidenciar no patrimônio da empresa, subsidiando ao empresário a melhor tomada de decisão que seja cabível para o momento perpassado pela organização. Por fim, Costa et al. (2004) ressaltam sobre o fato de a contabilidade rural não abranger apenas o setor agrícola, mas também as atividades zootécnicas e agroindustriais. Contemplam que as peculiaridades pertinentes às atividades agrícolas, zootécnicas e agroindustriais são diferenciadas da contabilidade aplicável a outros setores. Para tanto, o capítulo a seguir aborda sobre os fatores realizados na atividade da pecuária que é o foco deste estudo.

2.1 Atividade pecuária

A atividade pecuária influencia de forma direta na economia do Brasil que também é um grande consumidor de carne. As regiões que mais produzem gado de corte são, Sudeste, Centro Oeste e o Sul. Segundo Marion (2012, p.6), pecuária é a “arte de criar e tratar o gado”. A pecuária cuida de animais geralmente criados no campo para abate, consumo doméstico, serviços na lavoura, reprodução, leite e para fins industriais e/ou comerciais.

Conforme Marion (2012), na atividade da pecuária não se tem o encerramento de acordo com o exercício social (janeiro a dezembro). Assim, o encerramento do exercício deve levar em consideração o nascimento ou desmame dos animais.

Segundo Crepaldi (2011), o rebanho é classificado de acordo com sua categoria, sendo o recém nascido considerado bezerro e, após o desmame, é chamado de novilho. Além dessa classificação, entre as diferentes etapas do rebanho, as fases também são divididas.

Consoante Marion (2012) há três fases distintas na atividade do gado de corte. A primeira é na produção de bezerros que são chamados de cria; a segunda é a produção e a venda do novilho gordo que são chamados de recria; e, por fim, a terceira é a partir do novilho magro adquirido. A produção e a venda do novilho gordo são chamados de engorda.

Marion (2012) destaca que o gado de corte é destinado à produção de carne, podendo ser alocado em currais ou piquetes, em análises dos diferentes tipos de sistemas utilizados, como o sistema extensivo e semiextensivo. Percebe-se que, através de um sistema extensivo, o gado ganha mais peso, pois é criado livremente e não tem a forma controlada como nos cochos, que é considerado o sistema semiextensivo.

Porém, quando se trata de criação para a comercialização, é de fundamental importância que o empresário rural e/ou agricultor mantenha certo controle de seus animais, sabendo, assim, quais animais estão prontos para o abate e quais ainda serão preparados para a venda. Nesse contexto, a contabilidade poderá servir como ferramenta gerencial para a tomada de decisão.

Por fim, é por meio do controle de custos que o empresário saberá qual é a rentabilidade das suas atividades. Dessa forma, é necessário um bom controle e, nesse aspecto, é fundamental a utilização das ferramentas da contabilidade de custos.

2.2 Contabilidade de custos na atividade pecuária

A contabilidade de custos é necessária para as empresas que buscam manter sua continuidade e crescimento no mercado, pois é uma ferramenta que procura apresentar informações específicas para cada caso. Além de contribuir para o controle e gerenciamento de acordo com as necessidades do usuário, proporciona um diferencial competitivo em relação aos concorrentes.

O controle e o acompanhamento dos custos permitem que os empresários rurais visualizem quais são os maiores custos e ou despesas que mais impactam na sua atividade. Assim, um bom controle possibilita monitorar as metas de cada atividade de produção e é uma ferramenta de gestão que permite análise econômica mais detalhada e precisa das atividades produtivas (EMBRAPA, 2013).

Bruni e Famá (2011, p. 22) definem a contabilidade de custos “como o processo ordenado de usar os princípios da contabilidade geral para registrar os custos de operações de um negócio”. Dessa maneira, com as informações geradas pelos dados operacionais é possível estabelecer os custos de produção.

Os custos são fatores determinantes para correta tomada de decisões, as quais demonstram informações e ideias relevantes para serem aplicadas em estratégias de mercado, podendo se utilizar da contabilidade de custos e fazer adaptações necessárias de acordo com as necessidades individuais de cada entidade. Por isso o empresário rural precisa estar a par de como funciona cada atividade dentro de sua empresa, tendo assim maior controle de custos (SANTOS; MARION; SEGATTI, 2002).

Para Vanderbeck e Nagy (2001), é comum encontrar, nos diversos ramos empresariais, um sistema de contabilidade de custos que demonstre os custos incorridos e apresente onde as despesas foram usadas. As informações contábeis exigem um sistema de informações que é projetado para a acumulação de dados detalhados dos custos relacionados ao processo de produção.

Segundo Padoveze (2006, p. 4), custo pode ser definido “como sendo a mensuração econômica dos recursos (produtos, serviços e direitos) adquiridos para a obtenção e a venda de produtos e serviços da empresa”. O custo de um produto ou serviço nada mais é que o valor pago por ele.

Para Bruni e Famá (2011, p. 23), as despesas “correspondem à bem ou serviço consumido direta ou indiretamente para a obtenção de receita. Não estão associadas à produção de um produto ou serviço”. A diferença entre custo e despesa é que o custo é todo o valor agregado ao produto final, é tudo aquilo que foi utilizado para a obtenção do resultado final, é agregado ao produto da empresa, enquanto que a despesa não pode ser agregada. Ela faz parte do processo funcional da empresa.

Os custos e as despesas se dividem em fixos ou variáveis. Para Neves e Viceconti (2000, p.18), custos fixos “são aqueles cujos valores são os mesmos em qualquer que seja o volume de produção da empresa”. Exemplo: energia elétrica sem possuir medidor em cada ponto específico. Por outro lado, Neves e Viceconti (2000, p.18) expõem que os custos variáveis “são aqueles cujos valores se alteram em função do volume de produção”. Exemplo: materiais consumidos, hora/máquina trabalhada.

As despesas também se dividem em fixas e variáveis. Segundo Bruni e Famá (2011, p. 32), despesas fixas “não variam em função do volume de vendas” e despesas variáveis “variam de acordo com as vendas”. O exemplo de despesas fixas é o aluguel e seguros; o exemplo de despesas variáveis é comissão sobre vendas e gastos com fretes.

Os custos também podem ser divididos em direto e/ou indireto. Para Bornia (2010, p.21), custos diretos “são aqueles facilmente relacionados com as unidades de alocação de custos”. Exemplo: matéria prima e mão de obra direta. Para Bornia (2010, p.21), os custos indiretos “não podem ser facilmente atribuídos às unidades, necessitando de alocações para isso”. Exemplo: mão de obra indireta.

Desse modo, com a aplicação dos conceitos estabelecidos pela contabilidade de custos, o empresário rural terá conhecimento mais abrangente sobre os custos incorridos no processo de produção, bem como a exata visão dos gastos que deverão ser incluídos no preço de venda do gado. Assim, com a aplicação do controle de custos, o proprietário rural saberá exatamente quais são os gastos para a produção de suas atividades.

Segundo Zanin et al. (2010, p. 71), “a gestão de custos é fundamental para as organizações, como forma de identificar e gerenciar os gastos necessários para produzir cada unidade do determinado produto [...]”. O controle de custeio de uma organização tem, entre as finalidades, analisar a atividade para melhor gerenciamento da produtividade, conseqüentemente aumento da rentabilidade e também serve para avaliar os estoques. Entre os sistemas de custeio mais utilizados tem-se o custeio por absorção.

O método do custo na atividade pecuária assemelha-se ao de uma empresa industrial, ou seja, são apropriados ao rebanho todos os custos ocorridos e a eles pertencentes, fazendo a distribuição do custo do rebanho entre as cabeças de gado existentes. Para Neves e Viceconti (2000), o custeio por absorção é o processo que apura os custos por meio de rateio, ou seja, todos os elementos envolvidos, sejam eles custos fixos ou variáveis, para cada fase da produção. A parcela de custo é atribuída ao produto conforme for utilizado no processo de produção.

3. METODOLOGIA DA PESQUISA

O estudo é caracterizado quanto aos objetivos, como uma pesquisa exploratória. Foram utilizadas diversas técnicas de coleta de dados para o desenvolvimento da pesquisa foi utilizado entrevista não-estruturada. E quanto a abordagem do problema foi de caráter qualitativo. Foi realizado um acompanhamento na produção do gado de corte durante o período de janeiro a julho de 2012. Com os dados obtidos foi possível levantar os custos da atividade para posteriormente montar o demonstrativo de resultado e o balanço patrimonial da propriedade.

A pesquisa foi realizada em uma propriedade rural no interior de um município do oeste catarinense, a qual desenvolve a atividade de gado de corte. Possui uma área de 172 hectares (ha), sendo utilizados 130 ha para piquete, uma cocheira de confinamento 10 m x 1,5 m (parte de cocho), 25 m x 15 m para colocar o gado à noite, uma área de 10 ha para plantar milho, o qual é utilizado para silagem e grão. Possui, ainda, uma casa para o chacareiro e sua família, um galpão onde é armazenada ração e medicamentos para os animais, um trator, uma máquina de veneno, roçadeira, máquina de silagem e plantadeira. O restante da área são poteiros, mata e capoeirão.

As movimentações econômicas, financeiras e patrimoniais e os custos serviram como base para elaboração da Demonstração do Resultado do Exercício do período compreendido pelo estudo. Utilizando das informações do Balanço Patrimonial Inicial e da Demonstração do Resultado do Exercício, foi elaborado o Balanço Patrimonial do Encerramento do exercício.

Após esses procedimentos adotados, foram levantadas sugestões, orientações para que a empresa rural possa crescer e obter maior controle. Também se elaborou o controle por meio do real custo da atividade, a fim de que o produtor consiga chegar a um maior controle no seu processo.

4. ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS

Para atingir o objetivo do presente estudo, os dados coletados na propriedade foram demonstrados e analisados na seguinte forma: apresentação do levantamento dos custos de produção, engorda do boi, apresentação da Demonstração do Resultado do Exercício e apresentação do Balanço Patrimonial. Pelo fato de a propriedade não possuir um sistema de controle dos custos e das despesas, foi analisada a atividade para levantar os gastos incorridos na realização da atividade da pecuária.

Com a elaboração de um controle de custos confiável, o produtor rural terá condições de tomar suas decisões com bases seguras e concretas. Assim, poderá visualizar todos os gastos incorridos em determinada atividade, a fim de verificar possíveis custos ou despesas desnecessárias, contribuindo para formação do preço final de seu produto.

Dessa forma, inicialmente foi utilizado o custo histórico para alocação de custo ao bovino e, posteriormente, atribuído o valor justo para possíveis ajustes de valores. Os valores utilizados para os cálculos foram os preços de mercado da época, correspondentes ao período de setembro de 2010, época em que ocorreu o primeiro plantio na propriedade em estudo. Os insumos, mão de obra e diesel foram corrigidos aos valores da época e eles integraram o custo histórico do estoque.

A fazenda utiliza-se de diversos procedimentos para as diferentes etapas da engorda. Para tanto, todos os custos alocados foram distribuídos na fase específica do bovino.

A primeira etapa do estudo foi a análise no plantio do milho que serve para a alimentação na engorda dos bovinos. Dessa forma, o milho, quando colhido, é utilizado na alimentação em forma de grão ou é transformado em silagem. Destaca-se que as depreciações dos equipamentos utilizados no plantio e na silagem foram alocadas ao custo conforme o tempo de utilização para a cultura.

4.1 Cálculo do custo da produção de milho

A propriedade rural possui uma área de 10 hectares que utilizada especificamente para o plantio da cultura (milho). A colheita da cultura (milho) é utilizada para a engorda dos bovinos de duas maneiras: 80% da colheita é transformado em silagem e 20% é utilizado como ração bovina em forma de grão na etapa do confinamento. A tabela 1 demonstra o cálculo dos insumos utilizados no plantio e na manutenção da cultura (milho).

Tabela 1 - Cálculo dos insumos utilizados no plantio e na manutenção da cultural (milho).

| Mês | | Quantidade | Valor Unitário (R\$) | Total (R\$) |
|--------------|------------|------------|----------------------|------------------|
| 1º | Adubo | 50 sacas | 47,00 | 2.350,00 |
| | Herbicida | 25 litros | 16,48 | 412,00 |
| | Inseticida | 2,5 litros | 8,83 | 22,08 |
| | Semente | 10 sacas | 275,00 | 2.750,00 |
| | Uréia | 50 sacas | 48,00 | 2.400,00 |
| 2º | Inseticida | 2,5 litros | 8,83 | 22,08 |
| | Uréia | 25sacas | 48,00 | 1.200,00 |
| 3º | | - | - | - |
| 4º | Inseticida | 2,5 litros | 8,83 | 22,08 |
| | Uréia | 25 sacas | 48,00 | 1.200,00 |
| Total | | | | 10.378,24 |

Fonte: dados da pesquisa.

Observa-se, na tabela 1, o cálculo dos custos dos insumos utilizados no plantio e na manutenção da cultural (milho) que perdurou por um período de 4 meses. Assim, no 1º mês ocorre o plantio da cultura com o uso de adubo, herbicida, inseticida, semente e ureia, totalizando um custo de R\$ 7.934,08. No 2º mês, foi utilizado inseticida para combater os insetos e ureia para auxiliar no crescimento, totalizando um custo de R\$ 1.222,08. No 3º mês, não foi aplicado nenhum insumo para manutenção da cultura do milho. Por fim, no 4º mês, foi utilizado inseticida para combater os insetos e ureia para auxiliar no crescimento do milho, totalizando um custo de R\$ 1.222,08. A tabela 2 mostra o cálculo de hora máquina utilizada no plantio e na manutenção da cultura (milho).

Tabela 2 - Cálculo hora máquina utilizada no plantio e na manutenção da cultura (milho).

| Mês | Horas | Consumo (l/h) | Valor do diesel (R\$) | Dias | Depreciação | Total (R\$) |
|--------------|-------|---------------|-----------------------|------|-------------|-----------------|
| 1º | 12 | 5 | 1,53 | 2 | 526,32 | 709,92 |
| 2º | 6 | 5 | 1,53 | 2 | 263,16 | 354,96 |
| 3º | - | - | - | - | - | - |
| 4º | 6 | 5 | 1,53 | 2 | 263,16 | 354,96 |
| Total | | | | | | 1.419,84 |

Fonte: dados da pesquisa.

A tabela 2 demonstra que os custos com hora máquina foram separados durante o período de plantio e manutenção da cultura (milho), ou seja, durante 4 (quatro) meses. Para o plantio e manutenção da colheita foi utilizado um trator avaliado no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) e depreciado em 10% a.a, ou seja, com uma depreciação anual de R\$ 5.000,00. Foi verificado que, em média, o trator trabalha 228 horas/ano, sendo assim, os custos com depreciação foram rateados proporcionalmente ao tempo de uso na cultura (milho).

Dessa forma, verifica-se que, no 1º mês, foram utilizadas 12 (doze) horas de trator ao dia, num total de 2 (dois) dias e que o trator consome em média 5 litros/hora, sendo que o valor do diesel é de R\$ 1,53 o litro, totalizando um custo de R\$ 709,92 com depreciação e combustível.

No 2º mês, foram utilizadas 6 (seis) horas de trator ao dia, num período de 2 (dois) dias, com o mesmo consumo de combustível. O custo total foi de R\$ 354,96 com depreciação e combustível. No 3º mês não foram incorridos custos e, por fim, no 4º mês, incorreram os mesmos custos do 2º mês. Desse modo, o total de custos apresentados no cálculo hora máquina utilizada no plantio e na manutenção da cultura (milho) foi de R\$ 1.419,84 que compreendem a depreciação e o consumo de combustível do trator.

O empresário rural emprega um funcionário que recebe o valor fixo de R\$ 1.200,00/mês. Dessa forma, o salário do empregado precisa ser rateado proporcionalmente ao tempo trabalhado na atividade de produção do gado de corte e na atividade da cultural (milho). Para tanto, a tabela 3 mostra o cálculo da mão de obra utilizada no plantio e na manutenção da cultural (milho).

Tabela 3 - Cálculo da mão de obra utilizada no plantio e na manutenção da cultural (milho).

| Mês | Salário Fixo | Tempo de dedicação na atividade de plantio e manutenção da cultura (milho) | Total |
|--------------|--------------|--|---------------|
| 1º | 1.200,00 | 30% | 360,00 |
| 2º | 1.200,00 | 15% | 180,00 |
| 3º | 1.200,00 | 10% | 120,00 |
| 4º | 1.200,00 | 15% | 180,00 |
| Total | | | 840,00 |

Fonte: dados da pesquisa.

Verifica-se, na tabela 3, que, no 1º mês de plantio da cultura (milho), o funcionário trabalhou 30% do seu tempo nessa atividade. No 2º mês, o funcionário trabalhou 15% do seu tempo na manutenção da cultura (milho). No 3º mês, o funcionário trabalhou 10% do seu tempo e, por fim, no 4º mês, trabalhou 15% do seu tempo na manutenção da cultura, totalizando um custo de mão de obra para plantio e manutenção da cultura (milho) no valor de R\$ 840,00. A tabela 4 demonstra o custo total de plantio e manutenção da cultura milho, bem como o rateio para o produto em grão e silagem.

Tabela 4 - Custo total do plantio e manutenção da cultural (milho).

| Custo insumos, R\$ | Custo da hora máquina, R\$ | Custo com mão de obra, R\$ | Custo total, R\$ | Rateio do custo total plantio e manutenção da cultura (milho), R\$ | |
|--------------------|----------------------------|----------------------------|------------------|--|-------------|
| | | | | Grão 20% | Silagem 80% |
| 10.378,24 | 1.419,84 | 840,00 | 12.638,08 | 2.527,62 | 10.110,46 |

Fonte: dados da pesquisa.

Verifica-se, na tabela 4, que o custo total do plantio e manutenção da cultura (milho) foi de R\$ 12.638,08. O valor foi rateado em 20% para grão, totalizando um custo de R\$ 2.527,62 e rateado em 80% para a silagem, totalizando um custo de R\$ 10.110,46.

A partir do 5º mês, a cultura milho foi colhida e destinada para alimentação em forma de grãos e parte foi transformada em silagem para alimentação do gado de corte. Assim, para a separação dos custos com a colheita em grãos e em silagem, a propriedade utilizou os seguintes critérios: na colheita do milho em grão foi utilizada uma colheitadeira que é de propriedade de um vizinho.

O pagamento do empréstimo da colheitadeira foi acertado da seguinte forma: 10% da colheita em 2 hectares será destinado ao pagamento da locação. Assim, do total colhido nos 2 hectares, 90% se destinará ao estoque da propriedade rural. Destaca-se que os gastos com combustível correrão por conta do empresário rural e a depreciação da colheitadeira não incorporará os custos do gado de corte, cabendo ao locador da máquina destinar de forma adequada as despesas com depreciação. Por fim, o empresário rural não irá arcar com os custos de operador da máquina. A tabela 5 mostra o cálculo da hora máquina terceirizada para a colheita dos 2 hectares da cultura (milho) que será transformada em grão.

Tabela 5 - Cálculo da hora máquina terceirizada na colheita da cultura transformada em grão.

| Máquina | Horas | Litros | Valor Diesel | Dias | Total |
|--------------|-------|--------|--------------|------|------------|
| Terceirizada | 8 | 5 l/h | R\$ 1,53 | 2 | R\$ 122,40 |

Fonte: dados da pesquisa.

Verifica-se, na tabela 5, que foi utilizado um total de 16 horas para a colheita da cultura (milho) transformada em grão e o custo do combustível foi de R\$ 5,00 de litros/hora, totalizando um custo de R\$ 122,40.

Para a colheita dos 8 hectares da cultura (milho) que é transformada em silagem foi utilizado um trator da propriedade e um trator terceirizado. A depreciação utilizada será referente ao trator da propriedade, cabendo ao proprietário do trator terceirizado fazer seus devidos tratamentos. A tabela 6 mostra o cálculo da hora máquina na colheita da cultura transformada em silagem.

Tabela 6 - Cálculo da hora máquina na colheita da cultura transformada em silagem.

| Máquina | Horas | Litros | Valor Diesel | Dias | Depreciação | Total (R\$) |
|--------------|-------|--------|--------------|------|--------------|-------------|
| Própria | 12 | 5 l/h | R\$ 1,53 | 7 | R\$ 1.842,10 | 2.484,70 |
| Terceirizada | 5 | 5 l/h | R\$ 1,53 | 7 | - | 267,75 |

Fonte: dados da pesquisa.

Observa-se, na tabela 6, que foram utilizadas 12 horas de trator da propriedade e 5 horas de trator terceirizado. Assim, o custo do trator da propriedade que incluiu combustível e depreciação foi de R\$ 2.484,70 e o custo do trator terceirizado que incluiu apenas o combustível foi de R\$ 267,75.

Para a colheita e transformação do milho em grão e silagem foi utilizada mão de obra terceirizada a um custo de R\$ 40,00 /dia de trabalho. Na colheita do milho transformado em silagem foram utilizados três dias de mão de obra terceirizada e na colheita do milho transformado em grão não foi necessária a contratação de mão de obra terceirizada. A tabela 7 demonstra os custos de produção da silagem.

Tabela 7 - Custos de produção da silagem.

| | |
|-----------------------------------|----------------------|
| Custo do plantio e manutenção | R\$ 10.110,46 |
| Custo hora máquina da propriedade | R\$ 2.484,70 |
| Custo hora máquina terceirizada | R\$ 267,75 |
| Custo mão de obra da propriedade | R\$ 360,00 |
| Custo mão de obra terceirizada | R\$ 120,00 |
| Total | R\$ 13.342,91 |
| Produção de silagem | 332.000 kg |
| Custo por kg produzido | R\$ 0,0402 |

Fonte: dados da pesquisa.

Verifica-se, na tabela 7, que, para o cálculo dos custos de produção da silagem, foi utilizado o custo do plantio e manutenção (tabela 4), o custo da hora máquina da propriedade e a terceirizada (tabela 6) e, por fim, o custo da mão de obra da propriedade e a terceirizada, totalizando um custo de produção da silagem no valor de R\$ 13.342,91. Por fim, a tabela 7 mostra que foram colhidos 332.000kg de milho para silagem em 8 hectares. A tabela 8 demonstra os custos de produção de grãos.

Tabela 8 - Custos de produção de grãos.

| | |
|-------------------------------|---------------------|
| Custo do plantio e manutenção | R\$ 2.527,62 |
| Custo do combustível | R\$ 122,40 |
| Total | R\$ 2.650,02 |
| Produção de grãos | 14.580 kg |
| Custo por kg produzido | R\$ 0,1818 |

Fonte: dados da pesquisa.

Observa-se, na tabela 8, que, para o cálculo dos custos de produção de grãos, foi utilizado o custo do plantio e manutenção (tabela 4) e o custo do combustível (tabela 5), totalizando um custo para produção de grãos no valor de R\$ 2.650,02. Por fim, verifica-se que foram colhidos 14.580 Kg de grãos em 2 hectares. Assim, dos 14.580 kg de grãos colhidos, 10% foi destinado ao pagamento da locação da máquina terceirizada, ou seja, 1.458 kg de grãos de milho.

O proprietário da colheitadeira vizinha retira do seu trabalho 1.620 kg de grãos de milho com o acordo firmado entre os proprietários. Portanto, o custo total é rateado com 90% da produção de grão de milho.

Além dos custos com grãos e silagem, é preciso levar em consideração os custos para plantio e manutenção da pastagem que também será utilizada para alimentação na engorda do gado o qual será comercializado. Pela dificuldade de controle na pesquisa, a depreciação das benfeitorias integrará diretamente como uma despesa no Demonstrativo de Resultado e não ao custo de produção.

4.2 Cálculo do custo da pastagem

A pastagem é plantada em uma área total de 130 hectares e os custos de insumos para manutenção e replantio ocorrem 2 (duas) vezes ao ano. A exaustão da pastagem não foi levada em consideração porque é mantida apenas com custos de manutenção e replantio. Assim, a tabela 9 demonstra o cálculo do custo dos insumos utilizados na manutenção e replantio da cultura (pastagem).

Tabela 9 - Cálculo dos insumos utilizados na manutenção e replantio da pastagem.

| Insumos | Quantidade | Valor unitário | Total |
|---------|------------|----------------|---------------|
| Adubo | 260 sacas | R\$ 65,07 | R\$ 16.918,20 |
| Semente | 20 sacas | R\$ 30,00 | R\$ 600,00 |
| Uréia | 260 sacas | R\$ 68,36 | R\$ 17.773,60 |

Fonte: dados da pesquisa.

Verifica-se, na tabela 9, que, para replantio e manutenção dos 130 hectares da cultura (pastagem), o empresário rural incorre com R\$ 16.918,20 de adubo, R\$ 600,00 de semente e 17.773,60 de ureia.

Destaca-se que, na manutenção e replantio da pastagem, é utilizado o trator da propriedade para espalhar os insumos e replantios de sementes. Pela falta de controle na propriedade, foi feita uma suposição média da quantidade de sacas de semente que seria utilizada nos replantios da pastagem. Assim, a tabela 10 mostra o cálculo hora máquina utilizada na manutenção e replantio da cultura (pastagem).

Tabela 10 - Cálculo hora máquina utilizada na manutenção e replantio da pastagem.

| Máquina | Horas | Litros | Valor diesel | Dias | Depreciação | Total (R\$) |
|---------|-------|--------|--------------|------|--------------|-------------|
| Trator | 12 | 5 l/h | R\$ 1,53 | 5 | R\$ 2.105,26 | 2.472,46 |

Fonte: dados da pesquisa.

Verifica-se, na tabela 10, que o empresário rural possui um custo de hora máquina que inclui depreciação e combustível do trator em um valor total de R\$ 2.472,46. Por fim, com o cálculo dos insumos utilizados na manutenção e replantio da cultura (tabela 9), o cálculo da hora máquina utilizada na manutenção e replantio da cultura (tabela 10) e a média de sacas de sementes utilizadas para replantio foi possível calcular o custo total da cultura pastagem. Assim, a tabela 11 apresenta o custo total da cultura (pastagem).

Tabela 11 - Custo total da pastagem.

| Custo Insumos | Custo hora máquina | Total (R\$) | Custo Anual do Gado de corte | Custo dia do Gado de Corte |
|---------------|--------------------|------------------|------------------------------|----------------------------|
| R\$ 70.583,60 | R\$ 2.472,46 | 73.056,06 | R\$ 284,26 | R\$ 0,7788 |

Fonte: dados da pesquisa.

Observa-se, na tabela 11, que o custo total de insumos foi de R\$ 70.583,60 para as duas manutenções e replantios no ano em estudos. O custo hora máquina foi de R\$ 2.472,46, totalizando um custo total da cultura (pastagem) para o exercício social no valor de R\$ 73.056,06.

4.3 Cálculo da engorda do gado de corte

Para o cálculo da engorda do gado de corte foram utilizados os valores da mesma época do plantio, ou seja, setembro de 2010. Após muita pesquisa, os valores de engorda animal/dia foram alocados por média de engorda conforme

Embrapa (2013). Assim, a integração dos custos foi dividida em 4 (quatro) etapas, sendo a primeira do nascimento até 150 kg; a segunda de 151 kg até 217 kg (1 ano); e a terceira de 218 kg até 333 kg; a 4ª de 334 kg até 400 kg (2 anos).

Dessa forma, a propriedade rural trabalha com essa média para o crescimento e comercialização do gado de corte. Portanto, se um animal nasce hoje, ele demora aproximadamente 2 anos para engordar e estar pronto para o abate.

Ressalta-se que a propriedade não possui capacidade para reproduzir o número de bezerros necessários para satisfazer sua capacidade de comercialização. Desse modo, algumas vezes há necessidade de comprar bezerros de outras propriedades pagando-se o preço de mercado. Por esse motivo, para facilitar o controle de custo, diferenciaram-se as etapas dos bezerros bem como os anos de engorda. Assim, os custos de cada etapa de engorda foram demonstrados nos itens abaixo.

4.4 1º Etapa do nascimento do bezerro até 150 kg

Ao nascer, o bezerro é levado a uma espécie de cocheiro onde fica por aproximadamente 60 dias para a formação do seu estômago. Nessa fase, o bezerro ainda não está completamente formado, não conseguindo ingerir a vegetação, ou seja, ingere apenas o leite tirado da sua mãe.

Portanto, os custos alocados a essa etapa são alimentação da matriz (uma vez que fornece o leite para o bezerro) e os medicamentos veterinários. Todos os cálculos demonstrados estão baseados em um crescimento normal, ou seja, sem nenhuma complicação.

Foi levado em consideração que a matriz que fornece o leite ao bezerro consome em médio 15 kg de silagem/dia que será integralizado ao custo correspondente a essa etapa. Após essa engorda, a matriz fica alimentando-se na pastagem juntamente com o restante do plantel. A tabela 12 mostra o cálculo do custo de bezerro até 60 dias.

Tabela 12 - Cálculo bezerro até 60 dias.

| Matriz | Vacinas | Total |
|---------------|----------------|--------------|
| R\$ 36,18 | R\$ 5,55 | R\$ 41,73 |

Fonte: dados da pesquisa.

Verifica-se, na tabela 12, que o cálculo se refere ao custo de um bezerro normal com até 60 dias. Desse modo, o custo que foi alocado é com a alimentação da matriz e com despesas com vacinação, totalizando 41,73 por bezerro. As vacinas utilizadas são: carbúnculo, IBR, BVD, leptospirose, desverminação e clostridiose. Destaca-se que a vacina para desverminação é a única que precisa ser aplicada duas vezes ao ano, as demais são aplicadas anualmente.

Após 60 dias do nascimento, o bezerro já consegue alimentar-se. Assim, além do leite, alimenta-se de pastagem e de ração própria para crescimento. Então, após esses dias de confinamento, o cálculo do bezerro diferencia-se. Para chegar aproximadamente a 150 kg são necessários mais 133 dias. Desse modo, o cálculo dos custos do bezerro com até 133 dias está detalhado na tabela 13.

Tabela 13 - Cálculo bezerro até 133 dias.

| Ração | Pastagem | Matriz | Total |
|--------------|-----------------|---------------|--------------|
| R\$ 51,55 | R\$ 90,27 | R\$ 80,20 | R\$ 235,33 |

Fonte: dados da pesquisa.

Para a realização do cálculo apresentado na tabela 13 foi utilizada uma média, ou seja, metade do tempo o bezerro alimenta-se de pastagens e a outra metade de leite fornecido pela matriz. Nessa etapa, a matriz alimenta-se de silagem e de pastagem, diminuindo o custo do bezerro. Nesse ponto, o custo do bezerro foi equivalente a R\$ 235,33.

Adquirido o peso ideal, o bezerro é destinado aos piquetes onde irá se alimentar de pastagens. Para fechar o primeiro ano de engorda ainda resta um período de 172 dias que será detalhado na próxima segunda etapa.

4.5 2º Etapa de 151 kg até 217 kg

Para a realização desse cálculo, foi levada em consideração uma engorda de 0,385g/dia, conforme pesquisa em sites especializados. Nessa etapa ainda é aplicada a segunda dose de vacina para desverminação do gado. O gado, nessa etapa de crescimento, alimenta-se de pastagem, silagem e sal mineral, conforme apresentado na tabela 14.

Tabela 14 - Cálculo dos custos com novilho magro até 172 dias.

| Pastagem | Silagem | Sal Mineral | Vacina | Total |
|-----------------|----------------|--------------------|---------------|--------------|
| R\$ 66,98 | R\$ 34,57 | R\$ 30,96 | R\$ 1,36 | R\$ 133,87 |

Fonte: dados da pesquisa.

Para fazer o rateio da alimentação bovina foram adotados os seguintes critérios: a) nos 172 dias foi trabalhado com média, ou seja, 86 dias o novilho foi alimentando com pastagens e 86 dias o novilho foi alimentado com silagem. A alimentação foi dividida porque, em períodos de chuvas intensas ou de seca, o novilho é alimentado apenas com silagem e com uma quantidade média de 10 kg/dia, os outros 86 dias de alimentação com pastagens são integralizados no preço; b) o novilho come aproximadamente 100g/dia de sal mineral durante todos os 172 dias; c) e a última dose de vacina ano correspondente à vacina para desverminação.

Assim, no primeiro ano o custo total (desde o nascimento do bezerro até um ano) foi de aproximadamente R\$ 410,93 por bezerro. O segundo ano refere-se a terceira etapa de engorda do gado de corte e foram adotados os mesmos critérios da segunda etapa.

4.6 3º Etapa de 218 kg até 333 kg

Nessa etapa, os custos alocados para alimentação do gado foram com alimentação de pastagens, silagem e vacinas. Para separação dos custos de cada alimentação, foi adotado um critério de média. Para atingir o peso ideal, o gado precisa engordar 0,385 g/dia em um período de 305 dias, conforme demonstrado na tabela 15.

Tabela 15 - Cálculo dos custos com novilho até 305 dias.

| Pastagem | Silagem | Sal Mineral | Vacinas | Total |
|-------------|-----------|-------------|-----------|------------|
| R\$ 119,160 | R\$ 92,26 | R\$ 54,90 | R\$ 10,19 | R\$ 276,51 |

Fonte: dados da pesquisa.

Nos 305 dias, para que o gado chegue ao peso ideal, sua alimentação é igual a da segunda etapa. Assim, os 305 dias são divididos por 2 (dois), obtendo-se aproximadamente 153 dias para cada tipo de alimentação. Isso foi feito porque há períodos de escassez de chuva, excesso de chuva e outras adversidades. Portanto, o cálculo foi realizado de acordo com os seguintes critérios: a) para a pastagem, levou-se em consideração o custo multiplicado por 153 dias; b) para a silagem, levou-se em consideração que cada gado se alimenta de aproximadamente 15 kg de silagem/dia por um período de 153 dias. Assim, em metade do tempo (153 dias), o gado se alimenta da silagem e a outra metade (153 dias) se alimenta de pastagens. Por fim, após a terceira etapa vem a quarta etapa (última) que se refere à engorda em um sistema de semiconfinamento.

4.7 4º Etapa de 334 kg até 400 kg – venda

Esta é a última etapa de engorda do gado que é alimentado com ração especial, sal mineral, pastagem e silagem. Nesse período, o objetivo é aumentar de forma rápida o ganho de peso do animal, ou seja, aproximadamente 0,975kg/dia. A tabela 16 apresenta os custos com alimentação para engorda do gado.

Tabela 16 - Cálculo dos custos com gado até 60 dias.

| Pastagem | Ração | Sal Mineral | Silagem | Total |
|-----------|-----------|-------------|-----------|------------|
| R\$ 46,73 | R\$ 55,56 | R\$ 10,80 | R\$ 48,24 | R\$ 161,33 |

Fonte: dados da pesquisa.

Nessa última etapa de engorda, o objetivo é ganhar o máximo de peso para a obtenção de maiores lucros. Assim, para chegar aos custos apresentados na tabela 16, foi realizado o cálculo levando em consideração que, ao longo dos 60 dias, o gado comerá aproximadamente 20 kg/silagem dia, 1,5kg de ração (que é composta de milho – produzido pela propriedade, mais trigo e farelo de soja). A propriedade apenas tem gasto do trigo e soja pois o milho que integrará a ração é produzido pela própria fazenda e, por fim, o consumo diário de sal mineral. Ao fim do processo, o custo histórico de um gado gordo é de R\$ 848,77. A partir desse levantamento de custo histórico haverá a demonstração do Resultado.

4.8 Demonstração do resultado do exercício

Com base no levantamento dos custos da atividade, será elaborada a Demonstração do resultado do exercício (DRE) referente ao ano de 2012. Para a obtenção da receita bruta com a venda do gado, foi levada em consideração uma venda aproximada de 12 cabeças de gado/mês e 144 cabeças de gado/ano.

Os animais vendidos são negociados com os compradores com a condição de que o comprador se responsabiliza pelas despesas com frente. Os custos de produção e os impostos referente à operação (Funrural com alíquota de 2,3%) são de responsabilidade do produtor.

Para integrar a DRE, também são calculadas as depreciações das benfeitorias, máquinas e equipamentos. Só foram calculadas as depreciações do

arado, ensiladeira e plantadeira porque o trator já foi depreciado como parte do custo de produção do gado de corte.

A depreciação dos touros e das matrizes não foi levada em consideração na formação do custo de produção do bezerro pela falta de controle adequado na propriedade em estudo. Assim, a depreciação dos touros e das matrizes foi rateada entre todo o plantel. A tabela 17 mostram os cálculos de depreciação.

Tabela 17 - Depreciações dos ativos.

| Item | Valor contábil (R\$) | Valor residual (R\$) | Taxa de depreciação | Total |
|----------|----------------------|----------------------|---------------------|--------------|
| Matrizes | 93.500,00 | (55.000,00) | 12,5% | R\$ 4.812,50 |
| Touros | 5.086,00 | (1.288,00) | 12,5% | R\$ 474,75 |
| Casa | | 3.000,00 | 6,67% | R\$ 200,10 |
| Cerca | | 20.000,00 | 10% | R\$ 2.000,00 |
| Cocheira | | 2.000,00 | 10% | R\$ 200,00 |
| Galpão | | 2.000,00 | 6,67% | R\$ 133,40 |

| Item | Valor contábil | Valor residual | Taxa de depreciação | Total |
|-------------|----------------|----------------|---------------------|--------------|
| Arado | | 4.000,00 | 6,67% | R\$ 266,80 |
| Ensiladeira | | 12.000,00 | 14,28% | R\$ 1.713,60 |
| Plantadeira | | 7.000,00 | 6,67% | R\$ 466,90 |

Fonte: dados da pesquisa.

Deste modo, com os valores das depreciações e com a média de venda de 144 animais por ano, com os custos de produção foi possível apresentar a DRE do exercício 2012. Destaca-se que foram respeitadas as normas estabelecidas pelo CPC 29 e o estoque foi avaliado pelo valor de mercado utilizando as seguintes informações: a) para o ano de 2012, o valor de mercado é de R\$ 3,40 /kg (gado); para o cálculo da receita, é adotado o peso de 375 kg/animal. Assim, a Demonstração de resultado do exercício está descrita na tabela 18.

Tabela 18 - Demonstração de resultado do exercício (DRE) no ano de 2012.

| 2012 | |
|---------------------------------|------------------|
| Receita com venda | R\$ 183.600,00 |
| (-) Funrural | (R\$ 4.222,80) |
| (-) Custo dos produtos vendidos | (R\$ 122.222,88) |
| = Lucro bruto do período | R\$ 57.154,32 |
| (-) Despesa operacional | (R\$ 26.388,05) |
| (-) Luz | (R\$ 720,00) |
| (-) Mão de obra | (R\$ 15.400,00) |
| (-) Depreciações | (R\$ 10.268,05) |
| = Resultado do exercício | R\$ 30.766,27 |
| (+) Ganho com ativo biológico | R\$ 76.362,40 |
| = Resultado do exercício | R\$ 102.513,73 |

Fonte: dados da pesquisa.

4.9 Balanço patrimonial

Para a análise do balanço patrimonial, foi feito um levantamento dos valores do estoque baseando-se no custo histórico. A avaliação das máquinas e benfeitorias foi feita pelo proprietário da fazenda. A avaliação do balanço de 2012 será feita pelo valor de mercado conforme CPC 29, obtendo-se, assim, a atualização do estoque.

O valor de mercado pode distorcer a informação, principalmente na hora de avaliar os estoques. O estoque da propriedade foi avaliado pelo custo histórico, chegando a um preço final de custo R\$ 848,77 para um gado gordo, pesando aproximadamente 375 kg. No fechamento do BP, em julho de 2012, o valor do Kg do gado era de R\$ 3,40. É interessante destacar que, para não proporcionar um “lucro indevido” ou um ganho absurdo com o estoque, o custo histórico serviu para ter um parâmetro no primeiro momento da avaliação. Segue o modelo de BP conforme tabela 19:

Tabela 19 - Balanço patrimonial entre os anos 2011 e 2012 (valores em R\$).

| | 2011 | 2012 |
|--|---------------------|---------------------|
| 1 Ativo | 1.710.784,98 | 1.813.298,71 |
| 1.1 Ativo Circulante | 110.875,03 | 228.656,81 |
| 1.1.1 Disponível | 30.000,00 | 58.979,81 |
| 1.1.1.1 Banco | 30.000,00 | 58.979,81 |
| 1.1.2 Estoques de semoventes | 93.314,60 | 169.677,00 |
| 1.1.2.1. Bezerro até 150 Kg | 3.752,00 | 11.305,00 |
| 1.1.2.1. Novilho de 151 kg até 334 kg | 52.157,10 | 94.622,00 |
| 1.1.2.1. Novilho acima de 334 Kg | 38.405,50 | 63.750,00 |
| 1.4 Ativo Não Circulante | 1.599.909,95 | 1.584.641,90 |
| 1.4.1 Imobilizado | 1.599.909,95 | 1.584.641,90 |
| 1.4.1.1 Terras | 345.912,00 | 345.912,00 |
| 1.4.1.1.1 Áreas de reservas naturais | 263.552,00 | 263.552,00 |
| 1.4.1.1.2 Áreas utilizadas para pecuária | 82.360,00 | 82.360,00 |
| 1.4.2 Pastagens naturais melhoradas | 1.070.680,00 | 1.070.680,00 |
| 1.4.3 Instalações para pecuária | 24.466,50 | 21.933,00 |
| 1.4.3.1 Casa | 3.000,00 | 3.000,00 |
| 1.4.3.2 Cercas de Arame | 20.000,00 | 20.000,00 |
| 1.4.3.3 Cocheira | 2.000,00 | 2.000,00 |
| 1.4.3.4 Galpão | 2.000,00 | 2.000,00 |
| 1.4.3.5 (-) Depreciação acumulada | (2.533,50) | (5.067,00) |
| 1.4.4 Máquinas | 45.000,00 | 40.000,00 |
| 1.4.4.1 Tratores | 50.000,00 | 50.000,00 |
| 1.4.4.2 (-) Depreciação acumulada | (5.000,00) | (10.000,00) |
| 1.4.5 Equipamentos e ferramentas | 20.552,70 | 18.105,40 |
| 1.4.5.1 Arado | 4.000,00 | 4.000,00 |
| 1.4.5.2 Ensiladeira | 12.000,00 | 12.000,00 |
| 1.4.5.3 Plantadeira | 7.000,00 | 7.000,00 |
| 1.4.5.4 (-) Depreciação acumulada | (2.447,30) | (4.954,60) |
| 1.4.6 Rebanho Permanente | 93.298,75 | 88.011,50 |
| 1.4.6.1 Matrizes | 93.500,00 | 93.500,00 |
| 1.4.6.2 Reprodutores | 5.086,00 | 5.086,00 |
| 1.4.6.3 (-) Depreciação acumulada | (5.287,25) | (10.574,50) |
| 2 Passivo | - | - |
| 2.1 Passivo Circulante | - | - |
| 2.2 Passivo Não Circulante | - | - |
| 3 Patrimônio Líquido | 1.710.784,98 | 1.813.298,71 |
| 3.1 Capital Social | 1.710.784,98 | 1.710.784,98 |
| 3.2 Lucro do exercício | - | 102.513,73 |

Fonte: dados da pesquisa.

Foi levado em consideração que a propriedade não comprou nenhum ativo, entre os anos de 2011 e 2012, apenas foi feita uma avaliação e depreciação. O BP é uma importante demonstração, pois apresenta a real situação patrimonial e financeira da empresa.

O BP serve para prestar informações para outras entidades como instituições financeiras, usuários externos e sócios e também para o proprietário ter uma análise de seus bens para tomadas de decisões. Por meio do BP, é possível obter outros indicadores para analisar a atividade como os índices de rentabilidade.

5. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Conclui-se que a atividade de gado de corte gerou no ano de 2012 um resultado financeiro de R\$ 30.766,27, representando uma lucratividade de 16,76% para a propriedade rural em estudo. Contudo, a adoção das normas internacionais de contabilidade, pela aplicação do CPC-29 “Ativos Biológicos”, considera que nas atividades rurais é preciso determinar os ganhos ou perdas decorrentes dos aspectos naturais, e sua não utilização pode afetar de consideravelmente a decisão dos gestores rurais. As conclusões remetem que com a aplicação dos critérios e métodos estabelecidos pelo CPC 29, a propriedade rural obteve um ganho com ativo biológico no ano de 2012 no valor de R\$ 76.362,40, passando a apresentar um lucro no valor de R\$ 102.513,73.

A visão obtida pelo estudo de caso mostra que a contabilidade rural é difícil de ser implementada, e os fatores que influenciam negativamente no processo estão relacionados ao desconhecimento do proprietário rural sobre os aspectos informacionais e de controle contábil, e pela falta de recursos que promovam o efetivo controle das movimentações econômico e financeiras da propriedade.

É relevante salientar que a adoção das normas internacionais de contabilidade, pelos critérios propostos no CPC-29 “Ativos Biológicos”, o qual trata de regras específicas para as atividades rurais, torna mais complexa a implementação e utilização dos informativos contábeis por parte dos proprietários de fazendas. Além disso, a não utilização dos critérios estabelecidos pelo CPC-29 pode causar distorções relevantes na percepção de lucratividade do negócio rural, tornando-se um fator considerável para o proprietário rural. Assim, é preciso dedicação por parte dos profissionais para que a contabilidade rural tome proporções e tenha seu devido reconhecimento.

Para estudos futuros, recomenda-se o levantamento detalhado dos custos, com a finalidade de alavancar a produção, e oferecer ao empresário rural uma melhor compressão sobre a real situação econômica, financeira e patrimonial da fazenda. O fato é relevante pela pouca utilização dos relatórios e controles gerados pela contabilidade para administrar as posses em propriedades rurais.

6. REFERÊNCIAS

BORILLI, S. P.; PHILIPPSEN, R. B.; RIBEIRO, R. G.; HOFER, E. O uso da contabilidade rural como uma ferramenta gerencial: um estudo de caso dos produtos rurais no Município de Toledo – PR. **Revista Ciências Empresariais da UNIPAR**, Toledo, v.6, n.1, jan./jun., 2005.

BORNIA, Antonio Cezar *Análise Gerencial de Custos: Aplicação em empresas modernas*. São Paulo: Atlas, 2010.

BRUNI, A. L.; FAMÁ, R. **Gestão de custos e formação de preços**: – com aplicação na calculadora HP 12 C e Excel. 5ª ed. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2011.

CALLADO, A. L. C.; ALMEIDA, M. A. Perfil dos artigos sobre custos no agronegócio publicados nos anais do Congresso Brasileiro de Custos. **Revista Custos e Agronegócio on line**, v. 1, n. 1 – Jan/Jun - 2005.

CALDERELLI, A. **Enciclopédia contábil e comercial brasileira**. 30ª ed. São Paulo: CETEC, 1997.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **Ativo Biológico e Produto Agrícola – CPC 29**. Disponível em: <http://www.cpc.org.br/pdf/CPC_29.pdf> Acesso em: 25 set. 2012.

COSTA, M. S. D.; LIBONATI, J. J.; RODRIGUES, R. N. Conhecimentos sobre particularidades da contabilidade rural: um estudo exploratório com contadores da região metropolitana de Recife. **Revista ConTexto**, Porto Alegre, v. 4, n. 7, 2004.

CREPALDI, S. A. **Contabilidade rural**: uma abordagem decisorial. 6ª ed. revista, atualizada e ampliada. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2011.

EMBRAPA. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, 2013. Disponível em: <<http://www.cpao.embrapa.br/portal/artigos/artigos/artigo7.html>>. Acesso em: 05 out. 2013.

HOFER, E.; BORILLI, S. P.; PHILIPSEN, R. B. Contabilidade como ferramenta gerencial para atividade rural: um estudo de caso. **Revista Enfoque: Reflexão Contábil**. v.25, n. 3, 2006.

MAGRO, C. B. D.; DOMENICO, D. D.; KLANN, R. C.; ZANIN, A. Contabilidade rural: comparativo na rentabilidade das atividades leiteira e avícola. **Revista Custos e Agronegócio on line**, v. 9, n. 1 – Jan/Mar - 2013.

MARION, J. C. **Contabilidade Rural**: contabilidade agrícola, contabilidade pecuária, imposto de renda- pessoa jurídica. 13 ed. São Paulo: Atlas, 2012.

NEVES, S. D.; VICECONTI, P. E. V. **Contabilidade de custos**: um enfoque direto e objetivo. 6 ed. revisada e ampliada. São Paulo: Frase Editora, 2000.

PADOVEZE, C. L. **Curso básico para gerencial de custos**. 2. ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2006.

SANTOS, J. D.; MARION, J. C.; SEGATTI, S. Administração de custos na agropecuária. 3 Ed. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2002.

VANDERBECK, E. J.; NAGY, C. F. **Contabilidade de custos**. 11. ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2011.

ZANIN, A.; KRUGER, S. D.; MAZZIONI, S.; DEIMLING, M. F.; DOMENICO, D. D. **Gestão ambiental em agroindústrias da região de Chapecó**. In: XVII SIMPEP – Gestão de Projetos e Engenharia de Produção. São Paulo, 2010.

ANÁLISE DOS RESULTADOS DA ATIVIDADE LEITEIRA: CUSTO HISTÓRICO *VERSUS* VALOR JUSTO DOS ATIVOS BIOLÓGICOS

Silvana Dalmutt Kruger¹
Catiane Ortolan²
Elisandra Henn Diel³
Fábio José Diel⁴
Sady Mazzioni⁵

RESUMO

O estudo tem por objetivo evidenciar a mensuração contábil da atividade leiteira comparando os critérios de avaliação pelo custo histórico e valor justo. A pesquisa foi realizada por meio de um estudo de caso em uma propriedade rural do oeste de Santa Catarina, com análise de dados de cunho qualitativo. Por meio da elaboração e utilização do Balanço Patrimonial e da Demonstração do Resultado do Exercício pode-se observar o resultado econômico da atividade leiteira, sendo a receita de R\$ 1,05 por litro vendido, o custo de R\$ 0,39 e o lucro por litro de R\$ 0,66 no período observado. Verificou-se que o patrimônio total no Balanço Patrimonial é aproximadamente 14% maior quando utilizada a mensuração pelo valor justo em comparação com a mensuração com valores do custo histórico. Os resultados, de modo geral, evidenciam a importância da utilização da contabilidade no processo de análise dos custos das atividades desenvolvidas no meio rural, bem como, da importância da utilização do Pronunciamento Contábil CPC 29 como critério de avaliação e mensuração dos ativos biológicos, visando evidenciar adequadamente o patrimônio das entidades rurais.

Palavras-chave: ativos biológicos, contabilidade rural, CPC 29, custo histórico, valor justo.

¹Graduada em Ciências Contábeis (Unochapecó), Mestra em Contabilidade (UFSC), Doutoranda em Contabilidade (UFSC), professora do Curso de Ciências Contábeis (Unochapecó). Email: silvanak@unochapecó.edu.br

²Graduada em Ciências Contábeis (Unochapecó). Email: catty_id@unochapecó.edu.br

³Graduada em Ciências Contábeis (Unochapecó), Mestre em Ciências Contábeis (FURB). Professora do Curso de Ciências Contábeis (UCEFF). Email: elihenn@unochapecó.edu.br

⁴Graduado em Ciências Contábeis (Unochapecó), Mestre em Ciências Contábeis (FURB), professor do Curso de Ciências Contábeis (Unochapecó). Email: f_diel@unochapecó.edu.br

⁵Graduado em Ciências Contábeis (UNOESC), Mestre em Ciências Contábeis e Doutorando em Administração e Ciências Contábeis (FURB), professor do curso de Ciências Contábeis (Unochapecó). Bolsista do FUMDES. Email: sady@unochapecó.edu.br

ANALYSIS OF RESULTS OF DAIRY ACTIVITY: HISTORY VERSUS COST FAIR VALUE OF BIOLOGICAL ASSETS

ABSTRACT

The study aims to highlight the accounting measurement of dairy farming comparing the assessment criteria at historical cost and fair value. The survey was conducted through a case study on a rural property west of Santa Catarina, with data analysis a qualitative approach. From the study it can be seen the production costs of dairy farming, comprising the supply, maintenance and manpower squad and the depreciation of the asset items. Through the development and use of the Balance Sheet and Statement of Income can observe the economic results of dairy farming, with an income of R\$ 1,05 per liter sold, the cost of R\$ 0,39 and profit per liter of R\$ 0,66 in the observed period. The results generally show the importance of using accounting on the cost analysis activities in rural areas process and the importance of using accounting pronouncement CPC 29 as a criterion for evaluation and measurement of biological assets, in order to adequately highlight the heritage of rural entities.

Keywords: biological assets, CPC 29, fair value, historical costs, rural accounting, .

1. INTRODUÇÃO

A contabilidade visa fornecer informações úteis aos seus usuários, para auxiliar no processo de tomada de decisões que conduzam às entidades a resultados satisfatórios, no intuito de garantir sua continuidade. Segundo Ludícibus (2010), a Contabilidade tem como objetivo básico fornecer informações para a tomada de decisões e se preocupa com a mensuração dos itens patrimoniais e com a situação econômico-financeira das entidades.

No entanto, as formas de avaliação do patrimônio de uma empresa são variadas, por este motivo muito se tem discutido sobre as medidas para mensurar e avaliar o valor de determinados ativos, como é o caso dos ativos biológicos.

O Pronunciamento Contábil CPC 29 (2009) emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, exige que as empresas exploradoras de ativos biológicos (definidos como animais e plantas vivos) mensurem tais ativos a valor justo. A normativa define valor justo como o valor pelo qual um ativo pode ser negociado, ou um passivo liquidado, entre partes interessadas que se disponham a realizar tal transação.

Assim sendo, a base de mensuração dos ativos biológicos passou do custo histórico para o valor justo. Tal condição traz peculiaridades acerca da avaliação dos ativos biológicos, considerando-se que o processo de maturação e determinadas fases de crescimento ou desenvolvimento possuem especificidades, e nem sempre possuem mercado ativo para identificação do seu valor justo.

Paulo et al. (2011) evidenciam que uma das mudanças resultantes do CPC 29 é a obrigatoriedade de se reconhecer a cada exercício social os impactos nos resultados decorrentes das variações no valor justo. Ainda, mencionam que se antes o mercado de ativos biológicos já sofria com a volatilidade dos preços devido às peculiaridades desses produtos, tal volatilidade não era imediatamente repassada aos demonstrativos financeiros. Porém, com a adoção do CPC 29, as empresas são

obrigadas a reconhecer variações nos valores de seus ativos biológicos e registrar os resultados, independente da realização de receitas.

De acordo com Marion (2012), caso uma empresa julgue que não há mercado confiável para fazer a mensuração por meio do valor justo, a ela é facultado continuar avaliando seus estoques a custo de formação ou custo histórico.

A contabilidade rural oferece recursos para mensurar os resultados das atividades desenvolvidas no meio rural. No entanto, ainda carece aos gestores rurais um conhecimento mais adequado dos artefatos que a contabilidade dispõe, a fim de incorporar os benefícios que pode proporcionar ao processo decisório. Dentro deste contexto o estudo pretende responder a seguinte problemática: Quais as principais diferenças na mensuração contábil verificada entre os critérios de avaliação pelo custo histórico e valor justo dos ativos biológicos relacionados à atividade leiteira? O objetivo é evidenciar a mensuração contábil da atividade leiteira comparando os critérios de avaliação pelo custo histórico e valor justo.

O estudo de Kruger et al. (2014), evidencia a falta de controles e da utilização da contabilidade na análise e acompanhamento das atividades desenvolvidas no meio rural. Neste sentido, justifica-se a relevância do estudo no intuito de orientar os gestores da atividade leiteira na análise das informações contábeis, bem como, a partir dos resultados evidenciar as diferenças entre a avaliação dos ativos biológicos pelo custo histórico e valor justo. Considera-se ainda, as alterações nos padrões nacionais de contabilidade, mais especificamente nos padrões que regem os procedimentos sobre os ativos biológicos (inclusive gado leiteiro), os quais motivaram esta pesquisa, tendo em vista que tais alterações são resultantes de um processo de adequação aos pronunciamentos emitidos pelo *Internacional Accounting Standards Board* – IASB, fruto da convergência das normas contábeis brasileiras às novas normas internacionais, a qual orienta a normativa CPC 29.

2. CONTABILIDADE RURAL

A contabilidade é a ciência de controle e planejamento patrimonial, estudada de forma geral ou específica, adaptando-se as necessidades de cada setor, aplicada as pessoas físicas ou jurídicas. De acordo com Crepaldi (2012), um dos principais sistemas de controle e informação das empresas rurais é a contabilidade rural, sendo que a partir da mesma é possível verificar a situação patrimonial, sob os mais diversos enfoques, como a análise de estrutura, evolução, solvência, retorno dos investimentos, garantia de capital próprio e de terceiros, entre outras.

Conforme Marion (2012), a contabilidade rural possui a finalidade de estudar e controlar o patrimônio, para gerar e fornecer informações necessárias para tomar decisões e contribuir nas tendências futuras. No entanto, para analisar os resultados, é necessário elaborar controles, identificar as condições de mercado e dos recursos naturais, que garantirá ao empresário rural os elementos básicos para o desenvolvimento de sua atividade econômica.

Conforme Crepaldi (2012) torna-se importante a geração de informações acerca dos resultados das atividades desenvolvidas no meio rural, no entanto, a contabilidade rural no Brasil ainda é pouco utilizada, tanto por parte dos profissionais contábeis, quanto pelos produtores rurais, devido à falta de conhecimento dos gestores rurais e pela ausência de profissionais contábeis com especialização neste ramo de atuação. Muitos destes gestores rurais tendem a desenvolver técnicas de controle baseadas em experiências passadas, desconsiderando informações eficazes e coerentes. A falta da documentação e de relatórios que comprovem os

fatos (compra, venda, produção, etc.) são elementos que dificultam o uso da contabilidade no meio rural.

Toda entidade quando utiliza instrumentos de controle e análise de resultados, pode apresentar melhores resultados, porém, existem vários fatores para que a contabilidade não seja utilizada de forma adequada nas entidades rurais, dentre eles está à insuficiência de profissionais na divulgação de tecnologias administrativas e a falta de conhecimento sobre a contabilidade gerencial no meio rural. De acordo com Crepaldi (2012), há a necessidade de atualização no gerenciamento das empresas rurais, por meio de novas tecnologias que permitam aos produtores rurais obter rendimentos adicionais, acompanhar os resultados e atuar na minimização dos custos de produção.

Santos, Marion e Segatti (2002) destacam que quanto maior for o conhecimento do administrador a respeito da estrutura e do funcionamento da produção, maiores serão as chances de melhoria dos resultados econômicos. No entanto, para tal análise é preciso o acompanhamento dos processos e o registro com base em documentos hábeis.

Os gestores rurais que souberem usufruir adequadamente das informações contábeis terão em mãos instrumentos que permitem tomar decisões estratégicas e ter maiores probabilidades de acertos relacionados à lucratividade das atividades desenvolvidas. A contabilidade fornece artefatos que contribuem na avaliação do desempenho econômico das atividades rurais e a perenidade das atividades rurais.

Simonetti et al. (2013) indicam a importância da agricultura familiar e das pequenas propriedades rurais, tanto na diversificação das atividades econômicas, como na promoção do desenvolvimento regional, especialmente dos pequenos e médios municípios.

Santos, Marion e Segatti (2002) descrevem que a atividade agropecuária requer um sistema de informações próprio, o que deve considerar suas peculiaridades. Oliveira (2010) argumenta que se o produtor rural utilizar as informações fornecidas pela contabilidade terá condições de controlar os custos e avaliar os resultados por atividades desenvolvidas, mas principalmente, estabelecer planos e traçar estratégias que levem a propriedade rural rumo à eficiência da produção, mediante a observação das especificidades de cada tipo de cultura, do mercado e da tecnologia mais adequada para as atividades desenvolvidas.

Portanto, é por meio das informações geradas pela contabilidade que os produtores rurais podem obter informações para controlar seus custos e os resultados das atividades, podendo traçar novas estratégias para futuras melhorias e corrigir os pontos falhos dos processos produtivos (KRUGER, et al., 2014).

Para Silva (2009, p. 30), “a empresa rural é uma unidade de produção que possui elevado nível de capital de exploração e alto grau de comercialização, tendo como objetivo técnico a sobrevivência, o crescimento e a busca do lucro”. Conforme Crepaldi (2012) a empresa rural é um setor de produção em que são exercidas atividades que dizem respeito às culturas agrícolas, a pecuária ou as culturas florestais, com a finalidade de obtenção de renda. Segundo Marion (2012, p. 02), “empresas rurais são aquelas que exploram a capacidade produtiva do solo por meio do cultivo da terra, da criação de animais, e da transformação de determinados produtos agrícolas”.

O planejamento é a parte essencial da gestão das empresas, por isso pode-se considerar três fatores de produção imprescindíveis para uma empresa rural. De acordo com Crepaldi (2012): a terra, o capital e o trabalho. Na terra é onde se aplicam os recursos e se trabalha para obter produção. O capital é o conjunto de bens aplicados sobre a terra com a intenção de aumentar a produtividade. O trabalho é conjunto de atividades desempenhadas pelo homem, como administrar,

cuidar dos animais, entre outras atividades necessárias para o desenvolvimento da atividade.

Segala e Silva (2007) destacam que a contabilidade é uma ferramenta gerencial fundamental, permitindo o planejamento, controle e a tomada de decisão, auxiliando na evolução do setor, principalmente nas atribuições de administração financeira, controle de custos, diversificação e comparação de resultados. Santos, Mairon e Segatti (2002) afirmam que para ter sucesso, o empresário rural necessita das premissas básicas da administração, que são: planejar, organizar, dirigir e controlar, mas também precisa das informações em tempo hábil para o processo decisório.

Considerando as inúmeras inovações tecnológicas e a busca constante do mercado por qualidade e preço, exige-se dos gestores rurais a implantação de novas estratégias e técnicas produtivas para viabilizar melhorias do processo produtivo, na busca por menores custos e maior qualidade.

Para Crepaldi (2012), no meio rural, considerando as múltiplas atividades desenvolvidas e o volume financeiro das operações, constitui-se na realidade em empresa, apesar de nem sempre estar formalmente ou juridicamente assim constituído.

De acordo com Marion (2012), encontram-se duas formas jurídicas de exploração: como pessoa física e pessoa jurídica. No Brasil, prevalece a exploração na forma de pessoa física, por ser menos onerosa e mais vantajosa. O pequeno e médio produtor que explora a atividade rural fica dispensado da escrituração comercial, podendo prestar contas por meio da declaração de imposto de renda pessoa física. Já o grande produtor rural será equiparado às pessoas jurídicas para fins contábeis, devendo fazer escrituração regular com profissional contábil habilitado.

2.1 Ativos Biológicos

A contabilização da maioria das atividades agropecuárias possui a mesma base conceitual das demais entidades, pois as transações de compra e venda possui a mesma natureza. Porém, a natureza dos seus ativos e a geração de resultados é diferente das demais entidades, tornando o reconhecimento e a mensuração desses ativos com características peculiares não encontradas nas atividades industriais, comerciais e de prestação de serviço (RECH; PEREIRA; OLIVEIRA, 2008).

Desde janeiro de 2010 as demonstrações financeiras das empresas que desempenham atividades envolvendo ativos biológicos e produtos agrícolas devem adotar o CPC 29. O objetivo do CPC 29 (2009) é estabelecer o tratamento contábil, e as respectivas divulgações, relacionadas aos ativos biológicos e aos produtos agrícolas.

Os ativos biológicos são compostos por animais e plantas vivos. Segundo Marion (2012) a contabilidade dos ativos biológicos abrange tudo aquilo que nasce, cresce e morre, desde as culturas temporárias e permanentes até os animais, ou seja, são todos os animais ou plantas vivos.

Segundo Paulo et al. (2011) a emissão do *Internacional Accounting Standard* 41 - IAS 41, e sua adaptação pelo Pronunciamento Contábil CPC 29, trouxe o preenchimento de uma lacuna existente com relação às regras de mensuração e avaliação de ativos biológicos.

De acordo com Marion (2012), considerando-se que o setor do agronegócio no Brasil é extenso, as mudanças efetuadas causaram um grande impacto na economia. A mudança encontra-se na avaliação dos ativos biológicos, em que o

modelo tradicional de avaliação pelo custo histórico é substituído pelo valor justo, considerando que esses ativos estão sempre em constantes mudanças, exigindo contínuas avaliações.

Conforme CPC 29 (2009) o ativo biológico deve ser mensurado ao valor justo menos a despesa de venda no momento do reconhecimento inicial e no final de cada período de competência. Para Paulo et al. (2011), com a aplicação obrigatória do CPC 29 as empresas que possuem ativos biológicos passam a registrar as variações provenientes da correção dos preços de mercado desses ativos no momento da apuração de resultados, fato diverso do adotado no custo histórico, que considera o custo de aquisição para registro do valor dos seus estoques de ativos biológicos.

O CPC 29 (2009) evidencia que pode não existir um mercado separado para os ativos, mas pode existir um mercado ativo para a combinação destes, a entidade pode usar informações sobre os ativos combinados para determinar o valor justo dos ativos biológicos.

Para Ernst & Young e Fipecafi (2010) os critérios de mensuração para os ativos biológicos e para produtos agrícolas são distintos, pois os ativos biológicos devem ser mensurados no seu reconhecimento inicial e em cada data de balanço pelo seu valor justo menos as despesas necessárias para sua venda. No entanto, os produtos agrícolas devem ser mensurados pelo seu valor justo menos as despesas necessárias para a sua venda, mas somente no momento da colheita.

Conforme o CPC 29 (2009, p. 03) “atividade agrícola é o gerenciamento da transformação e da colheita de ativos biológicos para venda ou para conversão em produtos agrícolas ou em ativos biológicos adicionais, pela entidade”. Portanto, a atividade agrícola coordena a modificação e/ou o melhoramento de ativos biológicos sujeitos a venda, devendo ser mensurados pelo seu valor justo.

O Quadro 1 apresenta exemplos de ativos biológicos conforme CPC 29 (2009, p. 03):

Quadro 1 - Exemplos de ativos biológicos.

| Ativos Biológicos | Produto agrícola | Produtos resultantes do processamento após a colheita |
|--------------------------|-----------------------------|--|
| Carneiros | Lã | Fio, tapete |
| Árvores de uma plantação | Madeira | Madeira serrada, celulose |
| Plantas | Algodão, cana colhida, café | Fio de algodão, açúcar, álcool, café limpo em grão, moído, torrado |
| Gado de leite | Leite | Queijo |
| Porcos | Carcaça | Salsicha, presunto |
| Arbustos | Folhas | Chá, tabaco |
| Videiras | Uva | Vinho |
| Árvores frutíferas | Fruta colhida | Fruta processada |

Fonte: CPC 29 (2009, p. 3).

É possível observar no Quadro 01 que os ativos biológicos são todos os animais e plantas vivos. Os produtos resultantes dos ativos biológicos são produtos agrícolas. O terceiro grupo é constituído pelos produtos agro industrializados, resultantes do processo após a colheita e de origem biológica.

Segundo o CPC 29 (2009) a definição da transformação biológica é relevante para se entender a diferença entre ativo biológico e produto agrícola, a diferenciação desses dois itens é relevante para a correta aplicação do

pronunciamento, pois há possibilidades de mensuração diferentes para os ativos: transformação biológica pressupõe usualmente algo que ainda esteja em transformação ou desenvolvimento, que causam mudanças quantitativas e qualitativas nos ativos biológicos; e produto agrícola corresponde a algo que está pronto para ser colhido de um ativo biológico.

Conforme Marion (2012), o ativo biológico é contabilizado no ativo circulante quando a cultura se desenvolver em curto prazo, ou seja, em tempo menor de 12 meses. Ao contrário, o ativo que exceder a 12 meses, deverá conseqüentemente ser contabilizado na conta do ativo não circulante, como ocorre com os valores incorridos nas culturas permanentes.

O CPC 29 (2009) não se aplica aos produtos após o processamento ou transformação do produto agrícola, a partir da transformação eles serão tratados de acordo com suas características e passam a serem tratados pelo CPC 16 - Estoques.

De acordo com Ernst & Young e Fipecafi (2010) a entidade deve reconhecer um ativo biológico ou produto agrícola quando: (i) Controla o ativo como resultado de eventos passados; (ii) Quando benefícios econômicos futuros relacionados ao ativo fluírem para a entidade; (iii) O valor justo ou o custo histórico puder ser mensurado confiavelmente. De acordo com o CPC 29 (2009) os ativos biológicos podem ser classificados conforme demonstrado no Quadro 2.

Quadro 2 - Classificação dos ativos biológicos.

| Ativos biológicos | Características |
|--------------------------|--|
| Consumíveis | São aqueles passíveis de serem colhidos como produto agrícola ou vendidos como ativos biológicos. Exemplos: rebanhos de animais mantidos para a produção de carne, rebanhos mantidos para a venda, produção de peixe, plantações de milho, cana-de-açúcar, café, soja, laranja e trigo e árvores para a produção de madeira. |
| Produção | Não são produtos agrícolas, são autorrenováveis. Exemplo: rebanhos de animais para a produção de leite, vinhas, árvores frutíferas, entre outros. |
| Maduros | São aqueles que alcançaram a condição para serem colhidos. |
| Imaturos | São aqueles não aptos para serem colhidos. |

Fonte: Adaptado de CPC 29 (2009).

A transformação biológica que envolve todo o processo de maturação dos ativos biológicos é o principal fator que distingue os ativos biológicos dos demais ativos, visto que são dotados de vida, sujeitos às mudanças quantitativas e qualitativas.

Contudo, essa transformação biológica e a volatilidade dos preços podem causar ganhos e perdas com esse grupo de ativos, ao longo da maturação. Essa situação pode criar incertezas na determinação dos valores, fazendo com que a base de avaliação seja de fundamental importância no detalhamento das informações.

O CPC 29 (2009) exige o reconhecimento dos ativos biológicos a valor justo aos produtos que possuam mercado ativo. Caso a entidade julgue que não há mercado confiável para fazer essa mensuração, é facultado continuar avaliando seus estoques por meio do custo histórico, até tornar-se possível a mensuração pelo valor justo. Entretanto, a não mensuração a valor justo de um ativo biológico pode

causar um impacto relevante nas demonstrações financeiras quando esse ativo transformar-se em produto agrícola.

De acordo com Marion (2012), o método do valor justo considera o preço de mercado do plantel que normalmente é maior que o custo, reconhecendo-se um ganho econômico periodicamente. A partir da adoção do CPC 29, animais e plantas vivos devem ser avaliados a valor justo, bem como os produtos agrícolas, com a intenção de repassar aos usuários a real situação patrimonial da atividade desenvolvida.

Segundo o CPC 29 (2009, p. 05):

Valor justo é valor pelo qual um ativo pode ser negociado, ou passivo liquidado, entre partes interessadas, conhecedoras do negócio e independentes entre si, com a ausência de fatores que pressionem para a liquidação da transação ou que caracterizem uma transação compulsória.

Silva (2012) reconhece o valor justo como à forma mais coerente e transparente. O autor afirma que por mais que o valor justo esteja errado, ele sempre será inevitavelmente mais próximo da realidade de mercado em relação ao valor do custo histórico.

O valor justo pode vir a ter seu valor alterado devido às mudanças físicas e também pelos preços no mercado. Entretanto as empresas devem sempre procurar mensurar seus ativos biológicos e produtos agrícolas pelo valor justo menos despesas devido à volatilidade.

O método de mensuração a valor justo exige muita cautela quanto à identificação de mercados ativos que admitam a realização da avaliação a valor justo. Pois, de acordo com Marion (2012), ao contrário dos estoques em elaboração das empresas industriais, o gado, a qualquer instante, mesmo sem atingir a semelhança de produtos acabados, tem um preço definido de mercado.

Para Ernst & Young e Fipecafi (2010) as empresas terão que passar a conviver com a volatilidade inerente aos ativos mensurados ao valor justo. Diretores da área de relação com investidores deverão estar preparados para explicar as oscilações do valor justo que causarão ganhos ou perdas nos resultados, uma explicação não apropriada poderá levantar dúvidas quanto à qualidade dos resultados.

Para Silva Filho, Veras Machado e Reis Machado (2012), o objetivo central da mensuração contábil é estabelecer uma medida que vise aproximar ao máximo a informação contábil à realidade econômica do que se pretende informar, mesmo que o valor justo não seja objetivo e verificável, pode ser o mais relevante para o usuário. O pressuposto é que os valores dos ativos biológicos avaliados a valor justo revelam maior poder preditivo dos ganhos futuros, quando comparados ao custo histórico.

Conforme o CPC 29 (2009) o valor justo de ativo tem sua determinação baseada na localização e nas condições atuais, porém se a entidade tem acesso a diferentes mercados ativos, deve usar o mais relevante deles. Por exemplo, o valor justo do gado é o preço do mercado principal, menos a despesa de transporte e outras despesas necessárias para colocá-lo no referido mercado. Dessa forma, nas contas contábeis o gado destinado à comercialização ficará contabilizado na conta "Ativos Biológicos", no Ativo Circulante, reconhecido pelo seu valor de mercado, enquanto seu ganho econômico fica destacado no resultado.

As empresas que possuem atividades em que o ativo biológico se transforma rapidamente em produto agrícola terão seus ganhos ou perdas revertidas

em poucos meses, devido à similaridade dos valores almejados pelo custo histórico e pelo valor justo.

Entretanto, de acordo com Ernst Young e Fipecafi (2010) a IAS 41 admite a possibilidade de que um ativo biológico ser mensurado ao longo do tempo tanto pelo seu valor de custo histórico, quanto pelo valor justo, tendo em vista situações em que o valor justo não possa ser mensurado de forma confiável ou devido ao estágio de maturação que impossibilita a determinação do valor justo e de um mercado ativo. Contudo, um valor contábil só será relevante quando o mesmo refletir informações confiáveis e sua mensuração for suficientemente adequada, por isso o valor justo torna-se uma medida que visa aproximar as demonstrações contábeis da realidade do mercado.

2.2 Estudos anteriores

O estudo de Rech, Pereira e Oliveira (2008) teve como objetivo analisar os efeitos da utilização dos critérios estabelecidos para o reconhecimento e mensuração dos ativos biológicos em relação aos impostos diferidos e verificar o tratamento dispensado a estes ativos e passivos pelas empresas que exploram a atividade rural de pecuária no Estado de Mato Grosso. A amostra da pesquisa foi composta por 21 empresas distribuídas nos diversos municípios do Estado de Mato Grosso. Ao final do estudo verificou-se que apenas parte das empresas pesquisadas utiliza o valor justo para mensurar e reconhecer os ativos biológicos (23,8%). Os resultados demonstraram ainda que, embora o critério de tratamento contábil dos impostos diferidos tenha sido introduzido no cenário contábil há mais tempo, somente 28,8% do total das empresas pesquisadas, e 33,3% das empresas de pecuária apresentam os impostos diferidos em seu balanço patrimonial e que a mensuração e reconhecimento dos ativos biológicos pelo valor justo impactam o valor dos passivos por impostos diferidos e seu reconhecimento aumenta a transparência nas demonstrações financeiras das empresas.

Medeiros (2009) faz uma análise sobre a Norma de Contabilidade de Relato Financeiro - NCRF 17 versus Plano Oficial de Contabilidade - POC, com enfoque nos Ativos biológicos e produtos agrícolas no ponto de colheita. O estudo efetuado consistiu na análise dos dois normativos, POC e NCRF 17; na identificação das diferenças comparáveis entre si; e na aplicação da NCRF 17 a uma sociedade agrícola portuguesa, a fim de analisar os efeitos da transição de normativo. Através do estudo verificou-se que a NCRF 17 apresenta consequências significativas na análise às demonstrações financeiras das sociedades agrícolas, derivadas do aumento dos valores do ativo, em contrapartida do aumento dos capitais próprios. O efeito referido deve-se ao reconhecimento e mensuração dos ativos biológicos e produtos agrícolas (no ponto de colheita) pelo seu justo valor menos os custos estimados no ponto de venda.

Silva Filho, Veras Machado e Reis Machado (2012), em análise da questão do *value-relevance* dos ativos biológicos mensurados a valor justo e a custo histórico, para dois exercícios diferentes (2008 e 2009), de 25 empresas brasileiras de capital aberto exploradoras de ativos biológicos, demonstram em seus resultados que a substituição do custo histórico pelo valor justo na mensuração dos ativos biológicos não se mostrou relevante para os usuários da informação contábil. Os autores observam o fato de que a mensuração a custo histórico é mais verificável, objetiva e de fácil compreensão, enquanto que a valor justo, geralmente calculado com base em estimativas e probabilidades, a mensuração se torna de difícil entendimento e, consequentemente, pode ser menos relevante para os usuários das informações contábeis.

Barros et al. (2012) buscaram analisar o impacto do valor justo na mensuração dos ativos biológicos das empresas listadas na BM&FBOVESPA nos exercícios de 2008 a 2010, através de coleta de dados nos sítios da BM&FBOVESPA e da CVM. Obtiveram como resultado a revelação de que a média dos valores dos ativos fora crescente em todos os períodos analisados e que foram visualizadas variações significativas após a adoção do valor justo. Concluíram que a aplicação do CPC 29 apresentou impacto na evidenciação contábil das empresas pesquisadas, bem como que as informações sobre os ativos biológicos disponibilizadas nas notas explicativas em geral são superficiais e insuficientes para a compreensão da real situação desses ativos, por não apresentar os critérios utilizados no reconhecimento, mensuração e evidenciação de seus ativos biológicos.

No estudo de Silva Filho, Martins e Machado (2013) o objetivo foi avaliar a relevância da adoção do *fair value* para mensuração dos ativos biológicos, bem como analisar seus reflexos sobre o patrimônio líquido (PL). Para tanto, analisa-se a questão do *value relevance* dos ativos biológicos mensurados ao custo histórico e ao *fair value*, bem como o impacto da mudança de base de mensuração sobre o PL, para os exercícios de 2008 e 2009, das empresas listadas na BM&FBovespa, que exploram tais ativos. As evidências empíricas encontradas apontam que a adoção do valor justo causou mudanças significativas no saldo dos ativos biológicos, que por sua vez impactou, significativamente, o PL das companhias. As evidências sugerem ainda que os ativos biológicos, quando avaliados pelo custo histórico, eram apresentados com valores subestimados pela contabilidade. Portanto, a avaliação pelo valor justo foi benéfica, uma vez que se apresentou mais próxima da estimação do mercado. Uma justificativa plausível para esse achado é o fato de que com o passar do tempo, o custo histórico é suscetível de não refletir a capacidade de benefício econômico do bem, uma vez que se limita aos valores de face na data da aquisição ou produção.

3. METODOLOGIA

O estudo delimitou-se a evidenciar a mensuração contábil da atividade leiteira comparando os critérios de avaliação pelo custo histórico e pelo valor justo dos ativos biológicos, de uma propriedade rural localizada no Oeste Catarinense.

O período de análise da atividade leiteira se refere aos meses de julho e agosto de 2013, foram consideradas nestes períodos as culturas temporárias que agregam custos a atividade, tais como o milho para silagem, as pastagens temporárias e permanentes.

A pesquisa possui caráter de cunho exploratório, realizada por meio de um estudo de caso, com análise de cunho qualitativo para a abordagem do problema e mensuração dos resultados. A coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas informais, visitas e documentos. Foi necessário realizar o levantamento dos dados patrimoniais e documentos (custos, receitas e despesas) para proceder à elaboração do DRE e BP da entidade. Posteriormente, com a apuração dos resultados pelo custo histórico foi possível verificar as variações contábeis entre o custo histórico e o valor justo dos ativos biológicos da entidade rural estudada.

O ambiente do estudo está localizado no município de Quilombo/SC, na comunidade São Ricardo. A família Pazinatto, reside na propriedade rural desde 1969, tendo inicialmente como atividade principal a criação de suínos. No entanto com o passar dos anos, devido às deficiências na rentabilidade, ela foi sendo descontinuada. A partir de 1995, o produtor substituiu a suinocultura pela bovinocultura leiteira. No desenvolvimento da atividade leiteira o proprietário rural é responsável pelo trato das matrizes no pasto, organizar as pastagens em piquetes,

alimentação dos animais e o preparo da silagem; sua esposa é responsável pela ordenha e a limpeza do estábulo.

Os dados coletados nesta pesquisa foram tratados por meio da análise documental, a qual permite descobrir circunstâncias sociais e econômicas; buscar informações factuais com técnica exploratória em documentos, tais como notas fiscais, recibos e anotações realizadas pelo gestor. Foram elaboradas tabelas para identificar os custos da atividade leiteira, a demonstração do resultado, o balanço patrimonial e o comparativo entre custo histórico e valor justo.

Para a utilização do valor justo aos ativos biológicos da entidade, buscou-se identificar o valor de mercado ativo destes itens, considerando-se sua condição no momento da análise. Por meio de um provável comprador, identificou-se o valor de venda destes animais, classificados no ativo circulante e no ativo imobilizado como ativos biológicos.

A principal limitação da pesquisa se refere à falta de todos os documentos hábeis comprobatórios das informações obtidas para o desenvolvimento do estudo, o qual foi realizado com base em dados e anotações prestadas informalmente por meio de questionamentos ao gestor da entidade rural pesquisada.

Os resultados do estudo permitem a identificação do resultado da atividade leiteira no período analisado, apurado por meio de valores históricos, bem como possibilita comparar a valorização patrimonial quando utilizado os critérios de análise pelo valor justo, conforme orienta a normativa contábil CPC 29.

4. ANÁLISE DOS DADOS

A partir dos dados coletados iniciou-se o processo de análise dos resultados. O Quadro 03 demonstra inicialmente o funcionamento e etapas do processo de ordenha.

Quadro 3 - Processo de ordenha.

| | |
|---|---|
| 1 | As matrizes leiteiras são transferidas da sala de espera para a sala de ordenha. |
| 2 | A água é aquecida para realização da limpeza das matrizes. |
| 3 | Devido à aquisição de três conjuntos de teteiras são ordenhadas 03 matrizes por vez. |
| 4 | Conforme as vacas vão sendo ordenhadas o medidor informa o esgotamento do leite. |
| 5 | O leite é transferido diretamente para o resfriador (capacidade de 1.000 litros). |
| 6 | Após o esgotamento do leite dessas três matrizes leiteiras, elas são transferidas para sala de trato e assim sucessivamente, enquanto o leite aguarda a coleta pela empresa responsável. As matrizes são ordenhadas duas vezes ao dia, pela parte da manhã e ao final do dia. |

Fonte: Elaborado pelos autores com dados da pesquisa.

O produtor utiliza-se de um sistema de controle diário da quantidade de litros vendidos e de produção de leite, visando comparar com os valores pagos pela cooperativa a partir da quantidade de leite coletado. Atualmente a atividade leiteira é a única atividade desempenhada na propriedade rural, portanto, todas as receitas geradas devem ser capazes de satisfazer todas as despesas e custos do processo leiteiro, além de gerar resultados para prover as necessidades da família.

4.1 Inventário

O período de realização da pesquisa e levantamento dos dados refere-se aos meses de julho/2013 e agosto/2013. As instalações são compostas por um estábulo de 8 x 23 metros (sala de ordenha e sala de trato) onde realiza-se a ordenha das matrizes leiteira e conseqüentemente sua alimentação, com capacidade para 27 animais. Para realização do transporte da silagem e auxílio do trabalho, o produtor rural possui um trator, ano 1979, seminovo, adquirido em 2009, com valor de custo histórico de R\$ 15.000,00 e vida útil de 10 anos. O trator é manuseado uma hora por dia, ou seja, trinta horas mensais tendo um gasto com combustível de R\$ 207,00 mensais. Na Tabela 1 apresenta-se a depreciação do imobilizado.

Tabela 4 - Identificação dos itens imobilizados.

| Imobili- zado | Un. | Valor de a- quisição (R\$) | Valor residual (R\$) | Base para depreciar (R\$) | Vida útil (anos) | Aqui- sição (ano) | Deprec. mensal (R\$) | Deprec. acum. (R\$) |
|-------------------------|-----|----------------------------------|----------------------------|---------------------------------|------------------------|-------------------------|----------------------------|---------------------------|
| Estábulo | 1 | 25.000, | 6.000, | 19.000, | 20 | 2009 | 79,17 | 4.433, |
| Resfriador | 1 | 13.000, | 5.000, | 8.000, | 10 | 2009 | 66,67 | 3.733, |
| Transfe- ridor | 1 | 2.800, | 500, | 2.300, | 12 | 2008 | 15,97 | 1.085, |
| Conjunto de teteiras | 3 | 2.700, | 500, | 2.200, | 12 | 2007 | 15,28 | 1.222, |
| Aquecedor | 1 | 2000, | 400, | 1.600, | 12 | 2011 | 11,11 | 355, |
| Medidor | 3 | 3.000, | 600, | 2.400, | 8 | 2011 | 25,00 | 800, |
| Trator | 1 | 15.000, | 7.000, | 8.000, | 10 | 2009 | 66,67 | 3.733, |
| Total | - | 63.500, | 20.000, | 43.500, | - | - | 279,87 | 15.364, |

Fonte: Dados da pesquisa.

Na Tabela 1, observa-se a composição do imobilizado, a depreciação mensal de R\$ 279,87 e a depreciação acumulada de R\$ 15.364,00, referente aos bens adquiridos pelo produtor para o desenvolvimento da atividade leiteira. A Tabela 2 evidencia o levantamento patrimonial das matrizes leiteiras.

Tabela 5 - Depreciação das matrizes.

| Código matrizes | Idade leiteira | Valor histórico (R\$) | Valor residual (R\$) | Base p/ depreciar (R\$) | Vida útil (anos) | Deprec. mensal (R\$) | Deprec. acumulada (R\$) |
|------------------------|-----------------------|------------------------------|-----------------------------|--------------------------------|-------------------------|-----------------------------|--------------------------------|
| 000639 | 1 | 6.000,00 | 1.700,00 | 4.300,00 | 8 | 44,79 | 537,50 |
| 000640 | 1 | 6.000,00 | 1.700,00 | 4.300,00 | 8 | 44,79 | 537,50 |
| 004717 | 1 | 6.000,00 | 1.700,00 | 4.300,00 | 8 | 44,79 | 537,50 |
| 004719 | 1 | 6.000,00 | 1.700,00 | 4.300,00 | 8 | 44,79 | 537,50 |
| 010398 | 3 | 4.000,00 | 1.700,00 | 2.300,00 | 8 | 23,96 | 862,50 |
| 086831 | 1 | 6.000,00 | 1.700,00 | 4.300,00 | 8 | 44,79 | 537,50 |
| 112067 | 2 | 4.500,00 | 1.700,00 | 2.800,00 | 8 | 29,17 | 700,00 |
| 137429 | 2 | 4.500,00 | 1.700,00 | 2.800,00 | 8 | 29,17 | 700,00 |
| 375953 | 2 | 4.500,00 | 1.700,00 | 2.800,00 | 8 | 29,17 | 700,00 |
| 431343 | 2 | 4.500,00 | 1.700,00 | 2.800,00 | 8 | 29,17 | 700,00 |
| 459746 | 3 | 4.000,00 | 1.700,00 | 2.300,00 | 8 | 23,96 | 862,50 |
| 478465 | 5 | 3.500,00 | 1.700,00 | 1.800,00 | 8 | 18,75 | 1.125,00 |
| 493845 | 5 | 3.500,00 | 1.700,00 | 1.800,00 | 8 | 18,75 | 1.125,00 |
| 493863 | 4 | 4.000,00 | 1.700,00 | 2.300,00 | 8 | 23,96 | 1.150,00 |
| 493866 | 4 | 4.000,00 | 1.700,00 | 2.300,00 | 8 | 23,96 | 1.150,00 |
| 752666 | 2 | 4.500,00 | 1.700,00 | 2.800,00 | 8 | 29,17 | 700,00 |
| 852651 | 3 | 4.000,00 | 1.700,00 | 2.300,00 | 8 | 23,96 | 862,50 |
| 852654 | 2 | 4.500,00 | 1.700,00 | 2.800,00 | 8 | 29,17 | 700,00 |
| 873015 | 8 | 3.500,00 | 1.700,00 | 1.800,00 | 8 | 18,75 | 1.800,00 |
| 876857 | 4 | 4.000,00 | 1.700,00 | 2.300,00 | 8 | 23,96 | 1.150,00 |
| 876898 | 7 | 3.500,00 | 1.700,00 | 1.800,00 | 8 | 18,75 | 1.575,00 |
| 968649 | 2 | 4.500,00 | 1.700,00 | 2.800,00 | 8 | 29,17 | 700,00 |
| 968650 | 2 | 4.500,00 | 1.700,00 | 2.800,00 | 8 | 29,17 | 700,00 |
| Total | - | 104.000,00 | 39.100,00 | 64.900,00 | 8 | 676,07 | 19.950,00 |

Fonte: Dados da pesquisa.

As informações da Tabela 2 demonstram a depreciação mensal e acumulada de cada uma das 23 matrizes mantidas na propriedade, conforme seu valor histórico, seu valor residual e a vida útil, devidamente relacionado com a numeração fornecida pela Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina (CIDASC). O estabelecimento é composto por 23 matrizes, todas de raça holandesa pura, o valor de custo histórico unitário varia entre R\$ 3.500,00 a R\$ 6.000,00 por animal, totalizando R\$ 104.000,00. O valor residual médio de cada matriz é de R\$ 1.700,00 (valor de venda ao final da vida útil esperada) e a vida útil das mesmas é de 8 anos, ou 8 crias.

A propriedade rural estudada possui 59 hectares, com valor de R\$ 15.000,00 por hectare, utilizados na plantação de milho, pastagens, reflorestamento e para a pastagem dos bovinos. A alimentação dos animais é feita com silagem, pastagem permanente (grama) e pastagem temporária (aveia de inverno, aveia de verão ou azevém) além de alguns concentrados (minerais). Nas áreas planas da propriedade rural são cultivadas as culturas de milho, sorgo, aveia e azevém.

A pastagem utilizada nos períodos de realização da pesquisa foi o azevém titan uruguaio, com plantio foi efetuado em 2,5 hectares em abril/2013 e o consumo a partir de julho/2013, com durabilidade prevista até dezembro/2013. Na Tabela 3 são apresentados os gastos para a realização do plantio do azevém:

Tabela 6 - Custo do azevém.

| Produto | Quantidade | Valor unitário (R\$) | Valor Total (R\$) |
|----------------|-------------------|-----------------------------|--------------------------|
| Secante | 10,9 lt | 11,00/lt | 120,00 |
| Semente | 132,35 kg | 6,80/kg | 900,00 |
| Adubo | 750 kg | 1,64/kg | 1.230,00 |
| Inseticida | 1 lt | 55,00/lt | 55,00 |
| Manutenção | 6,38 h | 65,00/h | 415,00 |
| Total | 80.000 kg | 0,03 | 2.720,00 |

Fonte: Dados da pesquisa.

Na Tabela 3 são evidenciados os gastos necessários para o plantio do azevém, totalizando R\$ 2.720,00 correspondentes aos 80.000 kg cultivados nos 2,5 hectares. Outro produto desenvolvido na propriedade rural, para alimentar o gado leiteiro é a silagem, plantada em setembro/2012 e colhida em janeiro/2013, a silagem somente começou a ser utilizada em fevereiro/2013, com durabilidade prevista até novembro/2013. Os gastos referentes à silagem são equivalentes aos 5,5 hectares cultivados, conforme apresenta a Tabela 4.

Tabela 7 - Custo da silagem.

| Produto | Quantidade | Valor unitário (R\$) | Valor Total |
|----------------|-------------------|-----------------------------|--------------------|
| Milho | 120 kg | 16,96/kg | 2.035,00 |
| Adubo | 1.650 kg | 1,98/kg | 3.276,00 |
| Uréia | 1.650 kg | 1,00/kg | 1.650,00 |
| Inseticida | 2 lt | 55,00/lt | 110,00 |
| Manutenção | 40,52 h | 65,00/h | 2.634,00 |
| Mão de obra | - | - | 600,00 |
| Material | - | - | 1.798,00 |
| Plantio | - | - | 550,00 |
| Total | 204.000 kg | 0,06 | 12.653,00 |

Fonte: Dados da pesquisa.

Na Tabela 4 observa-se o custo da silagem de R\$ 12.653,00, equivalente aos 204.000 kg cultivados nos 5,5 hectares. O valor médio de custo mensal de silagem é de R\$ 1.263,00, considerando a expectativa de 10 meses de consumo.

Para o desempenho da atividade leiteira alguns gastos são necessários para seu desenvolvimento e manutenção. A Tabela 5 indica os gastos mensais com as matrizes nos períodos de julho/2013 e agosto/2013.

Tabela 8 - Custo do leite.

| Produtos | Quantidade diária (kg) | Preço unitário (R\$) | Quantidade mensal (kg) | Valor total (R\$) | |
|--------------------------|------------------------|----------------------|------------------------|-------------------|-----------------|
| | | | | Julho | Agosto |
| Silagem | 600 | 0,06 | 18.000 | 1.080,00 | 1.080,00 |
| Ração | 184 | 0,77 | 5.520 | 4.250,40 | 4.250,40 |
| Concentrados (minerais) | 6,90 | 2,39 | 207 | 495,00 | 495,00 |
| Azevém Titan | 445 | 0,03 | 13.350 | 400,50 | 400,50 |
| Medicamentos | - | - | - | 418,00 | 400,00 |
| Serviços com trator | - | - | - | 136,03 | 136,03 |
| Deprec. dos equipamentos | - | - | - | 279,87 | 279,87 |
| Deprec. das matrizes | - | - | - | 676,07 | 676,07 |
| Energia elétrica | - | - | - | 150,00 | 150,00 |
| Manutenção | - | - | - | 227,00 | 0,00 |
| Produtos de limpeza | - | - | - | 166,40 | 111,38 |
| Total | - | - | - | 8.279,27 | 7.979,25 |

Fonte: Dados da pesquisa.

A Tabela 5 indica o custo mensal da atividade leiteira nos períodos de julho e agosto, totalizando R\$ 8.279,27 e R\$ 7.979,25 respectivamente. A água consumida pelos animais é oriunda de um reservatório próprio, não gerando custos adicionais. Quanto à energia elétrica, manutenção, medicamentos, produtos de limpeza são gastos da atividade conforme já demonstrado na Tabela 5.

A mão de obra é desenvolvida pelos proprietários que não possuem salário fixo, e por não haver desembolso não foram considerados, neste caso precisa-se salientar que os resultados devem ser capazes de gerar tal remuneração. A propriedade rural possui 13 bezerras (até 6 meses) que equivalem a R\$ 3.500,00 cada uma, totalizando R\$ 45.500,00, e 12 novilhas em processo de formação (de 7 a 18 meses), equivalente a R\$ 6.500,00 cada uma delas, totalizando R\$ 78.000,00. Considerando que as novilhas ainda não se tornaram matrizes, não foi constituída a respectiva depreciação. O cálculo da depreciação somente começa a ser realizado após a primeira cria. Nas Tabelas 6 e 7, observam-se os gastos mensais com as bezerras e novilhas.

Tabela 9 - Custo mensal das bezerras.

| Insumos | Quantidade diária (l/kg) | Preço unitário (R\$) | Quantidade mensal (l/kg) | Valor total (R\$) |
|--------------|--------------------------|----------------------|--------------------------|-------------------|
| Leite | 52 | 1,05 | 1.560,00 | 1.638,00 |
| Granulado | 6 | 1,87 | 180 | 336,60 |
| Remédios | - | - | - | 7,68 |
| Saldo | - | - | - | 1.982,28 |

Fonte: Dados da pesquisa.

A Tabela 6 evidencia o gasto mensal de R\$ 1.982,28, referente à criação das 13 bezerras. Porém, como o período das bezerras é equivalente a 6 meses até

tornarem-se novilhas, os gastos com as mesmas foram de R\$ 11.893,68 e o gasto unitário no período foi de R\$ 914,90.

Tabela 10 - Custo mensal das novilhas.

| Insumos | Quantidade diária (/kg) | Preço unitário (R\$) | Quantidade mensal (/kg) | Valor total (R\$) |
|-------------------------|-------------------------|----------------------|-------------------------|-------------------|
| Silagem | 80 | 0,06 | 2.400 | 144,00 |
| Ração | 12 | 0,77 | 360 | 277,20 |
| Concentrados (minerais) | 3 | 2,40 | 90 | 216,00 |
| Feno | 16 | 0,35 | 480 | 168,00 |
| Medicamentos | - | - | - | 80,00 |
| Serviços c/ trator | - | - | - | 70,97 |
| Saldo | - | - | - | 956,17 |

Fonte: Dados da pesquisa.

Conforme a Tabela 7, o gasto mensal com as 12 novilhas é de R\$ 956,17. Como o período de crescimento e maturação das novilhas é de 12 meses (do 7º ao 18º mês), foram gastos com as mesmas um total de R\$ 11.474,04 no período.

Tabela 11 - Novilhas e bezerras.

| Tipo | Idade (meses) | Quantidade | Custo histórico unitário (R\$) | Valor justo unitário (R\$) |
|----------|---------------|------------|--------------------------------|----------------------------|
| Bezerras | 3 a 5 | 13 | 914,90 | 3.500,00 |
| Novilhas | 8 a 13 | 12 | 1.871,07 | 6.500,00 |

Fonte: Dados da pesquisa.

Conforme a Tabela 8, o custo histórico unitário das bezerras de R\$ 914,90 equivale a todo o período (até 6 meses) e o custo histórico das novilhas de R\$ 956,17 equivale aos 12 meses (dos 7 aos 18 meses). Portanto, o custo histórico de uma novilha, referente a todo seu processo de crescimento até os 18 meses totalizou em média R\$ 1.871,07.

Para identificar o valor justo das bezerras e novilhas, questionou-se um provável comprador de animais destinados à atividade leiteira, que considera a raça, o porte e características físicas dos animais. Neste caso, a avaliação realizada estimada para as bezerras com até 6 meses de idade foi de R\$ 3.500,00 cada, e para as novilhas de R\$ 6.500,00 cada. Estes valores são, portanto, os valores justos que nesta condição são iguais aos valores de mercado ativo. Atualmente, a bovinocultura de leite e a venda das novilhas são as únicas atividades desempenhadas na propriedade, portanto todas as receitas geradas por essas devem ser capazes de satisfazer todas as necessidades providas da família e conseqüentemente as despesas e custos do processo leiteiro. A plantação de pastagens desenvolvidas na propriedade e os cuidados com a mesma são de uso exclusivo da bovinocultura leiteira e a criação das novilhas.

Em média, são vendidas 08 novilhas por ano e quando eventualmente um animal morre a perda torna-se contabilmente adicionada aos custos do período.

Analisando os períodos de julho e agosto, constatou-se uma produção leiteira no mês de julho de 21.500 litros de leite e no mês de agosto de 19.800 litros, os quais foram vendidos a R\$ 1,05 ao litro (preço de venda já descontado o Funrural de 2,3% sobre nota fiscal). O leite é vendido para uma cooperativa, que realiza o recolhimento do leite diariamente e assume as despesas com o transporte do

caminhão, combustível, mão de obra e manutenção, despesas essas desconsideradas pelo produtor.

Na Demonstração do Resultado do Exercício, apresentada na Tabela 9, destaca-se o resultado mensal dos períodos de julho e agosto correspondentes ao desenvolvimento e manutenção da atividade leiteira, recapitulando assim, todos os gastos destacados no decorrer desta análise e a avaliação horizontal percentual dos dados obtidos.

Tabela 12 - Demonstração de Resultado do Exercício.

| | Julho/2013 | % | Agosto/20 | % |
|---|-------------------|---------------|-------------------|--------------|
| | (R\$) | | 13 (R\$) | |
| (+) Receita líquida com vendas | 22.575,00 | 100 | 20.790,00 | 100 |
| - Leite | 22.575,00 | 100 | 20.790,00 | 100 |
| (-) Custo do leite vendido | (8.279,27) | 36,67 | (7.979,25) | 38,38 |
| - Alimentação | (6.225,90) | 27,58 | (6.225,90) | 29,95 |
| - Depreciação | (955,94) | 4,23 | (955,94) | 4,60 |
| - Luz | (150,00) | 0,66 | (150,00) | 0,72 |
| - Manutenção | (227,00) | 1,01 | 0,00 | - |
| - Medicamento | (418,00) | 1,85 | (400,00) | 1,92 |
| - Produtos limpeza | (166,40) | 0,74 | (111,38) | 0,54 |
| - Serviços trator | (136,03) | 0,60 | (136,03) | 0,65 |
| (=) Lucro Bruto | 14.295,73 | 63,33 | 12.810,75 | 61,62 |
| (+) Outras Receitas Operacionais | 32.500,00 | 143,96 | 0,00 | - |
| - Venda matrizes | 26.000,00 | 115,17 | 0,00 | - |
| - Venda novilhas | 6.500,00 | 28,79 | 0,00 | - |
| (-) Outras Despesas Operacionais | (1.871,07) | 8,29 | 0,00 | - |
| - Custo das novilhas vendidas | (1.871,07) | 8,29 | 0,00 | - |
| (=) Resultado do Exercício | 44.924,66 | 199 | 12.810,75 | 61,62 |
| Quantidade leite vendida (L) | 21.500,00 | - | 19.800,00 | - |
| Receita por litro de leite | 1,05 | - | 1,05 | - |
| Custo por litro vendido | 0,39 | - | 0,40 | - |
| Lucro por litro vendido | 0,66 | - | 0,65 | - |

Fonte: Dados da pesquisa.

A Tabela 9 demonstra as receitas, os custos, despesas e sucessivamente o resultado correspondente ao exercício da atividade leiteira. O período de julho apresentou um lucro de R\$ 14.295,73 devido à venda de 21.500 litros de leite e em agosto o lucro foi de R\$ 12.810,75 referentes à venda de 19.800 litros de leite. Considerando-se a venda das matrizes e das novilhas no mês de julho, o resultado deste período foi de R\$ 44.924,66. A receita líquida por litro de leite vendido em julho e agosto foi de R\$ 1,05. O custo por litro de leite vendido em julho foi de R\$ 0,39 e em agosto foi de R\$ 0,40. O lucro por litro de leite em julho foi de R\$ 0,66 e em agosto foi de R\$ 0,65, portanto, em julho a atividade apresentou um lucro de 0,01 por litro a mais do que em agosto. A margem líquida da atividade leiteira foi de 63,33% em julho e 61,62% em agosto, no entanto salienta-se que este resultado precisa remunerar a mão de obra dos gestores.

Na Tabela 10 apresenta-se o Balanço Patrimonial evidenciando a posição patrimonial e financeira da entidade após o levantamento realizado.

Tabela 13 - Balanço Patrimonial.

| ATIVO | Valor histórico (R\$) | Valor justo (R\$) |
|--|------------------------------|--------------------------|
| Ativo Circulante | 29.371,72 | 129.504,00 |
| Caixa e equivalentes de caixa | - | - |
| Estoque | 4.085,00 | 4.085,00 |
| Produto agrícola – silagem | 4.085,00 | 4.085,00 |
| Ativos Biológicos | 25.286,72 | 125.419,00 |
| Pastagem temporária – azevém | 1.919,00 | 1.919,00 |
| Bezerras em formação | 11.893,68 | 45.500,00 |
| Novilhas em formação | 11.474,04 | 78.000,00 |
| Ativo não circulante | 1.080.685,56 | 1.146.135,56 |
| Imobilizado | 996.635,56 | 996.635,56 |
| Terreno | 885.000,00 | 885.000,00 |
| Benfeitorias | 50.000,00 | 50.000,00 |
| Máquinas e equipamentos | 63.500,00 | 63.500,00 |
| - Aquecedor | 2.000,00 | 2.000,00 |
| - Conjunto teteiras | 2.700,00 | 2.700,00 |
| - Estábulo | 25.000,00 | 25.000,00 |
| - Medidor | 3.000,00 | 3.000,00 |
| - Resfriador | 13.000,00 | 13.000,00 |
| - Transferidor | 2.800,00 | 2.800,00 |
| - Trator | 15.000,00 | 15.000,00 |
| (-) Depreciações acumuladas | (55.364,44) | (55.364,44) |
| Ativos Biológicos | 84.050,00 | 149.500,00 |
| Matrizes leiteiras | 104.000,00 | 149.500,00 |
| (-) Depreciação acumulada matrizes | (19.950,00) | - |
| TOTAL ATIVO | 1.110.057,28 | 1.275.639,56 |
| PASSIVO | | |
| Passivo circulante | - | - |
| Passivo não circulante | - | - |
| Patrimônio líquido | 1.110.057,28 | 1.275.639,56 |
| Capital Social | 1.052.321,87 | 1.052.321,87 |
| - Capital Integralizado | 1.052.321,87 | 1.052.321,87 |
| Ajuste de avaliação patrimonial | - | 165.582,28 |
| Lucro ou prejuízo do exercício | 57.735,41 | 57.735,41 |
| - Lucro do exercício | 57.735,41 | 57.735,41 |
| TOTAL PASSIVO | 1.110.057,28 | 1.275.639,56 |

Fonte: Dados da pesquisa.

A venda decorrente das matrizes, novilhas e bezerras avaliadas pelo seu valor justo, é negociada entre produtores que praticam a mesma atividade. As matrizes leiteiras negociadas são vendidas por aproximadamente R\$ 6.500,00.

Analisando-se a situação financeira da propriedade rural estudada e os resultados apresentados no Balanço Patrimonial do período, observa-se que o valor do saldo final do ativo e passivo se avaliados pelo método do custo histórico totalizam R\$ 1.110.057,28 e se avaliados pelo valor justo totalizam R\$ 1.275.639,56.

A identificação dos itens que estão dispostos no Balanço Patrimonial foi realizada anteriormente na análise das Tabelas 1, 2 e 3, incluso o valor das benfeitorias na Tabela 10 (cercas e um galpão que serve de depósito de insumos, os quais possuem mais de 20 anos de uso). Embora já se encontrem totalmente depreciados fazem parte do patrimônio da entidade.

A diferença positiva provocada no saldo do Balanço Patrimonial de R\$ 165.582,28 a mais pelo método do valor justo decorrente da avaliação ao valor de mercado na data da elaboração do demonstrativo, atendendo aos critérios de avaliação e mensuração do CPC 29, contemplando o valor justo para evidenciar os ativos biológicos, composto por matrizes, novilhas e bezerras. Esta situação indica que a avaliação pelo valor justo dos ativos biológicos contribui com os gestores na identificação do real valor do patrimônio e melhor avaliação da performance da atividade.

Os resultados do presente estudo corroboram com os achados de Silva Filho, Martins e Machado (2013), em relação à geração de diferenças positivas significativas nos ativos biológicos. Além disso, a mensuração a valor justo tornou-se significativa, pois não considerou os custos na data em que efetivamente foram gerados, mas sim o valor atualizado e corrigido do mercado ativo, relacionado com o valor que compradores e vendedores estão dispostos a negociar.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando as duas formas de mensuração dos elementos patrimoniais estudadas por meio da utilização do Balanço Patrimonial, da Demonstração do Resultado do Exercício e dos critérios estabelecidos e amparados pelo CPC 29 (2009), evidenciou-se as principais diferenças entre a avaliação pelo custo histórico e valor justo. Observou-se que o custo histórico é menos subjetivo e não depende de quem esteja avaliando os ativos, pois o valor contabilizado encontra-se em registros/documentos, a aplicabilidade do custo histórico não gera dificuldades de utilização, uma vez que permite ser apurado com base em movimentos financeiros reais. No entanto, a mensuração a valor justo requer conhecimento do mercado financeiro ou mercado ativo, a fim de avaliar corretamente os ativos biológicos pelo valor justo de cada bem, considerando suas características individuais.

No decorrer do estudo tais diferenças foram notáveis: (i) na conclusão da análise da situação financeira da propriedade verificou-se que o saldo do balanço patrimonial foi aproximadamente 14% superior, quando considerada a mensuração pelo valor justo em comparação com a mensuração pelo custo histórico. Essa diferença positiva provocada no saldo do Balanço Patrimonial representa um ganho econômico maior para a entidade, pois considera o preço de mercado ativo dos ativos biológicos (animais vivos), neste caso o valor justo foi superior ao custo.

Por considerar os atuais valores de mercado, a mensuração pelo valor justo permite ainda a fiel evidenciação da situação financeira e do patrimônio das entidades, o que não é possível por meio do custo histórico já que este não leva em conta a variação da moeda nos custos relativos às depreciações, amortizações e exaustões.

Recomenda-se que o valor justo deva ser utilizado sempre que possível (apuração da situação financeira mais próxima da realidade), a não ser quando não houver confiança nos valores avaliados e/ou estimados. Os proprietários rurais das entidades a serem mensuradas e avaliadas devem atentar ainda na escolha do profissional mensurador, o qual deve ser capacitado e conhecedor do mercado financeiro ou entendedor do processo.

6. REFERÊNCIAS

BARROS, C. C.; DE SOUZA, F. J. V.; ARAÚJO, A. O., SILVA, J. D. G., SILVA, M. C.. O impacto do valor justo na mensuração dos ativos biológicos nas empresas listadas na BM&F BOVESPA. **Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ**, v. 17, n. 3, p. 41-59, 2013.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **Interpretações e orientações técnicas contábeis**, 1 ed. CFC, 2009.

CREPALDI, S. A.. **Contabilidade rural: uma abordagem decisória**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

ERNST & YOUNG; FIPECAFI. **Manual de normas internacionais de contabilidade: IFRS versus normas brasileiras**. São Paulo: Atlas, 2010.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Teoria da contabilidade**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

KRUGER, S. D.; TRES, N.; OENNING, V.; ZANIN, A.; GUBIANI, C. A. Gestão das propriedades rurais do Oeste de Santa Catarina: as fragilidades da estrutura organizacional e a necessidade do uso de controles contábeis. *Revista Catarinense da Ciência Contábil – CRCSC*, v. 13, n. 40, p.09-19, 2014.

MALLMANN, M. S.; LAGO, I. C. Os agricultores e a “modernidade”: uma análise da relação entre cultura e tecnologia no meio rural de CERRO LARGO/RS. **Extensão Rural**, Santa Maria, v. 19, n. 1, p. 12, 2012.

MARION, J. C.. **Contabilidade rural: contabilidade agrícola, contabilidade da pecuária**. 13. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

MARTINS, V. G.. Mensuração de ativos financeiros a valor justo: análise da relevância da informação e da confiabilidade da mensuração na perspectiva do mercado brasileiro de capitais. In: Congresso USP: Controladoria e Contabilidade, 2013. XIII Congresso USP Controladoria e Contabilidade, São Paulo. **Anais...** São Paulo, 2013.

MEDEIROS, R. M. P. S. G.. **NCRF 17 versus POC: Ativos biológicos e produtos agrícolas no ponto de colheita**. 2009. 80 f. Projeto (Mestrado em Contabilidade Avançada e Fiscalidade) - ISCTE Business School – Instituto Universitário de Lisboa, 2009.

OLIVEIRA, N. C.. **Contabilidade do agronegócio: teoria e prática**. 2. ed. Curitiba: Juruá, 2010.

PAULO, E.; CARVALHO, F. S.; SALES, I. C. H.; IKUNO, L. M.. Ativos biológicos: evidenciação das empresas participantes do Ibovespa. In: CONGRESSO NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO E CIÊNCIAS CONTÁBEIS, 2., 2011. Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: Adcont, 2011.

RECH, I. J.; PEREIRA, I. V.; OLIVEIRA, J. R.. Impostos diferidos na atividade pecuária originados da avaliação dos ativos biológicos pelo valor justo: um estudo de

seu reconhecimento e evidenciação nas maiores propriedades rurais do estado de Mato Grosso. **Universo Contábil**, Blumenau, v. 4, n. 2, p. 42-58, abr./jun. 2008.

SANTOS, G. J.; MARION, J. C.; SEGATTI, S. **Administração de custos na agropecuária**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

SEGALA, C. Z. S.; SILVA, I. T.. Apuração dos custos na produção de leite em uma propriedade rural do município de Irani/SC. **Custos e @gronegocioonline**, v. 3, n. 1, Jan/Jun 2007.

SIMONETTI, D.; PERONDI, M. A.; KIYOTA, N.; VILLWOCK, A. P. S. Diversificação da renda e agregação de valor na agricultura familiar: lições a partir de uma comunidade rural. **Extensão Rural**, Santa Maria, v. 20, n. 2, p. 13, 2013.

SILVA FILHO, A. C. C.; MARTINS, V. G.; MACHADO, M. A. V. Adoção do valor justo para os ativos biológicos: análise de sua relevância em empresas brasileiras. **Revista Universo Contábil**, v. 9, n. 4, p. 110-127, 2013.

SILVA FILHO, A. C. C.; VERAS MACHADO, M. A.; REIS MACHADO, M. CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 12; Custo histórico x valor justo: qual informação é mais *value relevant* na mensuração dos ativos biológicos? 2012, São Paulo. **Anais...** São Paulo, 2012.

SILVA, R. A. G.. **Administração Rural: teoria e prática**. 2. ed. Curitiba: Juruá, 2009.

O LUGAR DA AGROECOLOGIA NO CURRÍCULO DOS CURSOS DIRECIONADOS PARA A ÁREA RURAL DO IFFARROUPILHA

Tatiana Aparecida Balem¹
Gustavo Pinto da Silva²

RESUMO

A Agroecologia só se concretizará como paradigma científico e de desenvolvimento quando houver profissionais formados na mesma linha. Os Institutos Federais (IFs), criados em 2008, propõem-se a uma nova institucionalidade, capacitada para promover uma política educacional comprometida com o desenvolvimento local e regional sustentável, além de delinear novas estratégias de inclusão social. Este artigo busca, através da análise documental, revisão bibliográfica e observação, analisar se a Agroecologia se apresenta como paradigma norteador do itinerário de formação dos cursos direcionados para a área rural do IFFarroupilha. Os conteúdos do PDI e os PPCs, presentes nos currículos destes cursos, demonstram certa dissonância frente aos conteúdos que regem o marco legal que institui os IFs. Desse modo, apesar do momento de construção de identidade da nova institucionalidade, é possível evidenciar que os velhos paradigmas ainda estão influenciando nessa nova ideologia. Entretanto, a inserção de ideias, de novos elementos curriculares, bibliografias e de um curso alinhado com o discurso do desenvolvimento sustentável e da Agroecologia podem representar um movimento benéfico e construtivo na formação dos cursos direcionados à área rural no IFFarroupilha.

Palavras chave: agroecologia, formação, I.F. Farroupilha.

THE PLACE OF AGROECOLOGY AT CURRICULUM OF RURAL ORIENTED COURSES OF IFFARROUPILHA

ABSTRACT

Agroecology will only materialize as a scientific and development paradigm when professionals trained exist in the same logic. The Federal Institutes (IFs) were created in 2008. It proposes a new institutional framework capable of promoting an educational policy committed to local and regional sustainable development, besides outlining strategies for social inclusion. This article seeks, through document analysis, literature review and observation, analyze whether the Agroecology is a guiding paradigm of training itinerary of rural oriented courses of IFFarroupilha. The content of PPCs and PDI of rural oriented courses of IFFarroupilha demonstrate a certain dissonance with contents of the legal framework that establishing the IFs.

¹ Mestra e doutoranda em Extensão Rural pela Universidade Federal de Santa Maria. Professora do Instituto Federal Farroupilha campus Júlio de Castilhos. E-mail: tatianabalem@yahoo.com.br

² Mestre e doutorando em Extensão Rural pela Universidade Federal de Santa Maria. Professor do Colégio Politécnico da Universidade Federal de Santa Maria. E-mail: gustavo.pinto@politecnico.ufsm.br

This way, despite the moment of construction of the new institution identity's, this may be being built from old paradigms. But the inclusion of ideas, curricular elements, bibliographies and a course aligned with the discourse of sustainable development and Agroecology, may represent a move that will lead to rethink the rural oriented training in IFFarroupilha.

Keywords: agroecology, I.F. Farroupilha, training.

1. INTRODUÇÃO

A agricultura convencional vem se reproduzindo para atender o aumento da produção e produtividade e para responder ao padrão desenvolvimentista pensado pelos países centrais (relação centro-periferia). Este processo foi responsável pela simplificação dos processos naturais, o que transforma o fazer agricultura, antes complexo e inter-relacionado com o ambiente, em linear, simples e artificial: linear, porque os sistemas de produção são baseados em pacotes tecnológicos muito similares, independente dos cultivos e das regiões onde são praticados; simples, porque a execução do pacote tecnológico não exige o pensar e o construir a partir das situações concretas determinadas socialmente e ambientalmente. Ao contrário, apenas a execução de tarefas programadas antes do plantio; e, por último, artificial, porque os cultivos e criações são indisciplinados dentro do ecossistema, pois o pacote tecnológico é capaz de prever e resolver eventuais problemas, provocados pelo equilíbrio ou desequilíbrio dos agroecossistemas.

Essa agricultura projetada com fins econômicos, de um lado pela indústria de insumos e maquinário e, de outro, por aqueles agricultores que conseguiram se inserir, responde a um modelo de exploração que, segundo Martinez-Alier (2008), não considera os danos ambientais e a exaustão dos recursos naturais. Assim, a contaminação ambiental, a degradação dos agroecossistemas, a exploração e erosão da biodiversidade não são contabilizadas na exploração agrícola.

As discussões de agricultura sustentável e de desenvolvimento rural vêm a construir um novo paradigma de desenvolvimento. Esses conceitos, segundo Mielgo e Sevilla Guzmán (1995), evocam a questão agrária e a necessidade de desenvolver uma agricultura diferenciada para alcançar a segurança alimentar e preservação ambiental. O conceito de desenvolvimento rural evoca o empoderamento e a participação dos públicos historicamente alijados do "desenvolvimento", assim como a necessidade de reconhecer a multifuncionalidade dos espaços rurais (Ibidem).

A Agroecologia, nesse sentido, apresenta-se como ruptura paradigmática do "pensar" e "fazer" agricultura. Para Caporal (2009, p. 05), a Agroecologia se propõe a "orientar estratégias de desenvolvimento rural mais sustentáveis e de transição de estilos de agricultura mais sustentáveis". Para o autor, a Agroecologia possui um potencial técnico-científico capaz de reorientar ações de ensino, pesquisa e de assistência técnica e extensão rural, assegurando maior sustentabilidade sócio-ambiental e econômica para os diferentes agroecossistemas.

Uma das questões fundamentais para um novo paradigma agrícola, baseado na Agroecologia, é a formação dos profissionais que trabalham com a agricultura. Segundo Froehlich (2010, p. 4), "os profissionais das ciências agrárias (técnicos) são as pessoas mais responsabilizadas socialmente pela geração e implementação das tecnologias na agricultura". Com a discussão da sustentabilidade, houve um deslocamento da concepção de ciência, na qual se busca uma visão sistêmica e dinâmica da realidade, baseada em relações e

transformações permanentes. Dessa maneira, a tecnologia, imposta em receitas isoladas, não atenderá o novo paradigma (Ibidem).

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (doravante IFs), criados em 2008³ a partir da reconfiguração da rede de educação profissional e tecnológica, vêm sendo anunciados como uma nova política de formação profissional. Essa política assume para si a responsabilidade de ser promotora do desenvolvimento local e regional sustentável. Além disso, ela propõe a elaboração de estratégias para a inclusão dos públicos historicamente esquecidos pelos sistemas educacionais brasileiros e pelas políticas desenvolvimentistas (MEC, 2010).

A organização deste artigo busca estabelecer um diálogo entre a Agroecologia, concebida “como nova abordagem da agricultura e do desenvolvimento agrícola”, conforme esclarecem Caporal (2009) e Gliessman (2000) (segunda seção), a política para os IFs que propala o desenvolvimento sustentável como condutor da formação (terceira seção) e a formação para o rural, desenvolvida pelo Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia Farroupilha (doravante IFFarroupilha) (quarta seção).

A investigação é eminentemente qualitativa, desenvolvida a partir de três eixos norteadores: análise documental, reflexão da atuação profissional dos autores e revisão de literatura. A revisão de literatura foi fundamentada em produções que delineiam a política para os IFs, assim como acontece em obras que apresentam referencial para discussão da Agroecologia e sua contribuição para o desenvolvimento rural sustentável. A análise documental se realizou a partir do marco legal que estabelece os IFs como política educacional federal, assim como dos Projetos Pedagógicos de Curso (doravante PPCs) dos cursos Técnicos (CT), cursos Superiores de Tecnologia (CST) e do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do IFFarroupilha. Por último, a observação foi desempenhada durante a trajetória profissional e dos autores, docentes e pesquisadores, intimamente ligada com a formação para o rural do IFFarroupilha.

Este estudo objetiva analisar a Agroecologia enquanto paradigma orientador da prática formativa dos cursos voltados para o rural do IFFarroupilha. Nesse sentido, procurou-se apontar: Qual o modelo balizador da formação dos CT e CST do IFFarroupilha? Esses cursos correspondem às diretrizes e concepções propostas nos documentos oficiais dos IFs?

Contudo, apesar das limitações desse estudo, realizado a partir de análise documental e observação, as reflexões suscitadas nele podem gerar debates acerca dos rumos da formação nos IFs ou de outras instituições de ensino. Ainda que o caso estudado pertença à rede de educação profissional e tecnológica, as reflexões também se tornam significativas para o ensino superior.

2. AGROECOLOGIA: UM PARADIGMA PARA A FORMAÇÃO PROFISSIONAL

A agricultura mundial encontra-se em um período de discussão e de avaliação e, muitas são as contribuições da comunidade científica, na perspectiva de apontar outro caminho. Frente às inúmeras transformações na base produtiva, ocorridas desde a implantação da Revolução Verde, o momento, atualmente, é de uma busca pela ruptura desse paradigma de produção. A necessidade dessa ruptura está ancorada nos efeitos negativos que a agricultura chamada convencional

³A lei 11.892 29 de dezembro de 2008 muda a concepção da educação profissional e tecnológica, institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

tem produzido, sendo o principal fator o distanciamento, cada vez maior, da “agricultura” dos processos naturais e dos problemas sociais. De acordo com Schutter (2010), os avanços alcançados para garantir produção suficiente para a demanda mundial de alimentos, combater a fome e desnutrição, aumentar a produtividade mundial de alimentos são insuficientes para satisfazer as necessidades futuras. As perdas causadas, em longo prazo, pelo modelo convencional de agricultura, principalmente pela degradação progressiva dos agroecossistemas e pelos problemas de contaminação ambiental, põem em risco a capacidade futura de manter os atuais níveis de produção.

O debate em torno da Agroecologia, como proposta de ruptura paradigmática, vem se fortalecendo, justamente por não haver retorno da agricultura convencional sobre os problemas do meio rural. De acordo com o Marco Referencial em Agroecologia da Embrapa, “o termo Agroecologia foi cunhado para demarcar um novo foco de necessidades humanas, qual seja o de orientar a agricultura à sustentabilidade no seu sentido multidimensional” (EMBRAPA, 2006, p. 22).

A Agroecologia, ao contrário da agricultura convencional, busca cumprir simultaneamente a sustentabilidade econômica, ecológica, social, cultural, política e ética (EMBRAPA, 2006). Nesse sentido, é necessário superar a visão de que a Agroecologia seria, simplesmente, para produzir de forma mais limpa, com substituição ou eliminação de determinados insumos (BOECKMANN, SILVA e CAPORAL, 2011). Além disso, como afirma Martinez-Alier (2008), é tempo de pensar um crescimento endógeno, migrando para uma economia mais ecológica, capaz de suprir de forma sustentável as necessidades de alimentação, saúde, educação e moradia, assim como um bem viver acessível a todos. De acordo com Leff (2002), a Agroecologia se apresenta como reação aos modelos agrícolas depredadores e retoma o cultivo da terra como suporte de vida e dos sentidos da existência. Para o autor, a agricultura é o cultivo de culturas, em que os saberes e identidades são convertidos em habilidades e práticas. Essa concepção demanda uma abordagem transdisciplinar da agricultura.

A abordagem transdisciplinar requer uma mudança no pensamento, no estudo e na ciência envolvidos com a agricultura, afastando-se da linearidade proposta pelos receituários técnicos e retornando à complexidade inerente aos ecossistemas naturais. O modelo hegemônico de formação profissional tem acompanhado o princípio da formação disciplinar e compartimentada para resolver os problemas técnicos da agricultura, desse modo o profissional ideal é aquele que domina os conhecimentos especializados.

A parcelização disciplinar precisa ser superada e o enfoque agroecológico se propõe a essa questão, integrando várias disciplinas e distintos saberes, desafiando-se a compreender questões que tem se mantido sem resposta (SEVILLA GUZMÁN, 2002). É necessário compreender: que a ação dos agricultores nos ecossistemas naturais, com a finalidade de produzir “agricultura”, acontece pelos seus acúmulos e experiências; que a ação intervencionista, de acordo com os preceitos agroecológicos, é resultado de processos biológicos e tecnológicos, mediados por uma ação socioeconômica e política. Encontrar essas respostas permite compreender e planejar a ação nos agroecossistemas, abstendo-se da visão compartimentalizada e monodisciplinar que tem sido predominante, porém insuficiente.

Para a Agroecologia, é a realidade socioeconômica e ecológica local que define a aplicação da teoria, o que exige, de alguma forma, ajustes mais tênues e apurados em cada situação (EMBRAPA, 2006). A Agroecologia é uma ciência dinâmica e cada manifestação local constrói sua própria forma de tornar o marco teórico concreto, o que reverte as experiências desenvolvidas em marcos de

orientação, mas nunca modelos fixos a serem seguidos (Ibidem). Segundo Leff (2002), é um paradigma que prima pela generalidade e complexidade, pois trabalha com saberes pessoais e coletivos, com o desenvolvimento de habilidades individuais (respeitando os direitos coletivos), que busca soluções tecnológicas para os diferentes contextos ecológicos, prioriza as culturas particulares e, além disso, é uma hibridação de ciências, tecnologias, saberes e práticas.

A orientação transdisciplinar é complexa e, de acordo com cada realidade rural, leva ao agroecossistema uma nova forma de se pensar a agricultura, reconhecendo o componente social como essencial no planejamento da intervenção. A Agroecologia requer uma abordagem fundamentada na construção do conhecimento a partir dos referenciais tecnológicos e científicos e do conhecimento dos agricultores (BALEM, 2004), que co-evoluciona ao longo do tempo e se inter-relaciona com as percepções que esses têm ao desenvolver os sistemas de produção. Os agroecossistemas, segundo Gliessman (2000), são locais de produção agrícola que possuem limites arbitrários e representam a unidade de análise para pensar o planejamento, intervenção e o redesenho, quando for necessário. Pois a agroecologia incorpora o funcionamento ecológico necessário para uma agricultura sustentável e compreende a dimensão entrópica da deterioração dos recursos naturais (LEFF, 2002), logo, a ação e manejo não são apenas para preservação dos recursos, mas como também para recuperação daqueles agroecossistemas já erodidos.

No caminho da sustentabilidade, os agroecossistemas necessitam ter características semelhantes aos dos ecossistemas naturais e serem capazes de garantir certa produção agrícola e se perpetuarem ao longo do tempo. Para isso, precisam incorporar, aos moldes dos ecossistemas naturais, resiliência, estabilidade, produtividade e equilíbrio dinâmico (GLIESSMAN, 2000). Essa é uma questão que exige percepção apurada, pois muitos agroecossistemas estão intensamente artificializados e impactados pela agricultura convencional e, ao adotar o paradigma agroecológico, é necessário redesenhar os mesmos. Para que os sistemas de produção sejam desenvolvidos em consonância com a base natural, eles exigem um redesenho que se reporte aos ecossistemas naturais, antes existentes naquele local.

Os sistemas de produção, baseados nos monocultivos e na produção de alguns grãos, ao serem substituídos por sistemas de produção de policultivos, garantem maiores produtividades, melhoram as condições de solo e de equilíbrio para o manejo de pragas e doenças, garantem fluxos de energias mais equilibrados e tendem a diminuir o aporte de insumos externos ao longo do tempo (ALTIERI, 2004). Altieri e Toledo (2011) esclarecem que a Agroecologia poderá: resgatar a natureza, ou seja, colocá-la no centro do planejamento dos agroecossistemas, pois na agricultura convencional os cultivos se desenvolvem indissociáveis das condições naturais; assegurar a soberania alimentar e ponderar os agricultores.

Os benefícios dos agricultores com a Agroecologia centram-se na possibilidade de desenvolvimento de sistemas de produção de acordo com: princípios de manejo dos agroecossistemas intergeracionais; com a cultura e as potencialidades locais, em que a diversidade é valorizada e não considerada empecilho para a agricultura. (Ibidem). Defendendo a linha de raciocínio de Altieri e Toledo (2011), pode-se afirmar que a Agroecologia, ao contrário da agricultura convencional, impactará os agricultores familiares, possibilitando a esses um papel central no cenário político, econômico e produtivo na agricultura.

Considerando Agroecologia como uma ruptura paradigmática na forma de “fazer agricultura”, deve-se inferir que a ideia nova surge de um processo de transformação no modo de pensar dos agentes sociais envolvidos. Segundo Morin (2006), as revoluções do pensamento são fruto de abalos generalizados. Para a

superação de um paradigma, é necessária uma discussão profícua e um tempo de amadurecimento das ideias novas, as quais tendem a serem rejeitadas. De acordo com Kuhn (1987), depois que um paradigma científico estiver totalmente estabelecido, há uma tentativa de forçar a natureza a encaixar-se dentro dos limites pré-estabelecidos e relativamente inflexíveis do paradigma, logo aqueles problemas que não fazem parte do mesmo normalmente são rejeitados.

Neste contexto de disputa de paradigmas, os problemas aceitos pela comunidade científica da agricultura e incorporados nos itinerários formativos dos profissionais de ciências agrárias ainda são, na sua maioria, aqueles encerrados no paradigma da modernização da agricultura que, por sua vez, são os dominantes. Esse paradigma, no intuito de instalar e perpetuar um modelo de produção centrado na tecnificação agrícola a partir de pacotes pré-estabelecidos, torna o agricultor extremamente subordinado à indústria de produção de bens agrícolas (GRAZIANO DA SILVA, 1999). A extensão rural nesse processo e, de acordo com esse paradigma, tem por obrigação repassar os conhecimentos modernos aos agricultores e treiná-los adequadamente para a substituição de conhecimentos tradicionais por estes mais modernos.

No Brasil, a partir de 2003, com a consolidação de um governo democrático e popular, estabeleceu-se a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), a qual constitui um marco de busca pela reconstrução da extensão rural brasileira. A PNATER foi construída com base na premissa de um processo de extensão mais democrático e pela necessidade de inserir estratégias de produção agropecuária que sejam compatíveis com os ideais do desenvolvimento sustentável (MDA, 2009). Nesse parâmetro, a PNATER tem como modelo de desenvolvimento da agricultura a Agroecologia e, como metodologia de ação, a participação. Outro avanço pertinente foi a definição do público alvo, seja ele: agricultores familiares, assentados por programas de reforma agrária, extrativistas, ribeirinhos, indígenas, quilombolas, pescadores artesanais e agricultores, povos da floresta, seringueiros. A política nacional de ATER, lançada em 2004 como decreto presidencial, é consolidada com a Lei n. 12.188 de 11 de janeiro de 2010.

Nesse contexto de novas institucionalidades, mudam os desafios e a lógica pela qual as instituições de extensão rural devem focar as ações desenvolvidas. Para cumprir o que a Pnater propõe, exigem-se profissionais munidos de um perfil diferenciado, aptos para atuar em outro modelo de desenvolvimento, profissionais distintos daqueles formados nos cursos moldados para a difusão de tecnologias da Revolução Verde. Conforme afirmam Balem e Donazzolo (2007), o modelo é similar ao da 'Revolução Verde', o qual exigiu uma reformulação completa do perfil dos egressos das instituições de ensino. Agora, busca-se um novo paradigma, fundamentado em um novo enfoque técnico e metodológico, o qual repercute e exige uma nova reformulação dos perfis dos egressos.

Os IFs foram criados com o propósito de reformular as bases da educação profissional e tecnológica. Essa reformulação busca contemplar uma formação mais completa e humanista, capaz de romper com o modelo de treinamento técnico para formar cidadãos preparados para o mundo do trabalho (PACHECO, 2011). O autor ainda salienta que o profissional formado nessa nova concepção deve ser apto para integrar ciência, tecnologia e cultura (dimensões indissociáveis na vida humana) para obter uma atuação em prol do desenvolvimento sustentável com inclusão social. Com essa orientação, é de se esperar que a formação para o meio rural, ofertada pelos IFs, busquem outros referenciais, distantes daqueles balizados pela formação influenciada pela modernização da agricultura.

3. UM DIÁLOGO ENTRE O MARCO FORMAL DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA E A AGROECOLOGIA

A criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia em 2008 vem a instaurar novas referências para a formação profissional técnica e tecnológica. Segundo MEC (2010), “o foco dos Institutos Federais será a justiça social, a equidade, a competitividade econômica e a geração de novas tecnologias”, assim como a educação profissional e tecnológica terá como ideário a educação como direito e a afirmação de um projeto societário que corrobore uma inclusão social emancipatória, tendo como orientação o desenvolvimento territorial sustentável e a formação integral de cidadãos-trabalhadores emancipados.

Uma das áreas de formação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia com significativa expressão é as ciências agrárias. Essa herança das antigas Escolas Agrotécnicas vem resultar em vários cursos de nível médio e superior de tecnologia nos IFs. No entanto, o ensino agrícola, baseado na transmissão ordenada e sistemática de conhecimentos tecnológicos, com o objetivo de difundir tecnologias, precisa ser questionado e repensado a partir de uma nova cultura de trabalho e de produção (MEC, SETEC, 2009).

Por um lado, a educação brasileira passa por um amplo processo de debate, voltada à valorização dos sujeitos no seu contexto social e o resgate desses como “sujeitos” e não objetos dos processos educacionais (FREIRE, 1996). Este debate, apoiado em paradigmas holísticos de educação, busca restaurar a totalidade do sujeito, valorizando a sua iniciativa e a sua criatividade, centrada no micro, na complementaridade, na convergência e na complexidade (GADOTTI, 2000).

Para tanto e para não haver resultados contraditórios às Concepções e Diretrizes dos IFs (MEC, 2010; PACHECO, 2011), alguns enfrentamentos precisam ser realizados. O ensino agrícola continua alinhado à lógica da modernização da agricultura, que trata como homogênea a heterogênea realidade rural, tendo como referência o repasse de pacotes tecnológicos, minimizando a participação dos agricultores nas decisões sobre as estratégias de desenvolvimento rural⁴. A estrutura dos campi que oferecem cursos direcionados para o rural realizam os investimentos, sobretudo em tecnologias da agricultura convencional (fertilizantes químicos, agrotóxicos, máquinas e equipamentos) numa tentativa de reproduzir unidades didáticas similares às propriedades “modernas”. Os professores que atuam nestes cursos são herdeiros do modelo de formação da agricultura moderna, que segundo Froehlich (2010), foi construído para atender plenamente as exigências do modelo de desenvolvimento, adotado e financiado pelo governo brasileiro, em que a agricultura deveria “financiar o início da industrialização, transferir mão-de-obra para esta, produzir alimentos baratos para baratear a manutenção da mão-de-obra industrial e também consumir produtos industriais, tornando-se um mercado consumidor relevante” (FROEHLICH, 2010, p. 05).

Para discutir e traçar diretrizes para o ensino agrícola da rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, o MEC realizou em 2008 uma série de seminários regionais e um seminário nacional. Destes seminários, resultou um documento intitulado “**(Re)significação do ensino agrícola da rede federal de educação profissional e tecnológica**” (MEC, SETEC, 2009) que compila uma série de propostas para a reformulação dos currículos dos cursos na área agrícola.

⁴Essa afirmação está baseada na experiência e atuação profissional dos autores, assim como na análise documental realizada para essa reflexão. Um dos autores desse artigo também participou dos seminários regionais e do seminário nacional chamado de “(Re)significação do ensino agrícola da rede federal de educação profissional e tecnológica”. Esses seminários ocorreram em 2008 e resultaram em uma publicação com indicação de diretrizes para o ensino agrícola em 2009.

Segundo este documento, as transformações ocorridas em todas as áreas da atividade humana na sociedade impõem a necessidade de repensar e reestruturar a educação profissional e tecnológica voltada para o rural, ou seja, uma educação comprometida com as múltiplas necessidades sociais e culturais da população brasileira (MEC, SETEC, 2009). Este documento abrange diversas propostas que apontam para o caminho da reformulação do currículo, baseado em disciplinas e pacotes tecnológicos, tais como:

Incluir nos currículos e programas tecnologias apropriadas para a agricultura familiar que contemplem o associativismo, cooperativismo, sindicalismo e formas de economia solidária. (Proposta, n. 62, p. 30)

Reestruturar o currículo de forma não compartimentalizada, adotando um planejamento participativo como forma de operacionalização e a interdisciplinaridade como dimensão pedagógica unificadora. (Proposta, n. 64, p. 30)

Valorizar e conhecer a Natureza e o Homem a partir de princípios morais e éticos, permitindo o estabelecimento de processos de desenvolvimento cultural e socioambiental adequados. (Proposta, n. 66, p. 30).

Valorizar atividades que possam tornar viável a sustentabilidade das propriedades locais, incorporando o uso da matéria-prima da região, contextualizando os conteúdos para as diferentes realidades da agricultura familiar. (Proposta, n. 77, p. 31)

Essas propostas vêm a romper com a orientação histórica do ensino agrícola, ou seja, com a produção e agricultura convencional intensiva em agroquímicos, balizada pelas grandes indústrias de alimentos, de insumos e maquinários. Segundo MEC e SETEC (2009), o ensino agrícola deve ser capaz de formar profissionais técnicos e politicamente preparados para atender a todas as demandas da sociedade e não somente àquelas representadas pela agricultura empresarial. Além disso, deve ser capaz de reconhecer o público da agricultura familiar e aqueles públicos excluídos ou esquecidos pelo processo de modernização.

Outra questão fundamental apontada pela discussão da ressignificação do ensino agrícola, objeto central dessa investigação, é a necessidade de um novo paradigma técnico-científico, capaz de guiar estratégias para o desenvolvimento sustentável. Neste contexto, a Agroecologia apresenta-se como alternativa de menor agressão ao meio ambiente (Ibidem). O documento também apresenta a Agroecologia como possibilidade de elevação da produtividade, com o mínimo de impacto ambiental em regiões onde predominam a agricultura familiar e em áreas de assentamentos de reforma agrária, contribuindo para a redução da pobreza.

Assim, os cursos, oferecidos pela rede de educação profissional e tecnológica, deveriam trabalhar a agricultura familiar de acordo com as características e especificidades regionais, resgatando conhecimentos tradicionais e melhorando o "fazer agrícola" a partir dos conhecimentos técnicos (Ibidem). Essa concepção corrobora com o que afirmam Caporal, Costabeber e Paulus (2009). A Agroecologia, um campo do conhecimento científico, que parte de um enfoque holístico e uma abordagem sistêmica, alcança, além do manejo ecologicamente responsável, uma nova ética ambiental e intergeracional. É a reafirmação do homem como parte dos agroecossistemas, responsável e capaz de gerar conhecimentos a partir da conjugação dos saberes tradicionais e do conhecimento científico (BALEM, 2004).

Os IFs precisam, como uma nova institucionalidade, através do ensino, da pesquisa e da extensão, atender os arranjos produtivos locais, no parâmetro da promoção e inclusão social, com abrangência no desenvolvimento sustentável (BRASIL, 2008). Dessa forma, requer um processo educacional construído em uma conjuntura articulada com a comunidade, sendo fundamental a superação da exclusão social e formação de um cidadão apto para o mundo do trabalho (PACHECO, 2011). Assim, o desafio é internalizar esse conjunto de elementos nessas organizações e, se o contexto for educação, é preciso um respaldo nas mudanças políticas, as quais ocorrem no espectro social.

Até o presente momento, percebe-se uma resistência de mudança nas concepções do ensino agrícola, pois ele ainda está atrelado à lógica “modernizante”, norte da educação profissional, tais evidências serão salientadas na próxima seção deste artigo. Para Moura (2008), existe a necessidade de formar profissionais que sejam capazes de ultrapassar os limites da percepção estática e homogênea do mundo do trabalho, ou seja, que possam atuar na perspectiva da transformação social, orientada ao atendimento dos interesses e emergências das classes trabalhadoras, embutidos num ambiente de geração do conhecimento. Essa atuação é indispensável para construir uma sociedade que obtenha o ser humano e suas relações com a natureza submetidas a uma racionalidade ética, ao invés de estarem, exclusivamente, a serviço do mercado e do fortalecimento dos indicadores econômicos (MOURA, 2008).

As concepções e diretrizes dos IFs compõem um marco importante de discussão da Educação Profissional e fornecem subsídios para implantar uma proposta diferenciada de formação. No entanto, segundo Souza e Machado (2012), é preciso cuidado e atenção frente à ampliação da discussão in loco para que o discurso oficial da política não permaneça apenas nessa manifestação supérflua. Embora os IFs tenham uma concepção de inclusão e de atendimento às demandas sociais, os velhos modelos estão se repetindo, privilegiando as práticas culturais, tradicionalmente cultivadas pelas classes dominantes (Ibidem). O processo de seleção para ingresso nos IFs e a estrutura curricular é um exemplo da falta de avanços na busca pelo modelo propalado pela política e, no caso dos cursos das ciências agrárias, talvez ainda esteja sendo ofertada uma educação, como diria Souza e Machado (2012), adequada aos interesses do grande capital.

4. CONCEPÇÃO DA FORMAÇÃO DO IFFARROUPILHA: UMA ANÁLISE A PARTIR DO PDI DA INSTITUIÇÃO E DOS PPCS DOS CURSOS DA ÁREA AGRÍCOLA

O Instituto Federal Farroupilha possui a reitoria na cidade de Santa Maria, região central do estado, e oito campi localizados nas cidades de Júlio de Castilhos (JC), Alegrete, São Vicente do Sul (SVS), Panambi, São Borja (SB), Santa Rosa (SR), Santo Augusto (SA) e Jaguari. De acordo com Plano de Desenvolvimento Institucional (IFFARROUPILHA, 2010), a área de abrangência do IFFarroupilha tem uma grande diversidade de identidades histórico-cultural-econômicas. Geograficamente, os campi estão distribuídos em três mesorregiões do Estado: mesorregião do Centro Ocidental Rio-grandense; mesorregião do Sudoeste Rio-grandense; e em parte da mesorregião noroeste Rio-grandense, ou seja, nas microrregiões de Cerro Largo, Cruz Alta, Ijuí, Santa Rosa, Santo Ângelo e Três Passos. Essa ordenação proporciona uma diversidade de arranjos produtivos locais, culturais, sociais e ambientais. Além disso, são áreas de rebordo da serra, com geografia mais acidentada, de campos sulinos e planalto com relevo ondulado. Algumas microrregiões apresentam como característica notável a forte presença da

agricultura familiar; em outras, a agricultura empresarial, baseada na presença, em grande proporção, da produção de soja e pela acentuada concentração fundiária em alguns municípios, como por exemplo, Tupanciretã, Júlio de Castilhos e Santiago. Ainda é importante considerar a expressiva presença de assentamentos de reforma agrária na região de abrangência do IFFarroupilha. São 108 assentamentos e 3.902 famílias assentadas (INCRA, 2011).

Ao analisar o Plano de Desenvolvimento Institucional para o Instituto Federal Farroupilha, percebe-se que as questões amplamente discutidas nos documentos que compilam as concepções e diretrizes para essa nova institucionalidade pouco são abordadas e, quando o são, parecem estar descontextualizadas ou tangenciadas. Os fundamentos básicos e princípios do IFFarroupilha não mencionam o desenvolvimento local e regional, nem os arranjos produtivos locais, muito menos, a inclusão social e a educação alicerçada na formação integral do ser humano. No entanto, a tese ambiental aparece em um dos fundamentos, quando o termo sustentabilidade é mencionado⁵. Contraditoriamente, a visão e a missão do Instituto conduzem o desenvolvimento sustentável como meta central da instituição⁶, apesar da discussão do desenvolvimento sustentável estar praticamente ausente na descrição das políticas de ensino, pesquisa e extensão.

Todavia, no transcorrer do texto do PDI aparecem menções das concepções e diretrizes dos IFs, conforme o MEC (2010). De acordo com o PDI, “a construção do Instituto Federal Farroupilha está pautada no compromisso com a construção de um país mais digno e ético e de uma educação que alcance diferentes grupos e espaços sociais” (IFFARROUPILHA, 2010, p. 61). Assim como:

A autonomia dos campi do Instituto atende as necessidades de se buscar o desenvolvimento de Educação Profissional e Tecnológica que considere as diversas representações sociais, desde as grandes empresas, os médios e pequenos empreendimentos e os movimentos sociais, atuando a favor dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais (Ibidem).

Outra concepção, diversas vezes mencionada, é a necessidade de trabalhar o desenvolvimento local e regional e de situar os contextos de ensino, pesquisa e extensão com a sociedade, determinada pelo campus que se insere. Percebe-se que, apesar dessas concepções surgirem em alguns pontos do PDI, elas não orientam o documento inteiro, pois, da mesma maneira que se alude à inclusão social, o IFFarroupilha busca ser um centro de excelência em ensino e valorizar os grandes, médios e pequenos empreendimentos com a mesma equivalência. Por outro lado, o instituto reconhece a existência de públicos excluídos, porém indica somente as comunidades indígenas, presentes na área de atuação, ignorando os inúmeros assentamentos de Reforma Agrária, as áreas de predominância da agricultura familiar e as comunidades carentes.

O termo desenvolvimento sustentável virou mote de muitos discursos, no entanto, se analisadas as ações, percebe-se que o discurso não se reverte em

⁵ No último fundamento básico do IFFarroupilha aparece o termo sustentabilidade: “Construir saberes, gerar resultados, tanto na educação básica integrada, como nos técnicos subsequentes, cursos superiores e de pós-graduação, tendo o empreendedorismo e a sustentabilidade como base para a atuação da instituição”(IFFARROUPILHA, 2010, p.04).

⁶ Missão: Promover a educação profissional, científica e tecnológica, por meio do ensino, pesquisa e extensão, com foco na formação de cidadãos críticos, autônomos e empreendedores, comprometidos com o desenvolvimento sustentável. Visão: Ser referência em educação profissional, científica e tecnológica, como instituição promotora do desenvolvimento regional e sustentável. (IFFARROUPILHA, 2010, p.05)

prática, ou talvez, seja o que afirma Mielgo e Sevilla Guzmán (1995), uma defesa do discurso tecnocrático⁷ da sustentabilidade que não reconhece a acumulação capitalista como origem da atual crise ecológica. Assim, a sustentabilidade assume uma produção mais limpa e de crescimento econômico menos impactante, do ponto de vista do meio ambiente, ou, muitas vezes, é citada em apelo ao discurso politicamente correto e, não, por ser norte de ação ou reflexão.

Concebendo a Agroecologia como pressuposto teórico das concepções dos IFs, presentes no marco legal e nas publicações do MEC, é importante entender em qual lugar se situa a formação profissional voltada ao rural nos campi que integram o IFFarroupilha. Os cursos técnicos e superiores de tecnologia que estão em andamento correspondem aos: Técnico em Agropecuária; Técnico em Agricultura; Técnico em Zootecnia; Técnico em Agroecologia; Técnico em Agricultura de Precisão; CST Agronegócio; CST Produção e Grãos; CST Irrigação e Drenagem. Além destes, o campus de Alegrete oferece os cursos superiores de Zootecnia e Engenharia agrícola, os quais não integram o corpus dessa análise.

De uma forma geral, com exceção do curso de Técnico em Agroecologia, observando o ementário e as bibliografias de cada disciplina, todos os cursos são herdeiros da formação do modelo da modernização da agricultura. O que corrobora com a afirmação de Caporal e Ramos (2006, p 06): "a formação, de nível médio ou universitário, de profissionais para atuação no meio rural continua reproduzindo o modelo de transferência de tecnologia pautado pelos pacotes da Revolução Verde".

A matriz curricular de todos os cursos é composta por elementos disciplinares tradicionais, em que cada disciplina tem a sua carga horária e suas atividades, organizadas, na maioria das vezes, de forma isolada. A interdisciplinaridade, defendida no PDI⁸, é procurada através de atividades que compõem parte da carga horária das disciplinas do período letivo. Todos os cursos, de acordo com normativa interna do IFFarroupilha, devem realizar "Práticas Profissionais Integradas", que são ações articuladas entre as disciplinas dos períodos letivos correspondentes, as quais devem ser computadas dentro da própria carga horária daquelas envolvidas. Outra ação que envolve interdisciplinaridade enquadra-se nas atividades nomeadas como "práticas interdisciplinares", que buscam uma ação interdisciplinar efetiva no planejamento dos elementos do currículo. Na maioria das vezes, essas práticas introduzem a forma de um projeto integrador, que busca envolver todas as disciplinas do período letivo. Compreende-se que a instituição está desenvolvendo, através de políticas internas, estratégias para estabelecer o diálogo e para formular um modelo de educação que constitua interligação entre os componentes curriculares. Por este viés, é possível considerar um avanço.

Como o IFFarroupilha tem como princípio a preservação da autonomia de cada campus, conforme consta no PDI, os mesmos cursos ofertados em campi diferentes têm PPCs distintos. Porém, apesar das diferenças textuais, as matrizes curriculares apresentam profundas semelhanças, como será explicitado a seguir.

O curso Técnico em Agropecuária é oferecido na modalidade Integrado ao Ensino Médio nos campi de AL, JC, SVS e SA e na modalidade subsequente ao

⁷ Esse discurso reconhece que é impossível um crescimento infinito com recurso finitos e que são necessários corretivos para resolver o problema da deterioração ambiental, no entanto não discute a exploração e os altos índices de consumo dos países do norte, em contrapartida do subconsumo, pobreza e exportação de riquezas dos países do sul (MIELGO; SEVILLA GUZMÁN, 1995).

⁸ A integração curricular é um objetivo a ser alcançado. Para atingi-lo é necessária a interlocução entre os conhecimentos oriundos dos diferentes componentes curriculares, atuando como instrumentalizadora dos sujeitos aprendentes, na compreensão da realidade concreta e suas interfaces, e como alternativa na solução de problemas e desafios que esta lhes impõe. (IFFARROUPILHA, 2009, p. 77)

Ensino Médio no campus de JC. Embora os textos gerais de vários PPCs mencionem os termos desenvolvimento local e sustentável, na medida em que se analisam as ementas das disciplinas, esta circunstância não se transpõe para os conteúdos. Nos cursos dos campi de JC e SVS, as disciplinas de Gestão Ambiental e Agroecologia estão presentes na matriz curricular, o que demonstra a intenção de incluir essa discussão no itinerário de formação. No entanto, nos campi de AL e SA a disciplina é somente Gestão Ambiental. Na apresentação da matriz curricular dos campi JC e SVS aparece o seguinte texto:

O desenho curricular do novo curso prevê a interdisciplinaridade entre conhecimentos gerais e específicos correspondentes à formação básica e profissional, além de atender aos princípios ligados à agroecologia, agricultura familiar, movimentos sociais, associativismo, empreendedorismo, pesquisa e extensão, empregabilidade e flexibilidade (IFFARROUPILHA, 2011h e 2011j).

Quando se analisa a grade curricular, os conteúdos das disciplinas e as bibliografias básicas e complementares evidencia-se que a orientação da formação está associada ao modelo de modernização da agricultura. Assim, a formação direcionada à agroecologia, à agricultura familiar, aos movimentos sociais e ao associativismo, como esclarece o excerto acima, torna-se concreta apenas no discurso do PPC ou em alguma bibliografia isolada no ementário da disciplina. Outra questão fundamental é o objetivo geral dos cursos, que nem por um momento, evoca a possibilidade de formar profissionais que sejam capazes de orientar processos produtivos que assegurem a preservação ambiental e uma ação extensionista que faz uso, conforme apontam Caporal e Ramos (2006, p. 07), de:

... tecnologias e de formas de manejo que levem à construção de uma agricultura de base ecológica e, ao mesmo tempo, fortaleçam relações sociais mais equitativas, não só entre os agricultores familiares, mas entre todos os atores envolvidos, de modo a preservar a natureza e caminhar na direção do desenvolvimento rural sustentável. (CAPORAL e RAMOS, 2006, p. 07)

Ao contrário do que propõem Caporal e Ramos, os objetivos gerais dos cursos técnicos em Agropecuária⁹ remetem ao perfil profissional voltado à difusão de tecnologias e à instrumentalização para o trabalho com a produção de commodities. O objetivo que segue evidencia esse fator:

O Curso Técnico de Agropecuária Integrado ao Ensino Médio visa à formação de profissional habilitado para atuar, predominantemente junto às empresas rurais, ou como empreendedor, exercendo atividades de planejamento, execução e condução de projetos no ramo da produção vegetal e na área de produção animal (IFFARROUPILHA 2011i, p.06).

No curso técnico em Agropecuária do campus de JC o objetivo geral é:

⁹ O curso Técnico em Agropecuária, integrado ao ensino médio do campus de Alegrete, não possui objetivos gerais, somente específicos e todos estão relacionados a uma formação convencional para o modelo da agricultura moderna.

Formar técnicos em agropecuária capazes de atuar no desenvolvimento da matriz produtiva local e regional, principalmente, atendendo às necessidades do mundo do trabalho e promovendo o desenvolvimento com vistas à sustentabilidade econômica, social e ambiental (IFFARROUPLHA 2011h, p.07).

Neste caso, entende-se que há intenção em estabelecer uma formação para o desenvolvimento rural sustentável, o que também pode ser observado em um dos objetivos específicos:

Proporcionar a habilitação profissional em nível técnico, observando-se as exigências e expectativas da comunidade regional, assim como o cumprimento da missão dos Institutos Federais, no que tange à formação propositiva e/ou fomentadora aos arranjos produtivos regionais, sempre com vistas à sustentabilidade (Ibidem).

Porém, ao analisar as ementas e as bibliografias utilizadas no itinerário formativo deste curso, percebe-se que, com exceção de algumas disciplinas (Como por exemplo: Sociologia e Extensão Rural, Fundamentos de Agroecologia, Gestão Ambiental, Solos e Biologia), não há intenção de romper com o modelo agroquímico. Outra contradição perceptível é a presença do curso técnico em Agropecuária no mesmo campus, subsequente ao ensino médio, em que os objetivos não são os mesmos daqueles inseridos na modalidade integrada, como demonstra seu objetivo geral:

Desenvolver, no Instituto Federal Farroupilha – Campus Júlio de Castilhos, o Curso Técnico em Agropecuária na modalidade subsequente ao ensino médio, visando atender à clientela que busca a formação profissional técnica e tecnológica, capazes de fazer frente às necessidades do mundo do trabalho, em constante evolução (IFFARROUPLHA 2011i, p.07).

Resumindo, não há qualquer menção ao desenvolvimento sustentável e ao desenvolvimento regional, o que acaba por revelar que os textos dos PPCs talvez representem mais o desejo de quem os escreve do que uma concepção de formação norteadora do processo educativo. Quando analisados os objetivos específicos e as competências a serem trabalhadas com os futuros técnicos em agropecuária, na maioria dos campi, o desenvolvimento local, o desenvolvimento rural sustentável e a Agroecologia não são mencionados¹⁰, o que demonstra, desse modo, que esses conceitos não permeiam o itinerário de formação oferecido por esses cursos. O curso técnico em Agropecuária, subsequente ao Ensino Médio do campus de JC, possui um elemento curricular que não consta nos outros PPCs, a disciplina de Fundamentos de Agroecologia. Entretanto, analisando todo o contexto de formação desse curso, é possível considerar esse elemento curricular como sistema isolado e, por vezes, contraditório, incluso num cenário aonde a formação conduz para outro modelo de agricultura.

Os cursos técnicos em Agricultura e Zootecnia possuem contextos muito similares com o da Agropecuária. Em contrapartida, do ponto de vista de outra concepção de formação para o rural, estes cursos são ainda mais estreitos, pois o

¹⁰ Com exceção do curso técnico em Agropecuária, integrado no campus Júlio de Castilhos, como já foi ressaltado anteriormente.

técnico em Agricultura é formado para trabalhar com sistemas de produção vegetal, enquanto que o técnico em Zootecnia visa o trabalho com sistemas de produção animal. Nesse horizonte, como afirma Leff (2002), a formação está encerrada no modelo da agronomia capitalista, fundamentado na crença do mercado e na especialização tecnológica, desnaturalizando a natureza e a relação do homem com a terra.

No entanto, no PPC do curso técnico em Agricultura, ofertado por apenas um campus, aparecem algumas questões inovadoras, no que tange à discussão da Agroecologia e ao desenvolvimento sustentável, pois dentre os saberes almejados pelo técnico em Agricultura encontram-se os seguintes: “desenvolver tecnologias, principalmente, que promovam a sustentabilidade do meio rural e com isso a permanência do homem no campo com qualidade de vida para esse e sua família” e “disseminar o cultivo em bases ecológicas” (IFFARROUPILHA, 2011f, p. 09). O objetivo geral desse curso também apresenta avanços, na perspectiva de amparo e criações de novas bases, pois o curso busca “empreender um processo educativo que favoreça o desenvolvimento de indivíduos, dotados de capacidade crítica, de autonomia intelectual, eticamente responsável e comprometido com a resolução dos problemas técnicos, sociais e ambientais” (Ibidem, p. 06). Destaca-se também um dos objetivos específicos, o qual visa:

estimular o fortalecimento do vínculo das pessoas com o meio rural, proporcionando a construção do seu conhecimento empírico/científico baseado nos princípios da ética, da sustentabilidade ambiental e econômica e da produção segura de alimentos (Ibidem, p.06).

O curso técnico em Agroecologia na modalidade subsequente, ofertado pelo campus de Alegrete, representa um avanço para uma formação direcionada, conforme explicitada no ponto central da discussão deste artigo. No entanto, a contextualização situacional do PPC, a qual busca justificar a criação do técnico em Agroecologia, não condiz com o marco teórico da mesma. O texto é praticamente o mesmo do curso técnico em Agropecuária e, embora mencione a agricultura familiar e a necessidade de promover estratégias que privilegiem os excluídos do sistema agrícola, não oferece a devida solidez teórica capaz de situar o curso em uma proposta formativa realmente agroecológica. O texto a seguir exemplifica isso.

Reiterando, as ações decisórias que têm encaminhado o desenvolvimento da agricultura brasileira, representadas pela intervenção tecnológica na fertilidade do solo e pela alteração genética da planta, entre outras conquistas, exigem dimensionar, sobremaneira, o perfil do Técnico em Agroecologia, que deverá incorporar em seu padrão técnico diferencial, quer seja pelas questões aqui levantadas, quer seja pelas exigências advindas da globalização, que perpassam todas as etapas das atividades produtivas (do plantio às práticas comerciais) (IFFARROUPILHA 2011e, p. 15).

Frente aos objetivos do curso, é possível perceber um alinhamento maior com as concepções teóricas da Agroecologia, como pode ser observado a seguir:

Buscar a criação de um curso de formação profissional em Agroecologia que propicie aos jovens do campo e aos movimentos sociais um projeto alternativo de desenvolvimento ao modelo econômico regional; Procurar estimular e fortalecer

o vínculo do jovem com a sua unidade de produção familiar, sua família, grupo e comunidade proporcionando formas de produção baseada na solidariedade, na ética e no respeito ao ser humano, ao ambiente em que vive, fortalecendo o espírito crítico, associativo e cooperativo; Atender a demandas na área educacional, de diferentes segmentos sociais, especificamente do campo, visto que, geralmente o ensino médio foi até o presente voltado para as demandas das empresas rurais; Desenvolver no estudante a autonomia, a capacidade de pensar e estabelecer relações, refletindo sobre essas existentes com seus semelhantes e demais seres vivos, bem como com toda a sociedade, construindo uma postura crítica; Reconstruir o atual modelo rural, através de novos referenciais de mundo, compreendendo o global, relacionando-o criticamente com o local, reavaliando-o constantemente para a adequada inserção em questões interpessoais, sociais e mundiais, colocando o conhecimento a serviço da humanidade; possibilitar ao estudante o processamento autônomo do conhecimento coletivamente construído, transformando-o em ações de desenvolvimento rural sustentável. (IFFARROUPILHA 2011e, p. 15).

O perfil do egresso, traçado pelo PPC do curso técnico em Agroecologia, revela que a proposta está baseada, conforme indicam Caporal e Ramos (2006), em um profissional que promova o desenvolvimento rural sustentável, com ênfase em processos endógenos, perpassados pela abordagem sistêmica e multidisciplinar, em processos participativos e organizativos, além de trabalhar num paradigma tecnológico norteado pela Agroecologia. Tais particularidades são imprescindíveis para trabalhar com extensão rural agroecológica. Embora o curso esteja organizado da mesma forma que os demais, ou seja, com base em elementos curriculares ou disciplinas específicas, a grade curricular, as ementas e as bibliografias buscam contemplar uma formação agroecológica. Os elementos curriculares são inovadores, quando comparados aos outros presentes nos cursos da área rural, os quais incluem disciplinas como: filosofia, ética e meio ambiente; manejo ecológico do solo; agroindústria familiar; agricultura e agroecologia; dinâmica e organização dos agroecossistemas; sistemas agroflorestais; plantas bioativas; paisagem e bioarquitetura; entre outros. Além disso, este curso técnico se propõe a discutir a formação em outros parâmetros, distintos daqueles do paradigma capitalista dominante, dessa maneira, pode ser considerado como inovador na proposta formativa do IFFarroupilha.

A orientação para o modelo da agricultura convencional nos CSTs é mais intensa do que nos cursos de nível médio. As áreas que estes cursos abrangem estão intimamente ligadas às questões técnicas específicas das grandes cadeias de produção do agronegócio da região de alcance do IFFarroupilha, como já sugerem os próprios nomes dos cursos, tais como: CST Irrigação e Drenagem; CST Agronegócio e CST Produção de Grãos. Os objetivos destes comprovam essa orientação:

Formar profissionais cidadãos com senso crítico e ético, com competências e habilidades voltadas para o desenvolvimento e utilização de técnicas aplicadas aos sistemas de produção de grãos e sementes. Qualificar um profissional com uma visão geral das ciências agrárias, econômicas, políticas e sociais, e com uma visão especializada da produção de grãos e sementes e do gerenciamento de propriedades rurais, de

unidades de beneficiamento de sementes e de escritórios e/ou empresas agropecuárias (IFFARROUPILHA 2011d, 2011, p. 06).

Formar profissionais cidadãos com senso crítico e ético, com competências e habilidades voltadas para o desenvolvimento e utilização de técnicas aplicadas aos sistemas de produção de grãos e sementes (IFFARROUPILHA 2011c, p. 06).

Formar profissionais cidadãos com senso crítico e ético, com competências e habilidades voltadas para o desenvolvimento e utilização de técnicas aplicadas aos sistemas de produtivos com ênfase ao agronegócio regional (IFFARROUPILHA, 2011b, p. 05).

Promover a profissionalização gerencial pela capacitação que atenda as exigências das atividades do agronegócio através de elementos que permitam o desenvolvimento econômico e social da região (IFFARROUPILHA, 2011a, p. 05).

Ofertar educação profissional e tecnológica que contribua para o aprimoramento das técnicas e tecnologias envolvidas no processo de irrigação e drenagem, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional na agricultura irrigada, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional. (IFFARROUPILHA 2012, p. 05).

Da mesma forma em que ocorre nos cursos técnicos, algumas ementas de disciplinas dos CSTs buscam introduzir o debate da Agroecologia e do desenvolvimento rural sustentável, porém desprovido de profundidade e coerência entre o itinerário formativo e o que o curso se propõe em seus objetivos basilares, a concepção desses cursos perde a oportunidade de incluir elementos que poderiam auxiliar nas discussões das relações de poder e de exclusão que, por vezes, os sistemas de produção dominantes e interligados ao grande empresariado da agricultura brasileira deixam a desejar. As consequências desse fator culminam no reforço da matriz produtiva concentradora e na desconsideração dos públicos priorizados pela PNATER brasileira.

Para Caporal e Ramos (2006), a formação deveria ser capaz de construir e orientar profissionais aptos para propor processos adequados a cada realidade e a desenvolver ou adaptar tecnologias e formas de manejo que levem a constituição de uma agricultura com base ecológica. Entretanto, a formação proporcionada pelo IFFarroupilha está longe de superar o enfoque linear e cartesiano das ciências agrárias, formatadas para o modelo agroquímico, como mencionam os autores.

Observa-se que as bibliografias utilizadas nas ementas das mesmas disciplinas são diferentes em função do campus em que são oferecidos os cursos, ou seja, em alguns campi há a preocupação de trabalhar com referências agroecológicas (como é o caso das disciplinas de Manejo do Solo, Olericultura e Fruticultura); em outros, o enfoque é as bibliografias reconhecidas por priorizar o modelo de produção convencional. Tal constatação leva a um questionamento: o ementário e a concepção da disciplina estão relacionados com uma proposta institucional que reconheça a Agroecologia como um dos caminhos para a construção do desenvolvimento sustentável ou com o perfil do professor que a concebe?

Caporal e Ramos (2003, p. 08), ao analisar as instituições de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), afirmam que as mudanças necessárias para que o paradigma agroecológico se sobressaia ao convencional exigem uma reforma generalizadora no antigo modelo de organização e de gestão das entidades. No entanto, "as mudanças de organização e de gestão, embora desejáveis, são difíceis

e, geralmente, são caracterizadas por um momento de desordem e de redução temporária da eficiência operacional” (Ibidem).

A falta de clareza teórica do referencial histórico de atuação e, talvez a temeridade de alterações no que está organizado e um pouco equilibrado, levam as instituições a resistir à mudança. Resistência, que Caporal e Ramos (2003), observam nas instituições de ATER e que pode ser a mesma enfrentada pelos IFs, os quais preferem continuar limitados na formação direcionada para o modelo da modernização da agricultura a romper com esse paradigma. Apesar desse diagnóstico, a inserção de ideias, elementos curriculares, bibliografias e de um curso alinhado com o discurso do desenvolvimento sustentável e da Agroecologia podem representar um movimento significativo, além de incentivar e influenciar, num momento próximo, grupos colegiados, coordenações e direções dos cursos, a repensarem a formação voltada a área rural do IFFarroupilha.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Agroecologia reconecta a agricultura aos ecossistemas naturais, conduzindo o saber de agricultoras e agricultores em diálogo consonante com o saber científico, numa hibridação de conhecimentos. Nesse contexto holístico e complexo, as soluções tecnológicas não estão presentes em receituários e precisam ser construídas com base no conhecimento científico, nos saberes dos agricultores e nas especificidades dos agroecossistemas. Assim, existe a necessidade de profissionais que sejam capacitados para promover processos de extensão rural e a sustentabilidade ambiental, econômica e social do rural.

As orientações do MEC sugerem que as transformações, ocorridas em todas as áreas da atividade humana na sociedade, imponham a urgência de se repensar e reestruturar a educação profissional e tecnológica direcionada para o rural, pois é preciso uma educação comprometida com as múltiplas necessidades sociais e culturais da população brasileira. No entanto, a formação, ofertada pelo IFFarroupilha, ainda está restrita ao modelo da modernização da agricultura. Além disso, os conteúdos presentes no PDI e nos PPCs demonstram um distanciamento da realidade local, uma vez que ignoram a presença massiva de públicos, tais como a agricultura familiar e assentamentos de Reforma Agrária.

Este modelo de formação concebe a realidade rural como homogênea e abarca um modelo tecnológico hegemônico como referência a ser seguida, minimizando a participação dos agricultores nas decisões sobre as estratégias de desenvolvimento rural. Esta formação é contraditória ao que afirmam as Concepções e Diretrizes dos IFs, as quais propalam seus objetivos para o desenvolvimento local e regional, com amplitude à sustentabilidade.

Os conteúdos do PDI e os PPCs dos cursos voltados para o rural do IFFarroupilha demonstram uma certa dissonância frente aos conteúdos do marco legal, que institui os IFs. Dessa maneira, é possível evidenciar que, apesar de ser um momento de busca por uma nova identidade institucional, os velhos paradigmas ainda estão presentes nesta nova idealidade.

Entretanto, conforme enfatizado anteriormente neste artigo, a inserção de ideias, elementos curriculares, bibliografias e de um curso alinhado com o discurso do desenvolvimento sustentável e da Agroecologia, podem representar um movimento progressivo, no qual poderá, futuramente, conduzir para o repensar da formação direcionada para a área rural no IFFarroupilha. Esta pesquisa apresentou apenas um diagnóstico inicial do itinerário formativo destes cursos. Uma proposta interessante de pesquisa seria identificar quais questões determinam, ou não, a busca pela construção dos cursos alinhados com os preceitos do desenvolvimento

sustentável e ao da Agroecologia. Outra questão importante é compreender até que ponto o discurso da nova institucionalidade, presentes nos documentos oficiais dos IFs, estão apropriados para a comunidade acadêmica.

6. REFERÊNCIAS

ALTIERI, M. **Agroecologia**: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

ALTIERI, M.; TOLEDO, V. M. La revolución agroecológica em Latinoamérica: rescatar la naturaleza, asegurar la soberanía alimentaria y empoderar al campesino. SOCLA: 2011. Disponível em: <<http://migre.me/rfcMn>>. Acesso em 10 de março e 2013.

BALEM, T. A.; DONAZZOLO, J. Formação Profissional nas Ciências Agrárias: um desafio para o desenvolvimento Sustentável. **Rev. Bras. de Agroecologia**, v.2, n.1, p.322-325, 2007.

BALEM, T. A. **Um Processo de Transição Agroecológica**: o caso da Associação Nossa Senhora Aparecida. 2004. 119f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2004.

BOECKMANN SILVA, M.; CAPORAL, F. R.. Agroecologia: Uma Ciência para além da substituição de insumos. In: Congresso Brasileiro de Agroecologia, 7., 2011, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza: ABA, 2011.

BRASIL. Lei 11.892 de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 30 de dez. 2008. Disponível em: <<http://migre.me/rfcKi>>. Acesso em 02 de abril de 2012.

_____. Lei 12.188 de 11 de JANEIRO de 2010. Institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária - PNATER e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária - PRONATER, altera a Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, e dá outras providências. Disponível em: < <http://migre.me/rfcHJ>>. Acesso em 02 agosto de 2012.

CAPORAL, F. R. **Agroecologia**: uma nova ciência para apoiar transição a agriculturas mais sustentáveis. Brasília: 2009. Disponível em: <<http://migre.me/rfcJ7>>. Acesso em 23 fev. 2015.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A.; PAULUS, G. Matriz disciplinar ou novo paradigma para o desenvolvimento rural sustentável. In: CAPORAL, F. R. (org.); COSTABEBER, J. A.; PAULUS, G. **Agroecologia**: uma ciência do campo da complexidade. Brasília: 2009. p. 65-112.

CAPORAL, F. R.; RAMOS, L. DE F. Da extensão rural convencional à extensão rural para o desenvolvimento sustentável: enfrentar desafios para romper inércias. Brasília, 2006. Disponível em: < <http://migre.me/rfcMU>>. Acesso em 19 março de 2013.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA (EMBRAPA). **Marco referencial em agroecologia**. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2006.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários a prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FROELICH, J. M. A novela reforma curricular das ciências agrárias e a sustentabilidade: novas demandas, velhos problemas. **Rev. Bras. de Agroecologia**. v.5,n.2: p.3-15, 2010.

GADOTTI, M. Perspectivas atuais da educação. **São Paulo em Perspectiva**, v. 14, n.2, 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/spp/v14n2/9782.pdf>. Acesso em: 19 ago. 2011.

GLIESSMAN, S. **Agroecologia**: processos ecológicos em agricultura sustentável. Porto alegre: Editora da UFRGS, 2000.

GRAZIANO DA SILVA, J. **Tecnologia e agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1999.

IFFARROUPILHA. **Plano de desenvolvimento institucional (PDI)**. Santa Maria: IFFARROUPILHA, 2010.

IFFARROUPILHA. **Projeto pedagógico**: curso superior de tecnologia Irrigação e Drenagem campus São Vicente do Sul. São Vicente do Sul: IFFarroupilha, 2012.

_____. **Projeto pedagógico**: curso superior de tecnologia Agronegócio campus Santo Augusto. Santo agosto: IFFarroupilha, 2011a.

_____. **Projeto pedagógico**: curso superior de tecnologia Agronegócio campus Júlio de Castilhos. Júlio de Castilhos: IFFarroupilha, 2011b.

_____. **Projeto pedagógico**: curso superior de tecnologia Produção de Grãos campus Alegrete. Alegrete: IFFarroupilha, 2011c.

_____. **Projeto pedagógico**: curso superior de tecnologia Produção de Grãos campus Júlio de Castilhos. Júlio de Castilhos: IFFarroupilha, 2011d.

_____. **Projeto pedagógico**: curso técnico em Agroecologia modalidade integrado ao ensino médio campus Alegrete. Alegrete: IFFarroupilha, 2011e.

_____. **Projeto pedagógico**: curso técnico em Agricultura modalidade subsequente ao ensino médio campus São Vicente do Sul. São Vicente do Sul: IFFarroupilha, 2011f.

_____. **Projeto pedagógico**: curso técnico em Agropecuária modalidade subsequente ao ensino médio campus Júlio de Castilhos. Júlio de Castilhos: IFFarroupilha, 2011g.

_____. **Projeto pedagógico**: curso técnico em Agropecuária modalidade integrado ao ensino médio campus Júlio de Castilhos. Júlio de Castilhos: IFFarroupilha, 2011h.

_____. **Projeto pedagógico:** curso técnico em Agropecuária modalidade integrado ao ensino médio campus Santo Augusto. Santo Augusto: IFFarroupilha, 2011i.

_____. **Projeto pedagógico:** curso técnico em Agropecuária modalidade integrado ao ensino médio campus São Vicente do Sul. São Vicente do Sul: IFFarroupilha, 2011j.

INSTITUTO DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA). Projetos de reforma agrária conforme fase de implantação. Brasília: MDA/INCRA, 2011. Disponível em: <http://pfdc.pgr.mpf.gov.br/atuacao-e-conteudos-de-apoio/publicacoes/reforma-agraria/questao-fundiaria/assentamentos_2001_a_2010.pdf>. Acesso em: 17 mar. 2013.

KUHN, T. S. **A Estrutura das Revoluções Científicas**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1987.

LEFF, E. Agroecologia e saber ambiental. **Agroecol. e Desenv. Rur. Sustentável**, Porto Alegre, v.3, n.1, p. 36-51, 2002.

MARTINEZ-ALIER, J. Idiomas de valoração. **Boletim da Sociedade Brasileira da Economia Ecológica**, n. 19, set-dez., p.17-26, 2008.

MIELGO, A. M. A.; GUZMÁN, E. S. El discurso ecotecnocrático de la sostenibilidad. In: MARIN, A. C. **Agricultura y desarrollo sostenible**. Madrid: Ministério de Agricultura, Pesca y Alimentacion, 1995.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). **Institutos Federais de educação ciência e tecnologia:** um novo modelo de educação profissional e tecnológica, concepções e diretrizes. Brasília: MEC, 2010.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). SECRETARIA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA (SETEC). **(Re)significação do ensino agrícola da rede federal de educação profissional e tecnológica**. Documento Final. Brasília: Brasil, 2009.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (MDA). **Política Nacional de ATER:** assistência técnica e extensão rural. Brasília: MDA, 2008.

MORIN, E. **O método1:** a natureza da natureza. Porto Alegre: Sulina, 2006.

MOURA, D. H. A formação de docentes para a educação profissional e tecnológica. **Ver. Bras. da Ed. Profissional e Tecnológica**, v. 1, n. 1, Brasília, p. 23-38, 2008.

PACHECO, E. **Institutos federais:** uma revolução na educação profissional e tecnológica. Brasília: Fundação Santillana; São Paulo: Moderna, 2011.

SCHUTTER, O. de. El derecho a la alimentación. Organizações das nações unidas (ONU); Consejo de Derechos Humanos, 2010. Disponível em: <http://www.agroeco.org/socla/pdfs/informe-UN-agroecologia.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2013.

SEVILLA GUZMAN, E. **A perspectiva sociológica em Agroecologia:** uma sistematização de seus métodos e técnicas. **Agroecol. e Desen. Rur. Susten.**, Porto Alegre, v.3, n.1, jan/mar, 2002.

SOUZA, J. C. M. de; MACHADO, M. M.. O (não) lugar da educação dos trabalhadores. ENCONTRO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DA ANPED CENTRO-OESTE, 11., 2012, Corumbá. **Anais...** Corumbá:UFMS campus Pantanal, 2012.

PAPEL DO ESTADO BRASILEIRO NA PERSPECTIVA DO DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO: CORRESPONDÊNCIAS E INTERFACES COM A LITERATURA INTERNACIONAL SOBRE EXTENSÃO RURAL¹

Mauro Barcellos Sopena²

RESUMO

O presente artigo analisa construções teóricas específicas acerca do *papel* do Estado brasileiro na perspectiva do desenvolvimento produtivo que, de forma convencional, vinculam-se ao conceito de *novo-desenvolvimentismo*. Na discussão desta recente abordagem, elementos teóricos são cotejados com a literatura internacional sobre políticas de extensão rural procurando verificar correspondências e interfaces. Os resultados globais indicam importante sintonia entre as políticas *pro-market* preconizadas para os serviços de extensão rural e a orientação para o desenvolvimento produtivo, própria do modelo novo-desenvolvimentista.

Palavras chave: desenvolvimento produtivo, políticas de extensão rural, pro-market.

ROLE OF THE STATE IN BRAZILIAN PRODUCTION DEVELOPMENT PERSPECTIVE: CORRESPONDENCE AND INTERFACES WITH THE INTERNATIONAL LITERATURE ON RURAL EXTENSION

ABSTRACT

The article discusses specific theories about the function of the Brazilian State in the perspective of productive development, conventionally, are linked to the concept of "new developmentalism". In this recent discussion, theoretical elements are collated with the international literature on rural extension policies seeking to determine correspondences and interfaces. The overall results indicate significant correspondence between the pro-market policies recommended for extension services and direction for productive development, own the new model-developmental.

Keywords: production development. policies rural extension. pro-market.

¹ O autor agradece à Profa. Dra. Vivien Diesel pelas orientações teóricas e metodológicas, eximindo-a de qualquer responsabilidade por eventuais falhas que o artigo possa apresentar.

² Economista, Mestre em Planejamento do Desenvolvimento. Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural (UFSM). Professor Adjunto da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA). E-mail: maurosopena@unipampa.edu.br

1. INTRODUÇÃO

A literatura sobre desenvolvimento oferece diferentes abordagens teóricas que variam em complexidade e escopo. Em alguma medida, é recorrente a preocupação acerca do *papel* e do sentido que o **Estado** possui diante do modelo de desenvolvimento preconizado. Esta pesquisa objetiva discutir esta questão como um elemento central. De um lado, utiliza-se de um referencial teórico baseado no que se convencionou chamar de **novo desenvolvimentismo**; de outro, procura-se cotejá-lo com a literatura internacional referente à **extensão rural**. Considera-se profícuo o esforço de *filtrar* políticas de extensão rural por meio da literatura indicada, em especial (a) pelo pressuposto, aqui assumido, de que a política agrícola brasileira se sujeita à agenda de Estado e, em complemento, (b) pela constatação de que o acesso de pequenos produtores ao mercado privado é condição desejável naquela literatura.

No âmbito da discussão sobre novo desenvolvimentismo, pesquisas recentes fazem referência ao conceito de **desenvolvimento produtivo**, elemento privilegiado quando se assume o intento de avaliar o acesso de pequenos produtores ao mercado, gerando crescimento com equidade. Em referências internacionais, adiante expostas e especialmente vinculadas ao *Neuchâtel Group*, o propósito de avaliar condições de acesso ao mercado igualmente se faz presente (práticas e políticas *pro-market*)³. Este aporte teórico apresenta-se, ainda, apropriado para pesquisas que se orientam no sentido de analisar práticas e experiências na área de extensão rural. Ademais, considera-se fundamental a verificação de como este *sentido* de Estado deriva para as práticas de extensão rural, com que vitalidade se forma e que propriedade assume.

A agenda para o rural no Brasil vincula-se, com vigor, à centralidade das **cadeias produtivas** baseadas na produção de *commodities* e ao avanço produtivo do agronegócio brasileiro. Este argumento é sustentado tanto pela literatura especializada, de foco crítico, quanto pela análise empírica, rica em indicadores que corroboram a pujança econômica deste segmento produtivo (SCHNEIDER, 2010). No plano ideológico se pode encontrar uma crítica a este modelo, notadamente no que diz respeito à, entre outros, (a) sujeição da economia brasileira ao contexto externo via mercado de *commodities*; (b) ao oligopólio das agroindústrias na produção primária e (c) a concentração produtiva em poucos produtos (TEIXEIRA, 2013). De outro lado, conforme Barcelos (2013), a concentração de terras, de investimentos, de crédito e de renda no agronegócio é o resultado mais marcante da política pública que atualmente se observa no Brasil, evidência esta que, por si só, inviabiliza respostas para as grandes questões do meio rural⁴.

³ Os trabalhos do Group Neuchâtel somam-se a outras pesquisas, consideradas referências. Entre elas, destacam-se as publicações do Banco Mundial, FAO, ODI, G-FRAS, IIED e GTZ. Este conjunto de instituições é considerado como a referência internacional para a análise de serviços de extensão rural.

⁴ Esta breve análise, de cunho conjuntural, não prescinde do **marco legal** que sustenta e regula a atividade agrícola. Embora não haja um ordenamento jurídico tipificado para o chamado agronegócio, legislações agrárias e agrícolas são usualmente empregadas na determinação de políticas e ações sobre o meio rural. Na Lei Federal Nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política agrícola brasileira, alguns elementos destacam-se: Art. 1º fixa os fundamentos, define os objetivos e as competências institucionais, prevê os recursos e estabelece as ações e instrumentos da política agrícola, relativamente às atividades agropecuárias, **agroindustriais** e de planejamento das atividades pesqueira e florestal. Art. 2º. O setor agrícola é constituído por segmentos como: produção, insumos, agroindústria, comércio, abastecimento e afins, os quais respondem diferenciadamente às políticas públicas e às **forças de mercado**. Art. 3º. XI - estimular o processo de **agroindustrialização** junto às respectivas áreas de produção. Art. 17º. O Poder Público manterá serviço oficial de **assistência técnica** e **extensão rural**, sem paralelismo na área governamental ou privada, de caráter educativo, garantindo atendimento gratuito aos pequenos produtores e suas formas associativas, visando [...] IV - disseminar **informações conjunturais** nas áreas de produção

Uma interpretação acadêmica do rural contemporâneo pode ser encontrada em Buainain et. al (2013). Nela, observa-se a predominância do capital a partir da década de 90, tanto no sentido agrário como agrícola. Não mais a propriedade ou a posse da terra são determinantes, como no passado o fora, mas a **centralidade que o capital** possui no novo cenário. Inovação e seletividade são seus atributos; o que corresponde às características próprias presentes no modelo do agronegócio. Antônio Buainain centra a questão da seguinte forma:

É preciso afirmar incisivamente que a ação governamental destinada ao campo brasileiro é atualmente inadequada do ponto de vista social e em relação às principais facetas do desenvolvimento agrário. Urge, portanto, obter uma resposta da sociedade à pergunta: queremos um pujante país agrícola, o maior produtor de alimentos do mundo, assentado em uma agricultura de bases tecnologicamente modernas, mas operado quase exclusivamente em unidades produtivas de larga escala? (BUAINAIN, et. al. 2013, p. 23).

Neste contexto, em que o capital ganha espaço e se impõe decisivamente, o mercado assume uma centralidade inquestionável na determinação dos rumos do desenvolvimento, seja ele rural ou não. Discutir, portanto, as concepções teóricas relativas a este cenário torna-se uma tarefa importante.

Em termos metodológicos, privilegia-se neste estudo a pesquisa bibliográfica, de caráter exploratório e qualitativo. Por suas características, o trabalho parte de uma reflexão teórica que, segundo Poupart et al (2012, p. 134), *não visa tanto à operacionalização dos conceitos que possibilitam dar início à pesquisa, [...] como à delimitação progressiva do objeto*. Para os autores, uma pesquisa bibliográfica abrangente é válida quando se concebe o conhecimento como cumulativo, especialmente pelo fato de que *é preciso ler o que se escreveu sobre o tema e sondar os domínios teóricos que podem esclarecer a questão* (POUPART et al, 2012, p. 135). A Figura 1 permite verificar os objetivos da pesquisa.



Figura 1: Objetivos da pesquisa

Fonte: elaboração própria

agrícola, comercialização, abastecimento e agroindústria. Art. 45º. O Poder Público apoiará e estimulará os produtores rurais a se organizarem nas suas diferentes formas de associações, cooperativas, sindicatos, condomínios e outras, através de [...] V - a implantação de **agroindústrias**. Art. 48º. Do Crédito Rural [...] I - **estimular os investimentos rurais** para produção, extrativismo não predatório, armazenamento, beneficiamento e **instalação de agroindústria**, sendo esta quando realizada por produtor rural ou suas formas associativas. A Constituição Federal (CF/88), em seu Art. 187, estabelece diretrizes de política agrícola que compreendem a participação efetiva do setor de produção, especialmente com relação ao crédito, preços mínimos, comercialização, ATER, seguro agrícola e cooperativismo. Atividades agroindustriais estão compreendidas no referido parágrafo.

Em Gil (2008), a pesquisa bibliográfica é vista como natural e recorrente em trabalhos científicos, no entanto, em certos casos, *há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas. Parte dos estudos exploratórios podem ser definidos como pesquisas bibliográficas, assim como certo número de pesquisas desenvolvidas a partir da técnica de análise de conteúdo* (GIL; 2008, p. 50). Em complemento, considera o autor que uma das vantagens ao se conduzir este tipo de pesquisa está na **amplitude de fenômenos e resultados** que se pode obter, quando comparada com pesquisas de campo.

Com base neste delineamento, o trabalho divide-se em quatro partes. Além desta (a) introdução, conta com (b) a revisão teórica sobre o novo-desenvolvimentismo; (c) o aporte teórico internacional sobre extensão rural e, por fim, com (d) as conclusões do estudo. A seguinte seção apresenta a estrutura teórica da pesquisa. A seleção de trabalhos, nela oferecida, pretende ser apropriada do ponto de vista de sua correspondência com as políticas de extensão rural; adiante relacionadas. Além da discussão sobre o *novo desenvolvimentismo*, apresenta-se o contexto do debate sobre *acesso a mercados*, recorrente na literatura internacional sobre serviços de extensão rural.

2. O NOVO DESENVOLVIMENTISMO

A literatura sobre o novo desenvolvimentismo revela-se apropriada para discussões contemporâneas sobre o papel que o Estado desempenha, seja no âmbito econômico-produtivo, seja no contexto social. O debate não pode ser considerado original quanto ao seu objeto de estudo - o Estado. Notadamente, de Adam Smith à Keynes, passando pelo olhar cepalino, se pode encontrar um conjunto gigantesco de interpretações que vão desde o Estado mínimo até o Estado participativo (BRESSER-PEREIRA, 2006). Segundo Fiori (2011, p. 1), autor cético quanto à formulação de teorias novo-desenvolvimentistas (pelo fato de que a questão do poder não estaria incluída nesta abordagem), de uma forma ou outra a "questão do Estado" sempre esteve presente, nos dois lados desta disputa, que acabou sendo mais ideológica do que teórica. Para o autor, a centralidade de tal discussão em torno do Estado pode ser assim entendida: o pivô de toda a discussão e o grande pomo da discórdia sempre foi o Estado e a definição do seu papel no processo do desenvolvimento econômico. Outro viés crítico encontra-se em Fleury (2013). O sentido dado ao Estado brasileiro, para a autora, é de certa conveniência no uso e na valorização da lógica do mercado como melhor provedor de bens coletivos. Ao discordar das articulações atualmente estabelecidas entre Estado e mercado, pondera que há uma espécie de institucionalidade oculta, já que interesses mercantis passaram a circular no interior dos sistemas públicos universais. Uma percepção muito próxima e crítica acerca da abordagem novo desenvolvimentista defende que:

[...] essa prevalência do mercado se mantém e se amplia, mesmo diante da crise do neoliberalismo. A reação dos governos progressistas se fez sentir na busca da retomada do desenvolvimento econômico nacional [...]. Recentemente, foram tomadas medidas de políticas públicas voltadas para impulsionar o desenvolvimento, tais como: transferências de renda, distribuição de subsídios a setores industriais, aumento sustentado do salário mínimo e do crédito popular e ampliação do investimento público. Essas medidas expandiram tanto o consumo popular como a capacidade competitiva de alguns

grandes grupos nacionais, fortemente apoiados por investimento público, além de seu poder de definição da agenda pública. [...] [N]essa mudança de rumo no contexto pós-neoliberal [...] a agenda pública passa a ser construída predominantemente por atores poderosos, como a mídia e o mercado [...]. Para isso, é preciso que as políticas públicas estejam estreitamente vinculadas aos interesses dos grupos empresariais que passaram à condição de sócios privilegiados do governo (FLEURY, 2013, p. 4).

Como indicado, interpretações críticas são possíveis, especialmente quando se amplia o horizonte de análise. As contribuições da literatura sobre novo desenvolvimentismo são ricas, entretanto, quando assumem o desafio de investigar o sentido do Estado em um novo cenário, mais desafiador e mais complexo. A nova expressão pretende ser portadora de um sentido novo, que abranja a complexidade do mundo atual por meio de estratégias diferentes daquelas observadas no passado brasileiro (SICSÚ, et al, 2007 ; CARDOSO JR; SIQUEIRA, 2011). Segundo estes autores, Estado e mercados são duas instituições importantes nesta linha de interpretação, pois, o novo desenvolvimentismo:

[...] não objetiva pavimentar a estrada que poderia levar o Brasil a ter uma economia centralizada, com um Estado forte e um mercado fraco. Esta alternativa também não objetivaria construir o caminho para a direção oposta, em que unicamente o mercado comandaria a economia, com um Estado fraco. Uma visão novo-desenvolvimentista rejeitaria essas duas possibilidades extremas. Contudo, entre esses dois extremos existem ainda muitas opções. Avaliamos que a melhor delas é aquela em que seriam constituídos um Estado forte que estimula o florescimento de um mercado forte. Nossas teses [...] são as seguintes: (i) não haverá mercado forte sem um Estado forte; (ii) não haverá crescimento sustentado a taxas elevadas sem o fortalecimento dessas duas instituições (Estado e mercado) e sem a implementação de políticas macroeconômicas adequadas; (iii) mercado e Estado fortes somente serão construídos por uma estratégia nacional de desenvolvimento; e (iv) não é possível atingir o objetivo da redução da desigualdade social sem crescimento a taxas elevadas e continuadas. (SICSÚ, et al, 2007, p. 509).

Algumas propriedades do Estado novo-desenvolvimentista são fundamentais. De um lado, sua função de regulador da economia é assegurada juntamente com ações que sejam complementares à iniciativa privada. De outro, tais concepções são alicerces para políticas que privilegiem o combate as desigualdades de renda e riqueza (SICSÚ, et al, 2007; FERREIRA, 2012). Vale aqui ressaltar que características deste nível estão fortemente vinculadas ao pensamento e ao discurso (pós)keynesiano. Neste campo econômico puro, investimentos e promoção da demanda agregada são alvos centrais das políticas econômicas novo-desenvolvimentistas que não persigam unicamente a estabilidade de preços, mas a transformação produtiva (SICSÚ, et al, 2007). Embora estabeleça uma crítica ao modelo de Estado preconizado pelo novo desenvolvimentismo, Ferreira (2012, p. 2) compreende o tratamento conceitual dado recentemente ao novo desenvolvimentismo como uma concepção que se baseia:

[...] num ideal de Estado forte que estimule e fortaleça o mercado, além de também proporcionar o desenvolvimento social. Trata-se, portanto, de “uma forma de gestão” que deve ser germinada na sociedade e uma reforma no Estado, que “requer não somente uma maior profissionalização da gestão pública como também um certo grau de descentralização do Estado”.

Em trabalho de Bresser-Pereira (2006), considerado pela literatura pertinente como um dos principais pesquisadores do tema no Brasil (MATTEI, 2013), o novo desenvolvimentismo representa:

[...] um “terceiro discurso”, entre o discurso populista e o da ortodoxia convencional, e o conjunto de diagnósticos e idéias que devem servir de base para a formulação, por cada Estado-Nação, da sua estratégia nacional de desenvolvimento. É um conjunto de propostas de reformas institucionais e de políticas econômicas, por meio das quais as nações de desenvolvimento médio buscam, no início do século XXI, alcançar os países desenvolvidos. Como o antigo desenvolvimentismo, não é uma teoria econômica: baseia-se principalmente na macroeconomia keynesiana e na teoria econômica do desenvolvimento, mas é uma estratégia nacional de desenvolvimento. É a maneira pela qual países como o Brasil podem competir com êxito com os países ricos e, gradualmente, alcançá-los BRESSER-PEREIRA (2006, p. 12).

Em estudo de Saad-Filho e Morais (2011, p. 520) o escopo do novo desenvolvimentismo pode ser assinalado como segue:

[...] o novo--desenvolvimentismo contém um corpo articulado de políticas econômicas baseadas teoricamente no keynesianismo e no estruturalismo cepalino. Seu objetivo é representar uma nova estratégia de desenvolvimento, superando o nacional-desenvolvimentismo tradicional e adequando os seus princípios às novas realidades emergentes da revolução tecnológica e da globalização. Essa política econômica advoga a necessidade de uma ruptura com as políticas macroeconômicas neoliberais, a serem substituídas por novas políticas monetárias, cambiais e fiscais, e subordina a adoção das novas políticas à existência de um projeto nacional para o Estado brasileiro.

Como se pode observar, o conceito de desenvolvimento produtivo é central nesta abordagem. O *papel* do Estado, nesta perspectiva contemporânea, revela atingir uma *sintonia* política diante da desafiadora complexidade atual, ao mesmo tempo em que privilegia ações de ordem econômico-produtiva e social. Para Oreiro e Paula (2009, p. 11):

Na perspectiva novo-desenvolvimentista o crescimento econômico é condição necessária mas não suficiente para resolver o problema da miséria e da desigualdade social que marca a sociedade brasileira. Maior crescimento econômico permite gerar mais empregos e ao mesmo tempo elevar a arrecadação tributária que pode ser utilizada na implementação de programas sociais universalizantes (em particular em

educação e saúde) e programas mais focalizados (como programa de renda mínima). Políticas sociais e educacionais – entendidas como instrumentos para a inclusão formal de segmentos da população à margem da sociedade brasileira – são elementos centrais no enfrentamento da questão das fortes desigualdades presentes no País.

A importância dada ao Estado e ao mercado permite que se vislumbre, por meio destas duas instituições, alternativa e estratégia promissora ao neoliberalismo, defendendo, assim, um "Estado forte" que estimula e viabiliza um "mercado forte". O sentido keynesiano de Estado "regulador" da economia não deve ser desprezado. Por meio desta perspectiva, se busca alcançar resultados sociais, tais como a distribuição de renda e riqueza, promovendo o desenvolvimento social (BASTOS, 2012). Em análise de Cardoso Júnior & Siqueira (2011, p. 34-35), este tema:

[...] se torna particularmente relevante agora, uma vez passada a avalanche neoliberal das décadas de 1980 e 1990 e suas crenças em torno da concepção minimalista de Estado. Diante do malogro do projeto macroeconômico neoliberal (baixas e instáveis taxas de crescimento) e suas consequências negativas nos planos social e político (aumento das desigualdades e da pobreza, e o enfraquecimento dos mecanismos democráticos), evidencia-se já na primeira década do novo século certa mudança de opinião a respeito das novas atribuições dos Estados Nacionais [...]. Estas questões recolocam – necessariamente – o tema do Estado no centro da discussão sobre os rumos do desenvolvimento, em sua dupla perspectiva, global-nacional.

A importância do Estado, nesta linha interpretativa dos autores, considera:

[...] a compreensão do Estado como ator estratégico fundamental em qualquer processo que se queira de desenvolvimento, pois é esse ente, em última instância, o responsável por garantir a segurança interna, por ordenar o uso sustentável do território, por regular, enfim, a atividade econômica e promover políticas públicas. (CARDOSO JR.; SIQUEIRA, 2011, p. 41).

Este conjunto de entendimentos acerca do novo-desenvolvimentismo recoloca a relação entre Estado e mercado em outro patamar. Ademais, sujeita ações e práticas em torno do desenvolvimento produtivo, considerando-o imprescindível e estratégico para o desenvolvimento. Nestas condições, não apenas a promoção, mas o acesso ao mercado passa a importar, especialmente enquanto mecanismo corroborado pela pretensão de *mercado forte*, anteriormente destacado. Diante do exposto, examina-se a seguir a correspondência entre as políticas preconizadas pelo novo-desenvolvimentismo e a literatura internacional sobre extensão rural, objetivando construir um marco teórico capacitado para compreender políticas públicas da área.

3. POLÍTICAS PRO-MARKET

Políticas de extensão rural orientadas ao mercado (*pro-market*) são a seguir destacadas. Privilegia-se, nesta secção, a literatura internacional disponível sobre o

tema, enfocando aquelas publicações que tratam diretamente do acesso ao mercado para pequenos produtores rurais. A relação entre os elementos preconizados nesta literatura e o debate sobre o *novo-desenvolvimentismo* é, como exposto na secção anterior, um meio particular de se vislumbrar o "novo" papel do Estado no âmbito da extensão rural no Brasil. Esta aproximação se justifica através de quatro pontos fundamentais:

(a) o novo-desenvolvimentismo é uma temática recente e, portanto, apropriada para se avaliar a *agenda* do Estado brasileiro em diferentes frentes de atuação;

(b) o viés novo-desenvolvimentista encerra tanto o aspecto econômico-produtivo quanto o social, compreendendo ações em cenários mais complexos;

(c) a complementariedade existente entre Estado e mercado realça a importância das duas instituições para a *agenda* brasileira, com forte estímulo ao mercado;

(d) o desenvolvimento produtivo, derivado do fortalecimento do mercado, é enfatizado pela corrente novo-desenvolvimentista (*mercado forte*).

Em pesquisa dirigida ao fortalecimento e consolidação das questões de extensão rural, Swanson & Rajalahti (2010, p. 16) destacam que um dos objetivos centrais da extensão rural está na orientação para o mercado com agregação de valor⁵. Nesta perspectiva, consideram importante a superação de políticas *top-down*, permitindo maior valorização produtiva e acesso ao mercado via organização e preparação em termos de recursos humanos orientados ao mercado (*economic literacy*). Ainda, segundo os autores, informações do mercado importam para o posicionamento dos produtos, bem como as normas gerais de certificação para o caso de acesso a mercados no exterior. Alertam, no entanto, que esta prescrição de ações dependerá fortemente de engajamento político, especialmente através de ministérios de agricultura e finanças dos países. Esta primeira aproximação permite verificar a natureza que a extensão rural assume, basicamente voltando-se para políticas que preconizam, com propriedade, o acesso ao mercado⁶. Tais ações assumem na literatura especializada, em alguns casos, o sentido de *Regoverning Markets* (LOUW, 2008).⁷

Em outra obra, publicada pelo Banco Mundial, Rajalahti, et al (2012) organizam elementos que consideram essenciais em termos de inovação na agricultura. A autora utiliza a expressão *agricultural innovation system (AIS)* para

⁵ [...] the focus will shift to key issues related to the creation of a more market-driven extension system, especially when more attention and resources are given to the intensification and diversification of farming systems. In addition, if small-scale farmers are to supply different high-value crops, livestock, and other products to markets [...]

⁶ Em recente *paper* publicado pelo G-FRAS, uma concepção muito objetiva acerca do papel da extensão rural pode ser encontrada: *Extension services are essential to enable farmers to improve their practices and help them respond to emerging challenges. Knowledge, ideas, and skills gained through extension programmes can help farmers increase their productivity, reduce losses, and gain better access to markets. The positive impact of extension services is well demonstrated globally. Whether through Farmer Field Schools, marketing training, or by using innovative technologies, knowledge sharing underpins sustainable agricultural practices* (G-FRAS, 2012).

⁷ Em linhas gerais, projetos *Markets Regoverning* relacionam-se aos estudos acerca da modernização de mercados agroalimentares de economias emergentes e as implicações que estes fenômenos trazem para pequenos produtores rurais. Segundo o International Institute for Environment and Development (IIED), o objetivo geral do programa é fornecer consultoria estratégica e orientação para o setor público, atores da cadeia agroalimentar, organizações da sociedade civil, organizações econômicas dos produtores e agências de desenvolvimento. O serviço de orientação refere-se às abordagens que podem antecipar e gerir os impactos das mudanças dinâmicas nos mercados locais e regionais.

reunir o conjunto de temas tratados. No que se refere ao tema em *tela*, referências à necessidade de reformulação das práticas extensionistas em prol do acesso a mercados igualmente podem ser encontradas. Ademais, considera-se que o estabelecimento de pequenos produtores rurais em cadeias produtivas, altamente competitivas, requer capacidade de inovação via interação com outros atores da cadeia produtiva⁸, orientação esta também encontrada no estudo de Sulaiman & Davis (2012). Não há uma discussão clara acerca do *poder* ou da legitimidade de um sistema ou de outro⁹ e, assim:

[...] instead of trying to impose new directions on this process, policy makers should identify the main trends guiding the expansion of different markets and seek interventions that can steer the process in ways that spur economic growth and alleviate poverty (RAJALAHTI, 2012, p. 56).

Nesta orientação:

Modern marketing chains can foster economic growth and alleviate poverty directly and indirectly. Direct effects include higher incomes for farmers who participate in the marketing chain; the development of innovation capabilities (through interactions with other actors in the chain); the diffusion of technical, organizational, and institutional innovations; and the creation of employment in rural areas. (RAJALAHTI, et al, 2012, p. 52).

Em trabalho de Ian Christoplos (2008), com apoio do Grupo Neuchâtel, experiências acerca do acesso ao mercado foram conduzidas em mais de trinta realidades¹⁰. O intuito central foi o de avaliar as necessidades de acesso e detectar as exigências em cada região. Os resultados desta investigação, em síntese, demonstram que (a) as exigências do mercado estão mais complexas; (b) o conhecimento mercadológico é uma condição fundamental; (c) análises sobre cadeias produtivas são essenciais; (d) um conjunto de atores deve ser atendido (não apenas os agricultores), pelo fato de que as cadeias produtivas são complexas e (e) as transferências de tecnologia (modelo tradicional) não mais dão conta da nova realidade¹¹. Para o autor:

⁸ Para os casos de nichos de mercado (*niche markets*), considerados pelos autores como *redes de inovação*, algumas dificuldades surgem: (a) dependem de liderança eficaz; (b) forte capacidade de inovação; (c) rotina para a aprendizagem; (d) confiança mútua; (e) forte experimentação (em longo-prazo). Por outro lado, produtos destes mercados *cannot expand beyond a certain size without becoming commoditized. For this reason, they can make only a limited contribution to alleviating poverty* (RAJALAHTI et al, 2012, p. 53).

⁹ Frank Dobbin et al (2007) realiza pertinente investigação sobre a difusão de políticas públicas no âmbito internacional. Embora não seja esta a questão central do presente artigo, se considera a temática muito promissora para a análise dos referenciais aqui discutidos. O trabalho discute quatro perspectivas teóricas usualmente empregadas como forma de abordar o fenômeno: (1) o olhar construtivista; (2) a coerção; (3) a competição e (4) o aprendizado. Em todas as perspectivas se revela (em maior ou menor medida) mecanismos que remetem a discussão ao conceito de tutela (*trusteeship*), elemento próprio de muitas abordagens sobre desenvolvimento.

¹⁰ O autor refere-se a estas experiências pela sigla MOAAS (Market-Oriented Agricultural Advisory Services). Estas experiências, em verdade, são fruto de trabalho realizado para o Fórum Africano para a Agricultural Advisory Services (AFAAS) e apresentam diferentes *lições* sobre acesso ao mercado para países africanos (MOAAS, 2011). Segundo o documento da entidade, o objetivo central das ações é assim determinado: *Pro-poor MOAAS are knowledge services which assist small- to medium-scale farmers and other actors in agricultural value chains to increase their access to markets and secure benefits from commercialisation* (MOAAS, 2011, p. 8; KAHAN, 2011).

¹¹ *With a market-orientation perspective, technology transfer is secondary to the social and institutional innovations required to bring actors together, get products to market, ensure competitiveness and profitability*

The agricultural market environment is changing with unprecedented speed and in very diverse ways — globally and locally. A small number of well-off farmers with favourable conditions for production have been the primary beneficiaries of these developments, while small-scale producers, traders and processors have been largely unable to take advantage of available opportunities, above all because they lack the capacity to meet market demands for quality, quantity and timeliness. Inadequate access to information, understanding and networks are one form of capacity constraint. Market oriented agricultural advisory services (MOAAS) are one of the services needed if value chain development is not to become a 'race to the bottom' for those unable to compete in more profitable markets. (CHRISTOPLOS, 2008, p. 1).

A orientação para o mercado é clara no trabalho de Ian Christophlos. Ademais, como sugere em sua obra, o apoio político para esta empresa é necessário, tanto em termos públicos quanto privados – e de forma diversificada: *research, legal/regulatory structures, financial services, rural education, infrastructure etc., which support market orientation* (CHRISTOPLOS, 2008, p. 3). O acesso ao mercado depende da atenção dada às diferentes etapas da cadeia de valor, como demonstra a figura 2:

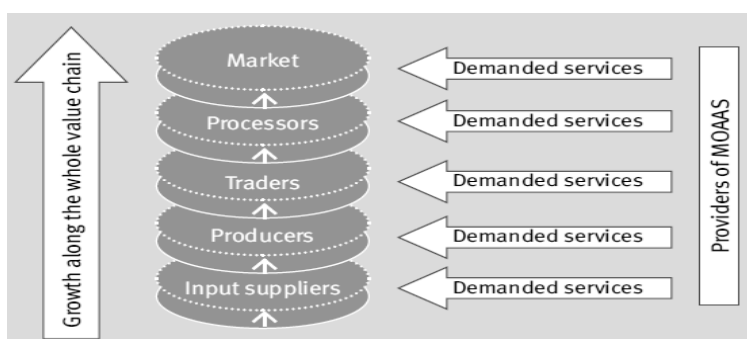


Figura 2: A value chain approach to advisory services

Fonte: Christophlos (2008, p. 2); Neuchâtel Group (2008, p. 11).

Para Seville et al (2011) e Alarcon (2012¹²), a inserção em cadeias produtivas (*value chains*) representa uma condição imprescindível, sem a qual a agenda de muitos países não se concretizará. Ao referirem-se ao potencial da agricultura em superar a pobreza (potencial este quatro vezes superior a outros setores da economia), consideram que a agricultura está na agenda do desenvolvimento¹³. Em Seville (2011), pequenos produtores devem estar inseridos

and establish linkages among producers, processors, traders and service providers. (CHRISTOPLOS, 2008, p. 2).

¹² Alarcon considera que o trabalho extensionista deve ser pautado na gestão/promoção da inovação e aprendizagem com ênfase em cadeias de valor (mercado), compreendendo um amplo número de participantes e garantindo o sentido territorial que a atividade encerra.

¹³ Sobre este aspecto, o trabalho de Mejia (2003) oferece amplo debate sobre políticas de extensão rural na América Latina. Com objetivo semelhante, Aguirre (2012) trata das características da extensão rural de forma particular, ou seja, a partir do atual contexto de cada país. Referências aos mercados dinâmicos e às cadeias

em mercados (locais ou globais) de forma estratégica para se reduzir a pobreza rural e a fome. Em suas palavras, *understanding how to link poor producers successfully to markets, and identifying which markets can benefit what kinds of producers, are critical steps for the development community* (SEVILLE et al, 2011, p. 3).

Embora a inserção de pequenos produtores aos mercados formais não represente uma tarefa fácil, estratégias focadas podem permitir certa segurança dentro de cadeias produtivas, notadamente em termos de fortalecimento de vínculos formais. Seville et al (2011) entendem que, em linhas gerais, é necessário criar condições em que (a) o conhecimento e as práticas que atendam as exigências do mercado sejam atingidos; (b) se consiga adaptar as relações comerciais de forma promissora; (c) se trabalhe no sentido de envolver o consumidor ao processo produtivo e (d) se diversifique a produção de forma sustentável. Na mesma linha de interpretação, Stamm & Drachenfels (2011, p. 7) sustentam que esforços em torno da inserção em cadeias de valor são fundamentais¹⁴. Desta forma:

[...] value chain development approaches have evolved over time and nowadays frequently need to be more complex interventions as working on the vertical linkages is often no longer sufficient. Successful promotion of value chains today depends on the integration of public and private service providers and on creating an enabling environment. In addition to that, impacts on the horizontal level need attention.

Kahan (2011, p. 22) adverte que *value chain coordination is a service that is not usually provided by public sector extension services*. De outro lado, num cenário pluralista de extensão rural, sugere que a formulação de contratos (formais e informais) envolve transações próprias do agronegócio, certificações, *enforcement*, enfim, certo domínio que se vincula mais fortemente ao setor privado. Defende ainda que extensionistas do setor público são mais propensos ao trabalho de facilitar acordos informais. Para o autor, no entanto, embora certo número de funções nucleares deva permanecer no domínio do governo, tais serviços precisam estar focados para a criação de um ambiente propício ao setor privado. De outro lado, a competitividade precisa ser garantida no âmbito das cadeias produtivas, com uma extensão pública¹⁵ focada na ampliação de estratégias diversificadas que apoiem pequenos agricultores vulneráveis em termos de rentabilidade e competitividade. Parte importante da conclusão de seu estudo, corroborada pelo trabalho de Swanson (2010), indica que:

produtivas parecem estar mais presentes nos casos de Chile e Perú, quando observados no conjunto selecionado.

¹⁴ Entre as diversas atribuições institucionais, apontadas no texto, para diferentes áreas, oito ações globais são financiadas pela IFAD (International Fund for Agricultural Development), agência especializada da UN: 1. *Establishment of and support to farmers' organizations to improve producers' bargaining power, to bulk produce and to lower transaction costs*; 2. *On-farm storage (e.g. warehouse receipts) for farmers to benefit from seasonal price fluctuations*; 3. *Contract farming*; 4. *Out-grower schemes*; 5. *Market linkages between producers and processors*; 6. *Infrastructure development*; 7. *SME development for value-added processing*; 8. *Support for certification and improving quality standards* STAMM e DRACHENFELS (2011, p. 10).

¹⁵ Uma crítica genérica quanto a funcionalidade dos serviços de extensão rural é apresentada no texto. O autor defende a "ad hoc" como forma de superar a burocracia e argumenta que: *Extension services have often invested much time and money in setting up and maintaining the system rather than in the delivery of actual services. Public sector extension is largely underfunded and under-equipped and given multiple responsibilities, so it is often ineffective. A better understanding of the management of extension services and their weaknesses and constraints is a crucial prerequisite to create an effective and efficient service delivery organization. Changes are needed in the numbers of extension staff, their technical background and skills and competencies. New incentive systems are required within a more structured better performing management system that ensures stronger performance at the field level* (KAHAN, 2011, p. 61).

[The] linear model of technology transfer from research to extension and on to farmers has been replaced by a more dynamic system where human skills and capacity are essential to adapt the farm business to market (KAHAN, 2011, p. 73).

O Grupo Neuchâtel, referência internacional em serviços de extensão rural, oferece um rico conjunto de estudos, em diferentes áreas de pesquisa¹⁶. Assim como fora destacado por Burton Swanson (2006), Carmen Hess et al (2007) e Ian Christoplos (2008), o MOASS parece representar o centro das ações de orientação para o mercado, tanto para agricultores como para outros atores das cadeias de valor. A diversificação de orientações dependerá, segundo o grupo, de mediações engendradas por mecanismos públicos e privados que garantam o acesso da população rural mais pobre no mercado (Neuchâtel Group, 2008). O aumento da competitividade dos pequenos produtores é uma meta central realçada pelo grupo, visto que:

[...] pro-poor MOAAS are knowledge services which assist small- to medium-scale farmers and other actors in agricultural value chains to increase their access to markets and secure benefits from commercialization (Neuchâtel Group, 2008, p. 11).

Vermeulen et al (2008), oferecem acréscimos conceituais importantes para a interpretação das políticas de acesso ao mercado. Ao analisarem as possibilidades de acesso dos pequenos produtores aos modernos mercados agroalimentares (*modern markets*), introduzem ferramentas metodológicas direcionadas à competitividade daquele público. Os eixos centrais vinculam-se e justificam-se por um conjunto de quatro elementos: (a) mercados modernos substituem rapidamente mercados tradicionais, aumentando o risco de pobreza para agricultores e comunidades rurais; (b) bons parceiros de negócios são desejáveis, especialmente para produtos de qualidade demandados pelo mercado consumidor e para a promoção da cooperação entre os múltiplos atores (*multi-stakeholder*); (c) governos procuram por iniciativas que promovam o desenvolvimento rural, representando assim um potencial estimulador de projetos nesta linha e (d) instituições (regras do jogo) importam para a concretização de mercados e, portanto, das cadeias produtivas nele inseridas. A este conjunto de interpretações, soma-se a ideia de que cada região possui realidades e mecanismos próprios:

To understand the dynamics of the agrifood sector in a particular country, or in a defined region, we need to look at both global and domestic drivers of change and the trends they create. It is also critical to understand the implications (issues and opportunities) of these trends for different actors in general and for small-scale producers' inclusion in particular. Although there is a set global drivers influencing markets worldwide, factors at the domestic level can also have a significant

¹⁶ Em Neuchâtel, Suíça, estudos sobre extensão rural foram conduzidos pelo grupo. No site do G-FRAS, encontra-se o seguinte histórico: *An informal group of representatives of bilateral and multilateral cooperation agencies and institutions involved in agricultural development in the countries of sub-Saharan Africa was set up in 1995 out of a meeting hosted by the Swiss Agency for Development and Cooperation in Neuchâtel, Switzerland [...]. Through a series of case studies and joint reflections, this 'Neuchâtel Initiative Group' is helping to bring a measure of convergence to thinking on the objectives, methods and means of support for agricultural extension policies* (<http://www.g-fras.org>).

influence. Consequently the nature and pace of change vary between different countries, or even different continents (VERMEULEN et al, 2008, p. 20).

A complexidade da relação que se estabelece no processo, para Vermeulen et al (2008, p. 57), pode ser ilustrada pela figura 3. Percebe-se uma variada combinação de etapas que vão desde atividades e eventos de preparação e planejamento, até processos mais elaborados, como nos casos de *field visits* e *study tours*. Privilegia-se, portanto, uma metodologia de ação e engajamento em torno dos propósitos de orientação para participação em cadeias de valor.

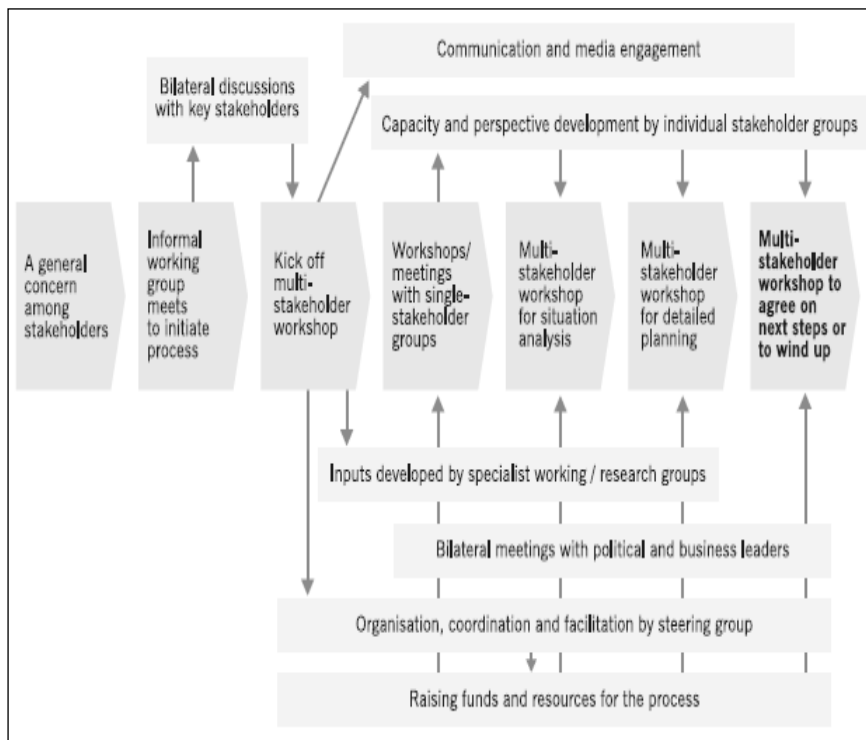


Figura 3: A hypothetical multi-stakeholder process

Fonte: adaptado de VERMEULEN, et al (2008).

O desfecho deste debate, sob o contexto anterior do novo desenvolvimentismo, requer alguns encaminhamentos. Inicialmente, percebe-se o quanto factível e promissora mostra-se uma investigação combinada de abordagens. De um lado, complementam-se, de outro, permitem inferir dados sobre certa realidade. A literatura sobre o novo desenvolvimentismo oferece importante reflexão acerca do *novo papel* do Estado e, a abordagem sobre extensão rural, permite verificar o quanto aquelas interpretações convergem para o compromisso de orientação de pequenos produtores para o acesso ao mercado. Neste cenário, muitos elementos surgem com propriedade, entre eles, a competitividade, as cadeias de valor, a inovação e a ação extensionista voltada ao mercado. Fica, portanto, evidente a correspondência entre as duas abordagens teóricas e, com

certeza, investigações empíricas são realmente promissoras em diferentes realidades e áreas de pesquisa que contemplem o cenário da extensão rural.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo central desta pesquisa – o de cotejar a abordagem novo-desenvolvimentista com a literatura sobre extensão rural - garantiu resultados importantes. Inicialmente, deve-se destacar que a orientação ao mercado, ou o seu acesso, pôde ser detectada na literatura internacional sobre extensão rural e está, assim, plenamente caracterizada. De outro lado, aspectos teóricos trabalhados sobre o papel do Estado em cenário contemporâneo demonstram a centralidade do mercado enquanto elemento essencial aos objetivos próprios do desenvolvimento produtivo. Especialmente nesta discussão, é possível observar referências a um *Estado estratégico* que consiga atuar em um mundo mais desafiador e complexo. Certa complementariedade desta atuação com a iniciativa privada representaria uma alternativa promissora ao neoliberalismo, ao mesmo tempo em que configurar-se-ia como um *terceiro discurso* ou caminho do meio para o debate.

Estado forte, mercado forte, que proporcione desenvolvimento produtivo e social. Este parece ser um objetivo central do novo desenvolvimentismo. Recolocase a relação entre Estado e mercado em um patamar que assegura, ao primeiro, um sentido de ator estratégico. Nesta perspectiva, correspondências entre as políticas preconizadas pelo novo-desenvolvimentismo e a literatura internacional sobre extensão rural são evidentes, dialogam e assumem nítida sintonia.

As políticas de extensão rural orientadas ao mercado - indicadas neste trabalho como políticas *pro-market*, englobam um conjunto de preceitos que orbitam o cenário de desenvolvimento produtivo anteriormente apontado. O centro das orientações, o *MOASS*, estabelece diretrizes de acesso ao mercado tanto para agricultores como para outros atores das cadeias de valor, inclusive com ferramentas metodológicas direcionadas à competitividade daquele público (*value chain learning*). Tais políticas representariam possibilidades para atividades marginais, sobretudo.

Nesta literatura é possível, portanto, constatar o esforço de exaltar elementos próprios de atuação em mercados complexos de valorização produtiva (usualmente estudados através do conceito *regovering markets*), tais como a agregação de valor, o estabelecimento de relações comerciais (contratos), a inserção em cadeias produtivas e de valor (*value chains*), a valorização da competitividade, a ampliação de conhecimentos mercadológicos e a prescrição da inovação ou *agricultural innovation system* como ação desejável (em sentido *lato senso*). Em adição, considera-se que pequenos produtores devem estar inseridos de forma estratégica em mercados (locais ou globais) para se reduzir a pobreza rural e a fome via rentabilidade e competitividade. Neste sentido, a preparação, organização e atuação em termos de recursos humanos orientados ao mercado (*economic literacy*) representa importante tarefa.

Verifica-se a prescrição de um fortemente de engajamento político no âmbito dos trabalhos de extensão rural voltados a concretizar o acesso ao mercado, destacando-se, em alguns casos, os agentes promotores desta ação (como no caso da indicação de ministérios de agricultura e finanças dos países). Esta orientação talvez represente a correspondência mais marcante com o debate novo desenvolvimentista, chegando ao ponto específico de recomendar-se ampla reformulação das práticas extensionistas em prol do acesso a mercados - em sentido institucional. Ao apontar a complexidade das exigências do mercado como uma real barreira a este empreendimento, novamente se assume a importância das

instituições no processo, sejam elas estatais ou não, desprezando o modelo tradicional de extensão rural (voltado unicamente à transferência de tecnologia).

A sintonia existente entre as ações extensionista preconizadas pela literatura internacional e o modelo político de valorização do mercado como elemento propulsor do desenvolvimento (produtivo) é notória; convergindo em igual direção. A defesa de uma ampla interação dos atores envolvidos em cadeias produtivas (não somente os agricultores) corrobora a intenção de ampliar a participação de pequenos agricultores em mercados complexos ("inclusão produtiva"), fortalecendo-os enquanto instituição basilar do novo desenvolvimentismo.

Por fim, vale ressaltar que, a despeito dos valores que ambas as abordagens possam encerrar, não se verifica, sequer minimamente, referências em torno da questão da legitimidade e do poder no qual os mercados são constituídos. Assim, as duas abordagens mostram-se, senão apolíticas, destituídas de análise crítica acerca da construção daqueles mercados e das questões de poder inerentes ao processo. Esta constatação é ao mesmo tempo uma recomendação para novos estudos e uma limitação desta pesquisa. Percebe-se, enfim, o quanto factível e promissora mostra-se uma investigação combinada de abordagens e o quanto ainda se pode avançar no sentido de entender e desvendar as políticas voltadas à extensão rural.

5. REFERÊNCIAS

AGUIRRE, F. **El nuevo impulso de la extensión rural en América Latina: situación actual y perspectivas**. 2012.

ALARCON, E. **The institutional structure of rural extension and public-private relations in Latin America**. RELASER Red Latinoamericana para Servicios de Extensión Rural, Santiago, 2012.

BARCELOS, S. **A desigualdade social no meio rural brasileiro e a opção econômica pelo agronegócio**. Comitê Permanente de Juventude Rural. Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural. Pastoral da Juventude Rural. 2013. Acesso em 03/09/2013. < <http://www.pjr.org.br>>.

BASTOS, P. **A economia política do novo-desenvolvimentismo e do social desenvolvimentismo**. Economia e Sociedade, Campinas, v. 21, Número Especial, p. 779-810, dez. 2012.

BRESSER-PEREIRA, L. C. **Novo-desenvolvimentismo**. Folha de São Paulo/ Caderno Dinheiro, 19/09/2004.

_____. **O novo desenvolvimentismo e a ortodoxia convencional**. São Paulo em Perspectiva, v. 20, n. 3, p. 5-24, jul./set. 2006.

BUAINAIN, A. et al. **Sete teses sobre o mundo rural brasileiro**. Revista de Política Agrícola, ano XXII, número 2, 2013.

CALDART, R. et al. **Dicionário da educação do campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio. Expressão Popular, 2012.

CAMPOS, S.; NAVARRO, Z. **A pequena produção rural e as tendências do desenvolvimento agrário brasileiro: ganhar tempo é possível?** Brasília: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2013.

CARDOSO JUNIOR, J; SIQUEIRA, C. **Complexidade e desenvolvimento: diálogos para o desenvolvimento.** Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA. Rio de Janeiro, 2011.

CHRISTOPLOS, I. **Agricultural advisory services and the market.** Swedish International Development Cooperation Agency – SIDA. Overseas Development Institute - ODI. Natural Resource Perspectives, 2008.

CHRISTOPLOS, I. et al. **Guia para avaliação de extensão rural.** Global Forum for Rural Advisory Services (GFRAS), 2013.

DIESEL, V. et. al. **Extensão rural no contexto do pluralismo institucional.** Ijuí: Unijui, 2012.

DOBBIN, F. et al. **The global diffusion of public policies: Social construction, coercion, competition, or learning?.** Annu. Rev. Sociol. 33, 2007.

FERREIRA, L. **O papel do Estado brasileiro e o “novo-desenvolvimentismo”: mais do mesmo ou uma nova sociedade?** Análise preliminar a partir da experiência histórica e as relações de classe. Anais do XV Encontro Regional de História da ANPUH-RIO. 2012.

FIANI, R.. **Problematizações acerca do conceito de um “novo” estado desenvolvimentista.** Texto para Discussão 1749. Brasília, 2012.

FIORI, J. L. **A miséria do "novo desenvolvimentismo".** Valor Online (30/11/2011).

FLEURY, S. **Do welfare ao warfare state.** Le Monde. Diplomatie Brasil, 2013.

GIL, A. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** São Paulo, Atlas, 2008.

GFRAS. **Extension services: case studies.** Global Forum for Rural Advisory Services (GFRAS), Position Paper, 2012.

GONÇALVES, R. **Nacional-desenvolvimentismo às avessas.** IPEA. CODE 2011: Anais do I Circuito de Debates Acadêmicos. Área temática número 4: desenvolvimento econômico.

HESS, C. et al. **Reader: pro-poor services in value chain promotion.** Division 314 – Rural Development; Global Food Security - GTZ. 2007.

KAHAN, D. **Market-oriented advisory services in Asia – a review and lessons learned.** RAP Publication. Food And Agriculture Organization Of The United Nations Regional Office For Asia And The Pacific. Bangkok, 2011.

LOUW, A. **Agribusiness linkages in the Southern African region: small farmer participation.** Regoverning Markets, Policy Brief 2, University of Pretoria, Department of Agricultural Economics, Extension and Rural Development, 2008.

MATTEI, L. **Gênese e agenda do novo desenvolvimentismo brasileiro**. Revista de Economia Política, vol. 33, nº 1 (130), pp. 41-59, janeiro-março/2013.

MOAAS. **Study on Market Oriented Agriculture Advisory Services Approaches**. AFAAS/Forum for Agricultural Research in Africa (FARA). Agriculture and Livelihood. 2011.

NEUCHÂTEL GROUP. **Common Framework on Market-Oriented Agricultural Advisory Services**. Lindau (Switzerland): Swiss Center for Agricultural Extension and Rural, 2008.

OREIRO, J. ; PAULA, L. **Novo-desenvolvimentismo e a agenda de reformas macroeconômicas para o crescimento sustentado com estabilidade de preços e equidade social**. Texto Preliminar para Discussão – versão 19/10/2009.

MEJÍA, H. **Situación y perspectivas de los programas de extensión rural en América Latina y el Caribe: algunas recomendaciones para la formulación de políticas**. Proyecto ESAS/ LAC. Consórcio ARCOS Argentina, Colômbia, Costa Rica. 2003.

POUPART, J. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Rio de Janeiro: Vozes, 2010.

RAJALAHTI, Riikka, et al. **Agricultural innovation systems: an investment sourcebook**. The World Bank, Washington, 2012.

RAJALAHTI, Riikka. **Information** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <maurosopena@unipampa.edu.br> em 16 set. 2013.

SAAD-FILHO, A.; MORAIS, L. **Da economia política à política econômica: o novo-desenvolvimentismo e o governo Lula**. Revista de Economia Política, vol. 31, nº 4 (124), pp. 507-527, outubro-dezembro/2011.

SCHNEIDER, Sérgio. **Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate**. Revista de Economia Política, vol. 30, no 3. 2010.

SCHNEIDER, B. R. **O Estado desenvolvimentista no Brasil: perspectivas históricas e comparadas**. Texto para Discussão (1871). Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA. Rio de Janeiro, setembro de 2013.

SEVILLE, D.; BUXTON, A.; VORLEY, B. **Under what conditions are value chains effective tools for pro-poor development?** Ford Foundation. International Institute for Environment and Development / Sustainable Food Lab. 2011.

SISCU, João; PAULA, Luiz Fernando; MICHEL, Renalt. **Por que novo-desenvolvimentismo?** Revista de Economia Política. 2007, vol.27, n.4.

SULAIMAN, R.; DAVIS, K. **The “new extensionist”: roles, strategies, and capacities to strengthen extension and advisory services**. Global Forum for Rural Advisory Services (GFRAS), 2012.

STAMM, A.; DRACHENFELS, C. **Value chain development:** approaches and activities by seven UN agencies and opportunities for interagency cooperation. International Labour Organization 2011.

SWANSON, Burton. **The changing role of agricultural extension in a global economy.** Seminal Article Series. Volume 13, Number 3. University of Illinois at Urbana-Champaign. JIAEE Editorial, 2006.

_____. **Changing extension paradigms within a rapidly changing global economy.** Rural Development News. 2010.

SWANSON, Burton. **Agricultural Extension** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <maurosopena@unipampa.edu.br> em 20 set. 2013.

SWANSON, Burton E.; RAJALAHTI, Riikka. **Strengthening agricultural extension and advisory systems:** procedures for assessing, transforming, and evaluating extension systems. Agriculture and Rural Development Discussion Paper 45. The International Bank for Reconstruction and Development/The World Bank, 2010.

TEIXEIRA, Gerson. **O agronegócio é 'negócio' para o Brasil?** Associação Brasileira de Reforma Agrária. MST. 2013. Acesso em 03/09/2013. <<http://www.mst.org.br/content/o-agronegocio-e-negocio-para-o-brasil>>.

VERMEULEN, S. et al. **Chain-wide learning for inclusive agrifood market development:** a guide to multi-stakeholder processes for linking small-scale producers to modern markets. International Institute for Environment and Development, London, UK, and Wageningen University and Research Centre, Wageningen, the Netherlands, 2008.

NORMAS PARA PREPARAÇÃO DE TRABALHOS PARA PUBLICAÇÃO NA EXTENSÃO RURAL

FOCO E ESCOPO

O periódico **Extensão Rural** é uma publicação científica do Departamento de Educação Agrícola e Extensão Rural do Centro de Ciências Rurais da Universidade Federal de Santa Maria destinada à publicação de trabalhos inéditos, na forma de artigos científicos e revisões bibliográficas, relacionados às áreas de extensão rural, administração rural, desenvolvimento rural, economia rural e sociologia rural. São publicados textos em inglês, português ou espanhol.

Os manuscritos devem ser enviados pelo site da revista: (<http://cascavel.ufsm.br/revistas/ojs-2.2.2/index.php/extensaorural>), necessitando para isso que o autor se cadastre e obtenha seu login de acesso. A submissão deve obedecer aos passos descritos em “iniciar nova submissão”.

Momentaneamente o periódico Extensão Rural não cobra taxas de tramitação e de publicação.

EDIÇÃO DAS SUBMISSÕES

Os trabalhos devem ser encaminhados via eletrônica no site da revista, seguindo as orientações disponíveis.

Nas abas “sobre a revista > submissões” existe um tutorial em formato PDF para auxiliar os autores nas primeiras submissões.

O arquivo precisa estar na forma de editor de texto, com extensão “.doc” ou “.docx”, com o nome dos autores excluídos do arquivo, inclusos apenas nos metadados da submissão.

CONFIGURAÇÃO DE PÁGINAS

O trabalho deverá ser digitado em página tamanho personalizado, com dimensões de 170 x 240 mm com fonte Arial 9 pt, espaçamento simples, sem recuos antes ou depois dos parágrafos, com margens normal com largura interna 2,5 cm, externa 2,5 cm, inferior e superior 2,5 cm.

As figuras, os quadros e as tabelas devem ser apresentados no corpo do texto, digitadas preferencialmente na mesma fonte do texto, ou com tamanho menor, se necessário. Esses elementos não poderão ultrapassar as margens e também não poderão ser apresentados em orientação “paisagem”.

As figuras devem ser editadas em preto e branco, ou em tons de cinza, quando se tratarem de gráficos ou imagens. As tabelas não devem apresentar formatação especial.

ESTRUTURAS RECOMENDADAS

Recomenda-se que os artigos científicos contenham os seguintes tópicos, nesta ordem: título em português, resumo, palavras-chave, título em inglês, *abstract* (ou *resumen*), *key words* (ou *palabras clave*), introdução ou justificativa ou referencial teórico, métodos, resultados e discussão, conclusões ou considerações finais, referências bibliográficas. Ao final da introdução ou da justificativa o objetivo do trabalho precisa estar escrito de forma clara, mas sem destaque em negrito ou itálico.

Agradecimentos e pareceres dos comitês de ética e biossegurança (quando pertinentes) deverão estar presentes depois das conclusões e antes das referências.

Para as revisões bibliográficas se recomenda os seguintes tópicos, nesta ordem: título em português, resumo, palavras-chave, título em inglês, *abstract*, *key words*, introdução ou justificativa, desenvolvimento ou revisão bibliográfica, considerações finais, referências bibliográficas e agradecimentos (quando pertinentes).

TÍTULOS

Os títulos nos dois idiomas do artigo devem ser digitados em caixa alta, em negrito e centralizados, com até 20 palavras cada. Se a pesquisa for financiada, deve-se apresentar nota de rodapé com a referência à instituição provedora dos recursos.

AUTORES

A Extensão Rural aceita até cinco autores, que devem ser incluídos nos metadados. Não use abreviaturas de prenomes ou sobrenomes.

RESUMOS, RESUMEN E ABSTRACTS

O trabalho deve conter um resumo em português, mais um abstract em inglês. Se o trabalho for em espanhol, deve conter um *resumen* inicial mais um resumo em português e, se o trabalho for em inglês, deve conter um *abstract* mais um resumo em português.

Estas estruturas devem ter no máximo 1.200 caracteres, contendo o problema de pesquisa, o objetivo do trabalho, algumas informações sobre o método (em caso de artigos científicos), os resultados mais relevantes e as conclusões mais significativas.

As traduções dos resumos devem ser feitas por pessoa habilitada, com conhecimento do idioma. Evite traduções literais ou o auxílio de *softwares*.

Devem ser seguidos por palavras-chave (*key words* ou *palabras clave*), escritas em ordem alfabética, não contidas nos títulos, em número de até cinco.

MÉTODO

O método deve ser descrito de forma sucinta, clara e informativa. Os métodos estatísticos, quando usados, precisam ser descritos e devidamente justificada a sua escolha.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados devem embasar as discussões do artigo e estar embasados na literatura já existente, quando pertinente, devidamente citada e referenciada. Evite discussão de resultados irrelevantes e mantenha o seu foco nos objetivos do trabalho.

CONCLUSÕES OU CONSIDERAÇÕES FINAIS

É facultado aos autores escolherem entre conclusões ou considerações finais. Porém são proposições diferentes. As conclusões devem ser diretas,

objetivas e atender aos propósitos iniciais (objetivos) do trabalho. Não devem ser a reapresentação dos resultados. As considerações finais podem ser mais extensas que as conclusões e podem recomendar novas pesquisas naquele campo de estudo. Não precisam ser tão finalísticas como as conclusões e são recomendadas para pesquisas que requerem interpretações em continuidade.

ORIENTAÇÕES GERAIS DE GRAFIAS

Os autores possuem padrões de grafia distintos e, lamentavelmente, alguns artigos precisam ser devolvidos aos autores por falta de adequações de grafia, conforme as orientações técnicas da língua portuguesa, inglesa e espanhola. Assim, são relembradas algumas normas e orientações nesse sentido:

- Evite o uso demorado de abreviaturas, exceto quando se repetirem muitas vezes no texto. Nesse caso, cite na primeira vez que usá-la o seu significado;

- Evite usar números arábicos com mais de uma palavra no texto, exceto quando seguidos de unidades de medida. Exemplos:

| Prefira | Evite |
|----------------------------------|------------------------------------|
| ... três agentes foram... | ... 3 agentes foram... |
| ... quarenta produtores foram... | ... 40 produtores foram... |
| ... 21 agentes foram... | ... vinte e um agentes foram... |
| ... colheu 3 kg de peras... | ... colheu três quilos de peras... |
| ...corresponde a 2,3 m... | ... corresponde a 2,3 metros... |

- Cuide a padronização das unidades de medida. Geralmente são em letra minúscula, no singular, sem ponto e escritas com um espaço entre o número e a unidade (correto 4 g e não 4g, 4 gs ou 4 gs.), exceto para percentagem (correto 1,1% e não 1,1 %). Outros exemplos:

| Unidade | Certo | Errado |
|---------------------|--------------|----------------------|
| Quilograma | kg | Kg; Kgs.; KG; quilos |
| Metro | m | M; mt; Mt |
| Litro | l | L; lt; Lt |
| Hectare | ha | Ha; Hec; H; h |
| Tonelada | t | T; Ton; ton |
| Rotações por minuto | rpm | RPM; Rpm; r.p.m. |

- Lembre-se que na língua portuguesa e espanhola as casas decimais são separadas por vírgulas e na língua inglesa por ponto. Exemplos: o a colheita foi de 5,1%; *la cosecha fué de 5,1%*; *the harvest was 5.1%*.

TÓPICOS

Os tópicos devem ser digitados em caixa alta, negrito e alinhados a esquerda. Devem ser precedidos de dois espaços verticais e seguidos de um espaço vertical. Subtítulos dentro dos tópicos devem ser evitados, exceto quando forem imprescindíveis à redação e organização dos temas.

Os tópicos dos artigos não devem ser numerados. Recomenda-se a numeração em revisões que possuam mais de quatro assuntos distintos na discussão. Nesse caso devem ser usadas numerações de segunda ordem, sem negrito, conforme exemplo:

3. REVISÃO BILIOGRÁFICA

3.1. A região de Ibitinga

Estudos realizados na região estudada mostram que...

3.2. Os hortigranjeiros e a agricultura familiar

Alguns autores mostram que os hortigranjeiros...

Descrever o título em português e inglês (caso o artigo seja em português) ou inglês e português (caso o artigo seja em inglês) ou espanhol e português (caso o artigo seja em espanhol). O título deverá ser digitado em caixa alta, com negrito e centralizado. Evitar nomes científicos e abreviaturas no título, exceto siglas que indicam os estados brasileiros.

Use até cinco palavras-chave / key words, escritas em ordem alfabética e que não constem no título.

CITAÇÕES

As citações dos autores, no texto, deverão ser feitas seguindo as normas da ABNT (NBR 6023/2000). Alguns exemplos são mostrados a seguir:

Citações indiretas (transcritas)

a) Devem ser feitas com caixa baixa se forem no corpo do texto.

Exemplo um autor: ... os resultados obtidos por Silva (2006) mostram...; Exemplo dois autores: ... os resultados obtidos por Silva e Nogueira (2006) mostram...; Exemplo mais de dois autores: ... os resultados obtidos por Silva et al. (2006) mostram...;

b) Devem ser feitas com caixa alta se forem no final do texto.

Exemplo um autor: ... independente da unidade de produção (SILVA, 2006).; Exemplo dois autores: ... independente da unidade de produção (SILVA; NOGUEIRA, 2006).; Exemplo três autores: ... independente da unidade de produção (SILVA; NOGUEIRA; SOUZA, 2006).; Exemplo mais de três autores: ... independente da unidade de produção (SILVA et al., 2006).;

Citações diretas

Conforme norma da ABNT, se ultrapassarem quatro linhas, devem ser recuadas a 4 cm da margem em fonte menor (Arial 8 pt), destacadas por um espaço vertical anterior e outro posterior à citação. Exemplo:

...porque aí a gente “tava” no dia de campo de São Bento e aí foi onde nós tivemos mais certeza do jeito certo de fazer a horta. Depois disso os agricultores aqui de Vila Joana começaram a plantar, conforme aprenderam no dia de campo.(agricultor da Família Silva).

Citações diretas com menos de quatro linhas, devem ser apresentadas no corpo do texto, entre aspas, seguido da citação. Exemplo: “...os dias de campo de

FIGURAS

Os desenhos, gráficos, esquemas e fotografias devem ser nominados como figuras e terão o número de ordem em algarismos arábicos, com apresentação logo após a primeira citação no texto. Devem ser apresentadas com título inferior, em negrito, centralizado (até uma linha) ou justificado à esquerda (mais de uma linha), conforme o exemplo:

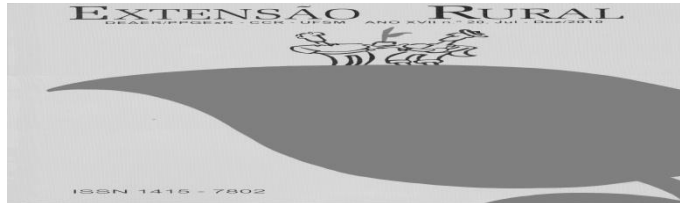


Figura 1 – Capa alongada da revista em tons de cinza.

As figuras devem ser feitas em editor gráfico sempre em qualidade máxima.

TABELAS E QUADROS

É imprescindível que todas as tabelas e quadros sejam digitados segundo menu do Microsoft® Word “Inserir Tabela”, em células distintas (não serão aceitas tabelas com valores separados pelo recurso ENTER ou coladas como figura). Tabelas e quadros enviados fora de normas serão devolvidas para adequação.

Devem ser numeradas sequencialmente em algarismos arábicos, com numeração independente entre figuras, quadros e tabelas e apresentadas logo após a chamada no texto. Prefira títulos curtos e informativos, evitando a descrição das variáveis constantes no corpo da tabela ou quadro.

Quadros não-originais devem conter, após o título, a fonte de onde foram extraídas, que deve ser referenciada.

As unidades, a fonte (Arial 9 pt) e o corpo das letras em todas as figuras devem ser padronizados.

Quadros e tabelas não devem exceder uma lauda. Não deverão ter texto em fonte destacada com negrito ou sublinhado, exceto a primeira linha e o título. Este deverá ser em negrito, com formatação idêntica ao título das figuras, porém com localização acima da tabela ou quadro, centralizado (até uma linha) ou justificado à esquerda (mais de uma linha), conforme o exemplo:

Tabela 1 – Exemplo de tabela a ser usado na revista Extensão Rural.

| Item | Tabela | Quadro |
|-----------------|-------------------------------|--|
| Bordas laterais | Abertas | Fechadas |
| Dados | Preferencialmente da pesquisa | Preferencialmente da revisão |
| Conteúdo | Números | Texto |
| Rodapé* | Fonte arial 8 pt | Geralmente não há |
| Bordas internas | Não há | Há |
| Alinhamento | Números alinhados à direita | Texto alinhado à esquerda, sem justificar/hifenizar |
| Exemplos | | O texto do quadro deve ser alinhado à esquerda sem justificar ou hifenizar |
| | | 12,3 |
| | | 4,5 |
| | | 6.789,1 123,0 |

* exemplo de rodapé.

CONSIDERAÇÕES GERAIS

Use o tutorial e a lista de verificação (checklist) para auxiliá-lo. A máxima adequação às normas agiliza o trâmite de publicação dos trabalhos, facilita aos pareceristas e melhora o conceito do periódico. Dessa forma, os autores saem beneficiados com a melhora de qualificação dos seus trabalhos.

É obrigatório o cadastro de todos autores nos metadados de submissão. Não serão aceitos pedidos posteriores de inclusão de autores, visto a necessidade de analisar os autores do trabalho para eleição de pareceristas não impedidos.

Excepcionalmente, mediante consulta prévia para a Comissão Editorial outro expediente de submissão de artigo poderá ser utilizado.

Lembre-se que os conceitos e afirmações contidos nos artigos serão de inteira responsabilidade de todos os autores do trabalho.

Os artigos serão publicados em ordem de aprovação e os artigos não aprovados serão arquivados havendo, no entanto, o encaminhamento de uma justificativa pelo indeferimento.

Em caso de dúvida, consultar artigos de fascículos já publicados ou se dirija à Comissão Editorial, pelo endereço atendimento.extensao.rural@gmail.com.